

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**AVALIAÇÃO DA CRÍTICA DE BONJOUR À
EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cíntia Roso Oliveira

Santa Maria, RS, Brasil

2009

AVALIAÇÃO DA CRÍTICA DE BONJOUR À EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE

por

Cínthia Roso Oliveira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Filosofia Analítica e Continental, na Linha de Pesquisa em Análise da Linguagem e Justificação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Filosofia**.

Orientador: Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado.

**AVALIAÇÃO DA CRÍTICA DE BONJOUR À EPISTEMOLOGIA
NATURALIZADA DE QUINE**

elaborada por
Cínthia Roso Oliveira

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

Comissão Examinadora:

Albertinho Luiz Gallina, Dr.
Presidente/Orientador

Sofia Inês Albornoz Stein, Dra.
(UNISINOS)

Carlos Alberto Sartori, Dr.
(UNIJUÍ)

Santa Maria, 31 de agosto de 2009.

***À minha família,
fiel incentivadora***

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento de agradecer a todas aquelas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. A todos o meu sincero reconhecimento e agradecimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina pela compreensão, paciência e, sobretudo, pelas valiosíssimas orientações, esclarecimentos e questionamentos que me fizeram atentar para importantes problemas a serem pensados e esclarecidos ao longo da dissertação.

Aos professores de graduação pelo exemplo de dedicação e entusiasmo com a prática filosófica.

Aos meus pais pela compreensão da ausência, pelo incentivo, amor e conselhos nas horas de angústia.

Ao meu namorado pela espera, pela compreensão, pela atenção, pelo carinho e amor. Por sempre estar disposto a escutar e ajudar.

Aos meus amigos e colegas em especial à colega Debora Fontoura de Oliveira por todas as discussões construtivas para os nossos trabalhos. Pela disposição a ajudar, por todas as palavras de carinho e de incentivo em todas as horas.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO DA CRÍTICA DE BONJOUR À EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE

AUTORA: CÍNTIA ROSO OLIVEIRA
ORIENTADOR: PROF. DR. ALBERTINHO LUIZ GALLINA
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 31 de agosto de 2009.

O projeto de naturalização da epistemologia proposto por Willard V. O. Quine fornece uma nova maneira de fazer epistemologia. A partir dessa proposta, tudo o que se tem para construir conhecimentos sobre o mundo são as evidências sensíveis e os resultados obtidos nas diversas investigações científicas, entre elas, as próprias investigações filosóficas empíricas. A epistemologia naturalizada não pretende proceder de um ponto de vista privilegiado em relação às outras ciências. Para Quine esse ponto de vista não é possível, sempre se parte de uma teoria de mundo para a partir daí, reconstruí-la revisando e rejeitando algumas crenças. A partir dessas conclusões da proposta quineana percebe-se uma clara rejeição do conhecimento e justificação *a priori* segundo o qual o que garantiria as crenças sobre o mundo em última instância seria uma intuição racional dada independentemente da experiência. Frente a isso, Laurence Bonjour critica o projeto de naturalização da epistemologia proposto por Quine, pois esta proposta ao não aceitar uma lógica *a priori* não teria nenhuma razão para se sustentar, seria auto-destrutiva. Este trabalho procura avaliar as críticas de Bonjour ao projeto de naturalização da epistemologia proposto por Quine. Pretende-se apresentar uma possível resposta no projeto quineano de que não há uma lógica *a priori*, mas uma “razão naturalizada” desenvolvida a partir da experiência que conecta as sentenças da teia.

Palavras-chave: Epistemologia; Quine; Bonjour

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduate Course in Philosophy
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

VALUATION OF THE CRITIC OF BONJOUR TO NATURALIZED EPISTEMOLOGY OF QUINE

AUTHOR: CÍNTHIA ROSO OLIVEIRA
ORIENTATOR: PROF. DR. ALBERTINHO LUIZ GALLINA
Santa Maria, August 31, 2009.

The project of naturalization of the epistemology proposed by Willard V. O. Quine it supplies a new way to do epistemology. Starting from that proposal, everything that is had to build knowledge on the world they are the sensitive evidences and the results obtained in the several scientific investigations, among them, the own empiric philosophical investigations. The naturalized epistemology doesn't intend to proceed of a privileged point of view in relation to the other sciences. For Quine that point of view is not possible, always originates from a world theory for since then, to reconstruct her revising and rejecting some beliefs. Starting from those conclusions of the quinean proposal it is noticed explicit rejection of the knowledge and justification a priori second which what would guarantee the beliefs ultimately on the world it would be a rational intuition given independently of the experience. Front to that, Laurence BonJour criticizes the project of naturalization of the epistemology proposed by Quine, because this proposal when not accepting a logic a priori would not be any reason to sustain, it would destroy yourself. This work tries to evaluate the critics of BonJour to the project of naturalization of the epistemology proposed by Quine. Intends to come a possible answer in the quinean project that there is not a logic a priori, but a "naturalized reason" developed starting from the experience that connects the sentences of the web.

Key words: Epistemology; Quine; BonJour

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
PARTE I	11
1 EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE: ASPECTOS NEGATIVOS	11
1.1 Críticas quineanas ao empirismo lógico	11
1.1.1 Crítica à distinção entre verdades analíticas e verdades sintéticas	12
1.1.2 Crítica ao reducionismo	17
2 EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE: ASPECTOS POSITIVOS	24
2.1 Naturalismo	24
2.1.1 Tese “naturalista-behaviorista” da aquisição da linguagem	26
2.1.2 Holismo	41
2.1.3 Pragmatismo	51
2.1.4 Epistemologia como tecnologia	60
PARTE II	72
3 CRÍTICA DE BONJOUR À EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE	72
3.1 Críticas de BonJour ao projeto epistemológico de Quine	70
3.1.1 Crítica aos argumentos quineanos contra a analiticidade	74
3.1.2 Crítica aos argumentos quineanos contra a aprioridade	76
3.2 O fundacionismo de Laurence BonJour	87
4 AVALIAÇÃO DA CRÍTICA DE BONJOUR À PROPOSTA QUINEANA	100
4.1 Avaliação das críticas de BonJour: contribuições e problemas em sua interpretação	100
4.1.1 Os significados estimulativos em Quine	119
4.1.2 A “razão naturalizada” em Quine	124
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

A epistemologia foi a disciplina central na filosofia moderna e ainda suscita muitas questões na filosofia contemporânea. Entre as questões pesquisadas em epistemologia uma das mais importantes e que obteve vários tipos de respostas diferentes ao longo dos tempos, foi a questão sobre como justificamos as nossas crenças para que se tornem conhecimentos. Em virtude das várias abordagens contemporâneas sobre os problemas epistemológicos, aquele foi visto sob um novo enfoque o que nos leva a colocá-lo de uma forma diferente. Pode-se formulá-lo do seguinte modo: O que tornam científicas as nossas crenças?

Essa questão investigada em epistemologia exigiu tal reformulação porque principalmente na modernidade se acreditava que o que tornaria válida alguma crença seria a dedução que o sujeito epistêmico seria capaz de fazer de sua crença a partir de uma proposição ligada a uma razão auto-evidente que justificasse a sua verdade. Essa posição ainda é defendida por epistemólogos contemporâneos, no entanto, existem filósofos que pensam que não é possível fazer tal dedução. Essa posição decorre da investigação sobre outras questões epistemológicas. Desse modo, muitos filósofos empiristas pensam que é problemático tentar deduzir as nossas crenças sobre o mundo a partir de proposições ligadas a evidências sensíveis, pois as crenças gerais sobre o mundo, crenças sobre o futuro ou sobre eventos possíveis não teriam evidências para que pudessem ser justificadas. Assim, esses filósofos não pensam que o que torna uma crença científica seja a justificação da sua verdade, mas a satisfação a certos critérios que permitem que a crença seja refutada empiricamente.

Esta dissertação de mestrado pretende apresentar e avaliar a crítica de Laurence Bonjour ao projeto de naturalização da epistemologia de Willard Van Orman Quine. Esses filósofos apresentam posições divergentes sobre o que torna científicas as crenças sobre o mundo, e a crítica de Bonjour tem por objetivo refutar a resposta de Quine a essa questão.

A proposta quineana insere-se num contexto de crítica ao projeto do positivismo lógico e de um projeto de naturalização da epistemologia. Bonjour critica Quine quanto a sua posição contrária a justificação *a priori* ao dizer que este não conseguiria sustentar o seu próprio projeto, já que não admite nenhuma justificação desse tipo. Além disso, diz que se o projeto quineano realmente é bem sucedido este se baseia implicitamente em uma lógica *a priori*.

O objetivo aqui proposto é avaliar a crítica de Bonjour a Quine e investigar as consequências decorridas dessa crítica ao sistema quineano. Para isso o texto será dividido em duas partes, a primeira versará sobre a crítica de Quine ao empirismo lógico e sobre o seu projeto de naturalização da epistemologia; a segunda parte constituir-se-á da crítica de Bonjour à Quine e de sua avaliação.

A primeira parte da dissertação é dividida em dois capítulos, ambos apresentam um aspecto da proposta de naturalização da epistemologia de Quine, o primeiro capítulo apresenta o aspecto negativo que se refere às críticas ao empirismo lógico, enquanto o segundo apresenta o aspecto positivo que se constitui das principais teses que ajudam a esclarecer a noção de uma epistemologia naturalizada. É relevante apresentar as críticas de Quine a alguns aspectos do empirismo lógico, porque é esclarecedor apresentar o contexto do qual surge a proposta quineana, ou seja, quais propostas são rejeitadas por Quine e por quê. Além disso, a importância desse item também se faz para mostrar que Quine não critica diretamente uma posição racionalista *a priori* como Bonjour bem lembra em sua crítica ao projeto quineano. O segundo capítulo é de extrema relevância porque constitui-se da exposição do projeto de naturalização da epistemologia e a partir de sua apresentação pretende-se dar os subsídios para analisar e avaliar as críticas de Bonjour. Serão expostas as principais teses que ajudam a esclarecer a posição epistemológica de Quine, quais sejam: a tese sobre a aquisição da linguagem; o holismo; o pragmatismo; e a tardia posição quineana da epistemologia entendida como tecnologia, posição que esclarece o papel normativo que a epistemologia parecia ter perdido.

A segunda parte da dissertação também se divide em dois capítulos, no primeiro são apresentadas as críticas de BonJour à epistemologia naturalizada de Quine e no segundo é feita a avaliação destas. No primeiro capítulo, que constitui o terceiro da dissertação, serão apresentadas inicialmente as críticas e problemas apresentados por BonJour a Quine. Para esclarecer o contexto do qual partem aquelas críticas, apresentam-se logo após, e de modo sucinto, a posição epistemológica de BonJour na época em que fez a crítica ao projeto quineano. A partir disso, segue-se o último capítulo da dissertação no qual será feita a avaliação das críticas de BonJour. Inicialmente avaliam-se as críticas de menor valor destrutivo à proposta quineana e por fim, será apresentada uma possibilidade de resposta à principal crítica de BonJour à epistemologia naturalizada de Quine.

PARTE I

1 EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE: ASPECTOS NEGATIVOS

A proposta quineana de naturalização da epistemologia compõe-se de dois momentos. Inicialmente, em “Two Dogmas of Empiricism” (1953) e em “Epistemology Naturalized” (1969) Quine busca de modo negativo criticar o projeto epistemológico do positivismo lógico. A partir disso, abre-se um novo momento de reconstrução de algumas ideias, um momento positivo, no qual Quine expõe as teses que vão constituir sua proposta epistemológica. Neste capítulo serão apresentadas resumidamente as críticas de Quine aos “dois dogmas” do empirismo lógico os quais, segundo ele, são meros artigos de fé que devem ser rejeitados. Juntamente com a exposição sobre a crítica quineana ao segundo desses dogmas, o reducionismo conceitual, também será apresentada a sua crítica ao reducionismo doutrinal. Esta exposição torna-se importante para este trabalho, visto que Bonjour em sua obra *In Defense of Pure Reason* (1998b) apresenta alguns problemas com relação a esse momento negativo da proposta quineana.

1.1 Críticas quineanas ao empirismo lógico

Em 1969, em seu artigo “Epistemology Naturalized”, Quine propõe uma nova concepção de epistemologia entendida a partir de uma dimensão naturalizada e não

mais como filosofia prima. Essa proposta é baseada em algumas explicações a respeito do que adquirimos do mundo e do que podemos “conhecer”¹, de como adquirimos a linguagem, se o nosso conhecimento é algo infalível ou não, etc. Essas explicações produzem teses que constituem sua posição contrária ao tipo de normatividade que caracterizou a epistemologia tradicional e, mais especificamente, a epistemologia do empirismo lógico.

Porém, antes de expor sua proposta epistemológica naquele texto de 69, em 1953 em um artigo intitulado “Two Dogmas of Empiricism”, Quine apresenta algumas críticas às duas teses do empirismo lógico a qual, de acordo com o próprio autor, terão como consequências: a defesa de uma naturalização da epistemologia, e o pragmatismo como forma de legitimar as crenças sobre o mundo. De acordo com Quine (1953, p. 20):

Ambos os dogmas, deverei sustentar, são mal fundamentados. Um dos efeitos de seu abandono é, como veremos, o esfumar-se da suposta fronteira entre a metafísica especulativa e a ciência natural. Outra característica é a reorientação rumo ao pragmatismo.

Prenuncia-se assim uma nova proposta epistemológica que não mais pretenda ser anterior à ciência, além disso, nessa passagem Quine também dá uma pista de como as crenças serão garantidas cientificamente em seu projeto. Desse modo, as críticas apresentadas naquele texto de 1953 são alguns dos pressupostos explicativos para a epistemologia naturalizada de Quine e, por isso, essa pesquisa começa por expô-las.

1.1.1 Crítica à distinção entre verdades analíticas e verdades sintéticas

Essa crítica é apresentada no artigo “Two Dogmas of Empiricism”. Para Quine (1953, p. 20), essa distinção é apenas um dos dogmas da tradição empirista, o outro

¹ Quine não esclarece sua concepção de “conhecimento” em suas obras. O que se pode dizer a respeito pelo menos é que esse conceito não tem um sentido tão forte e essencial para a epistemologia naturalizada como em outras epistemologias tradicionais. A minha interpretação desse conceito em Quine é que ele se refere à aquisição de certas sentenças teóricas e observacionais e sua associação ou não a estimulações sensíveis por parte do sujeito cognoscente. No caso das sentenças teóricas, pode-se dizer que se sabe que x, sendo x uma sentença teórica, apenas por x ser aceita como conhecimento pela ampla comunidade científica.

é o reducionismo. A tradição que considera as sentenças analíticas como um tipo de sentenças que são confirmadas aconteça o que acontecer, baseia-se em uma concepção reducionista de verificação dos significados, isto é, de que cada enunciado significativo pode ser confirmado ou infirmado mediante sua equivalência a algum construto lógico sobre termos que se referem à experiência imediata. Quine critica essas duas posições porque elas não são realizáveis e, portanto, não são válidas para se fazer ciência.

A tradição considerava os enunciados analíticos como verdadeiros em virtude de seus significados independentemente de questões de fato, enquanto os enunciados sintéticos seriam verdadeiros de acordo com os fatos. Mas Quine (1953, p. 37) pensa que o conceito de analiticidade não é explícito e ainda não foi bem caracterizado pela tradição para que possa haver uma distinção clara entre verdades analíticas e verdades sintéticas.

Se não há nenhuma definição satisfatória de analiticidade é sem sentido fazer uma distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos, pois só poderia haver distinção entre esses conceitos se antes ambos tivessem sido esclarecidos suficientemente. Como a analiticidade ainda não foi bem esclarecida, não faz sentido falar em enunciados analíticos, diferentes de enunciados sintéticos. Com relação a estes últimos, não haveria problema algum². A partir daí Quine (1953, p. 20) apresenta várias tentativas de explicitação da analiticidade pela tradição e mostra que este conceito ou esteve pressuposto nas definições dadas ou a sua caracterização era insatisfatória para servir como explicitação do conceito.

Quine (1953, p. 20) inicialmente cita a caracterização de Leibniz do conceito de analiticidade, segundo o qual seria aquele verdadeiro em todos os mundos possíveis, o que quer dizer que um enunciado analítico, em nenhuma circunstância, poderia ser falso. Outra definição seria a de que os enunciados analíticos não podem ser negados, pois isto seria autocontraditório. Mas para Quine esta definição é pouco explícita já que a noção de autocontraditoriedade também precisa ser elucidada.

² Posteriormente às análises das várias definições (frustradas) dadas pela tradição para esclarecer a analiticidade, Quine (1953, p. 36) diz que se enunciados analíticos são aqueles que têm apenas componente linguístico, sendo o componente fatural nulo, enquanto enunciados sintéticos aqueles que têm componente fatural e linguístico, então é sem sentido falar em enunciados analíticos dessa forma, e apenas existiriam enunciados sintéticos. Pois, como será apresentado no subcapítulo sobre o holismo, todos os enunciados para Quine dependem de alguma forma do fatural, e essa concepção leva a uma nova interpretação da analiticidade.

Quanto à definição kantiana da analiticidade, Quine (1953, p. 21) refere que têm duas deficiências. Para Kant um enunciado analítico seria aquele em que o predicado B pertence ao sujeito A como algo que *está contido* implicitamente nesse conceito A. As deficiências dessa definição são: 1. limita-se a forma de juízos sujeito-predicado; 2. tenta esclarecer um conceito usando uma noção de “estar contido” que fica no nível metafórico. Embora sua definição seja insatisfatória, a distinção kantiana entre enunciados analíticos e sintéticos, ficou mais explícita pelo emprego que Kant fez da noção de analiticidade do que pela definição mesma.

Aquela definição kantiana pode ser reformulada da seguinte forma: um enunciado é analítico quando verdadeiro em virtude de significados e independente de fatos³. Mas essa explicação pressupõe um conceito que também não está claro, então Quine (1953, p. 21) investiga como o conceito de *significado* foi compreendido pela tradição para que a noção de analiticidade possa ser esclarecida.

Os trabalhos desenvolvidos por Frege e Russell, nas palavras de Quine (1953, p. 21), ajudam a esclarecer o conceito de significado, pois apresentam algumas distinções importantes. Eles mostram que se deve distinguir entre significar e nomear, e entre significado e referência. Duas expressões diferentes podem nomear a mesma coisa, porém diferir em significado. Do mesmo modo, deve-se distinguir entre significado de uma expressão e sua extensão, pois duas expressões diferentes podem referir-se a mesma classe de coisas, porém diferir em significado. Estes dois aspectos que compõem a linguagem referem-se um a dimensão intensional e outro a dimensão extensional. Quine apresenta essas distinções como importantes para esclarecer o que é significado, pois como ele apresentará posteriormente em sua tese da aquisição da linguagem, esses dois aspectos não se dão separadamente, mas num mesmo processo linguístico-comportamental.

Na teoria do significado, a sinonímia das formas linguísticas e a analiticidade são as primeiras coisas que devem ser esclarecidas. Com isso, Quine (1953, p. 22) abandona a noção de significado e começa então a investigar a noção de sinonímia a fim de esclarecer a analiticidade.

³ Quine não diz de onde tira essa definição kantiana, mas pode-se pensar que é da introdução da *Crítica da Razão Pura*, do item da distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos. Nessa parte do texto, Kant apresenta a definição de enunciados analíticos que são aqueles nos quais o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contigo (ocultamente) no sujeito A (KANT, 1980, p. 27). Dessa definição Quine (1953, p. 21) conclui que para Kant um enunciado analítico é aquele verdadeiro em virtude de significados apenas. E se Kant apresenta algo diferente em outra parte de sua obra, Quine não leva em consideração.

Partindo da definição de analiticidade fregeana, existem dois tipos de enunciados analíticos, os que são logicamente verdadeiros e os que podem ser transformados em verdades lógicas por substituição de sinônimos (QUINE, 1953, p. 22). Como exemplo da primeira classe: “Nenhum homem que não casou é casado”; e da segunda: “Nenhum solteiro é casado”. Este segundo tipo de enunciados analíticos é que geram problema, pois dependem da noção de sinonímia. O primeiro tipo não é problemático, pois expressa uma tautologia.

Quine critica a analiticidade que depende da noção de sinonímia, pois para esclarecer como se dá a sinonímia deve-se esclarecer antes como chegamos a definições; e, segundo o autor, as definições são dadas através de sinonímias pré-existentes. A exceção seria aquele tipo de definições dadas por convenção⁴ (QUINE, 1953, p. 24-27). Porém esse tipo de definição não esclarece “o que é” a sinonímia nem “o que é” a analiticidade, apenas diz “como” chega-se a elas.

Ainda a noção de analiticidade não foi esclarecida, pois a noção de sinonímia precisa de explicação. Então, a partir disso, o autor identifica como condição suficiente de sinonímia das formas linguísticas ou da sinonímia cognitiva a permutabilidade em todos os contextos sem mudança do valor de verdade (QUINE, 1953, p. 27). Mas se essa condição for dada para uma linguagem extensional e incluir um advérbio intensional como “necessariamente”, ela até será suficiente para haver sinonímia cognitiva, mas ainda nesse caso, as noções de sinonímia e analiticidade estarão implícitas.

Quine (1953, p. 33), então, chega à conclusão de que através da noção de sinonímia não é possível esclarecer a noção de analiticidade e supõe outra forma de esclarecê-la, através da suposição de regras semânticas em uma dada linguagem L. Nesta linguagem haveria uma sentença “E é analítico para L” que estabeleceria quando uma sentença é analítica em tal linguagem. No entanto, ainda neste caso, a expressão “analítico para” deveria ser esclarecida.

Desse modo, para Quine a analiticidade ainda não foi totalmente compreendida pela tradição. Os filósofos que aderem a distinção entre analítico e sintético, sempre buscaram um critério de identidade pelo qual esclarecer aquele

⁴ Quine admite que os significados são convencionados pelo uso condicionado que fazemos das palavras nas diversas ocasiões em uma comunidade de fala (Cf. 1976, p. 105; 1995a, p. 22). A partir dessa concepção, não há uma linguagem mental *a priori*, mas uma linguagem convencional, embora não puramente convencional já que esta está de alguma forma associada à experiência (STEIN, 2003, p. 200).

conceito, porém nenhuma caracterização dada conseguiu dizer “o que é” a analiticidade sem recorrer a ela mesma. Na concepção quineana essa noção teria relevância se fosse pensada não como irreduzível, mas em conjunto com fatores mentais, comportamentais ou culturais (QUINE, 1953, p. 36). Nesse caso, o que se busca não é uma definição essencialista do que é a analiticidade, mas sim apenas uma explicação de como ela surge na linguagem. Talvez recorrendo ao uso linguístico que fazemos da analiticidade, ela seja melhor compreendida. Quine (1974, p. 79) mesmo pensou a analiticidade dessa forma (embora *tentando* evitar termos mentais em suas explicações) e aceita um tipo de enunciados analíticos, mas isso será apresentado adiante no subcapítulo sobre o holismo.

Nem mesmo a proposta de Carnap de compreender a analiticidade a partir da definição convencional, não essencialista, é satisfatória. Pois apesar dele compreender a impossibilidade de dizer o que são realmente as coisas, ele concebe que uma definição convencional ainda mantém um aspecto de necessidade no sentido metafísico. E para Quine (1976, p. 102), isso não é possível já que se trata de uma construção humana que ao longo dos anos vai se modificando. Desse modo, até mesmo a proposta carnapiana é insatisfatória para esclarecer a analiticidade. Para Quine (1953, p. 37) a distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos do modo como foi pensado, ainda não foi esclarecida e é apenas um dogma da tradição.

Quine (1953, p. 37) em “Two Dogmas of Empiricism”, ainda investiga a analiticidade a partir de outro critério, a “teoria verificacional do significado”. Segundo essa teoria amplamente aceita por muitos filósofos desde Pierce, o significado de um enunciado é definido pelo método de infirmá-lo ou confirmá-lo empiricamente. Assim um enunciado analítico é aquele caso-limite que é confirmado em qualquer circunstância. E se a analiticidade depende da noção de sinonímia, então analisando agora a partir da teoria verificacional do significado, dois enunciados são sinônimos se são semelhantes no que diz respeito ao método de infirmação ou confirmação⁵ empírica. Mas qual é esse método de infirmação ou confirmação empírica?

⁵ Quine (1978, p. 97) utiliza o termo “confirmação” para se referir a previsão bem-sucedida de uma hipótese na experiência. Mas assevera que isso não significa que a verdade da hipótese tenha sido estabelecida. Ele ainda distingue entre a confirmação (que ele usa em um sentido estrito de confirmação empírica) e as razões para se acreditar em alguma hipótese, as quais se referem às virtudes de precisão, generalidade, conservadorismo, etc (QUINE, 1978, p. 100).

O reducionismo radical é um deles, mas como essa concepção é falha (como será apresentado adiante), ela não serve para elucidar a sinonímia, nem mesmo a analiticidade. Portanto, partindo do reducionismo não faz sentido distinguir entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos.

Entretanto Quine (1953, p. 42) apresenta o holismo como uma alternativa para substituir a confirmação empírica dos enunciados um a um. De acordo com o holismo os enunciados ganham significado apenas como partes integrantes de um bloco “significativo”⁶ de teoria e não isoladamente. A partir desse método pode-se aceitar uma distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos, é claro, de modo diferente da pensada pela tradição. Mas para fins de clareza na estrutura do texto, apresentaremos isso no momento positivo da exposição da proposta quineana, quando for analisada a tese do holismo que juntamente com a tese da aquisição da linguagem legitimam essa concepção de analiticidade. Abaixo segue a crítica quineana ao método de confirmação empírica defendido pelo empirismo lógico.

1.1.2 Crítica ao reducionismo

A concepção mais ingênua de confirmação empírica adota o reducionismo radical ou extremo, ou seja, o modo de relatar diretamente todo e qualquer enunciado ao estímulo sensível, ou ainda, o modo de traduzir completamente toda sentença científica em uma linguagem de dados dos sentidos (QUINE, 1953, p. 38). Mas Quine diz em “Two Dogmas in Retrospect” (1991, p.272) que sua crítica em “Two Dogmas of Empiricism” (1953) refere-se à concepção moderada de reducionismo, segundo a qual cada sentença científica tem seu próprio conteúdo

⁶ Esse bloco significativo de teoria é um conjunto de sentenças teóricas com massa crítica semântica, isto é, com significado estimulativo e que pode ser verificado empiricamente através dos categóricos de observação (QUINE, 1991, p. 268). Isso já constitui a concepção mais refinada de Quine quanto ao holismo. Inicialmente Quine pensava que era a teoria como um todo que tinha verificabilidade empírica, posteriormente, percebeu que um conjunto de sentenças que tivesse massa crítica semântica já seria suficiente. Desse modo, Quine (Cf. 1991, p. 269) muda sua posição de um holismo radical para moderado.

empírico⁷; seu holismo moderado, portanto, é a negação dessa concepção também moderada.

Mas a crítica apresentada em 1953 é a apenas um dos tipos de reducionismo criticado pelo autor. Em 1969, no artigo “Epistemology Naturalized”, Quine explicita um pouco melhor sua posição contrária tanto à redução conceitual, quanto à doutrinal as quais estão relacionadas.

Em 1953, no texto “Two Dogmas of Empiricism”, Quine investiga a questão da unidade mínima de significação relacionada ao método de confirmação empírica, porque a partir da investigação do significado, talvez a analiticidade fosse melhor esclarecida. Já em 1969, no texto “Epistemology Naturalized”, ele questiona a possibilidade de se atingir certeza e clareza através da redução conceitual e doutrinal.

Os filósofos do Círculo de Viena se caracterizaram por tentar basear todo o conhecimento científico no empirismo tradicional e nos conhecimentos da lógica moderna. Para Quine (1969, p. 70) em “Epistemology Naturalized”, os filósofos do empirismo lógico procuraram realizar o projeto de maximizar a certeza e a clareza com o desenvolvimento de dois projetos respectivamente: a redução doutrinal e a redução conceitual. A redução doutrinal seria a justificação das verdades da natureza em termos sensoriais. Enquanto que a redução conceitual seria: 1) para Hume, a explicação de termos físicos em termos sensoriais; ou 2) para Bentham, a tradução de cada uma das sentenças inteiras nas quais os termos físicos aparecem em outros termos; ou ainda, 3) para Russell e Carnap, a reconstrução lógica dos termos físicos em termos de impressões sensíveis, lógica e teoria dos conjuntos.

As duas metas do positivismo lógico estão relacionadas, pois através da clareza alcançada com a redução conceitual, é possível ter com mais facilidade a certeza da verdade expressa pelas sentenças ou perceber sua derivação de verdades óbvias. Diz Quine (1969, p. 70) que “quanto mais claros forem os conceitos, mais provável é que as verdades neles expressas sejam obviamente verdadeiras ou deriváveis de verdades óbvias”. Por isso, para se ter certeza seria necessário se ter clareza, as duas metas estão relacionadas e o sucesso da redução

⁷ Essa concepção moderada de reducionismo refere-se a posição de Russell e Carnap de que a linguagem científica pode ser traduzida em termos dos dados dos sentidos, mais termos da lógica e teoria dos conjuntos, e não somente a linguagem dos dados dos sentidos.

doutrinal depende do sucesso da redução conceitual. Dessa forma, se a redução conceitual falha, a redução doutrinal também fica prejudicada.

Quine (1953, p. 38 e seguintes) analisa as formas de reducionismo conceitual quanto às unidades mínimas de significação. Hume e Tooke entendiam como a unidade mínima de significado, os termos. O primeiro, na tentativa de avançar na busca da redução conceitual, tentou explicar o conceito de “corpo” em termos sensíveis, e conseguiu identificar corpos externos com impressões sensíveis desses corpos. Para Tooke, um termo, para ser de algum modo significante deve ser ou o nome de um dado sensível, ou um composto de tais nomes, ou ainda uma abreviatura de tal composto.

A concepção que toma o enunciado, ao invés do termo, como a unidade mínima de significação foi primeiramente concebida por Bentham e Frege e, posteriormente, por Russell e Carnap (QUINE, 1953, p. 39). Desse modo, a realização da redução conceitual progrediu com a definição contextual defendida por Bentham. Segundo ele, não seria mais necessário identificar “corpos” com algum objeto específico, mas poder-se-ia apenas mostrar como traduzir toda uma sentença na qual o termo aparece em outros termos que não precisam ser sinônimos (QUINE, 1969, p. 72). Desse modo, para Bentham, a unidade mínima de significado, ao invés dos termos, era a sentença.

Outro passo importante foi dado por Russell, ele quis fazer uma reconstrução lógica do mundo externo a partir dos *sense data*⁸. E Carnap em sua obra *Der Logische Aufbau der Welt* de 1928 foi quem conseguiu chegar mais perto de realizar esse projeto (QUINE, 1969, p. 73). Para Russell e Carnap, a unidade mínima de significado também era a sentença. Porém, o enunciado concebido por Carnap era constituído por termos da lógica, teoria dos conjuntos e de dados dos sentidos. Este positivista lógico foi o primeiro a empreender definitivamente um reducionismo da ciência a algo mais do que apenas a experiência imediata e a entender que a ciência transcende em muito os dados sensíveis. E, portanto, foi o primeiro a empreender um reducionismo moderado e não radical. Embora Russell já tivesse pensado nessa possibilidade e até dado alguns passos na realização desse projeto.

Devido a alguns problemas identificados em realizar o projeto da reconstrução lógica, qual seja, “como atribuir qualidades sensíveis a posições no espaço e tempo

⁸ Traduz-se por ‘dados dos sentidos’.

físicos”, Carnap substituiu o projeto de Russell, por um mais fraco que a definição, a utilização de formas redutivas. Estas formas redutivas serviam para explicar um novo termo pela especificação das sentenças que são implicadas pelas que contém esse termo, assim como por outras sentenças que implicam outras que contém o termo novo. Mas, comenta Quine (1969, p. 76-8), que esse projeto mais fraco de definição ainda não conseguiu realizar completamente o objetivo do empirismo lógico de redução tradutiva dos termos físicos em termos de impressões sensíveis, mais auxiliares lógicos e teoria dos conjuntos⁹.

Quine diz que Carnap não se deu conta de que seu projeto não chegava a ser uma redução e que em seus trabalhos posteriores abandonou toda noção de traduzibilidade de enunciados sobre o mundo físico em enunciados sobre a experiência imediata. Se essa tradução fosse possível, ela dotaria de clareza os enunciados sobre o mundo físico e isso já seria um passo em direção à certeza da verdade desses enunciados. Na análise que Quine (1953, p. 40) faz dos trabalhos de Carnap, afirma que este não conseguiu concretizar seu projeto e suas construções não foram além de meros esboços de enunciados simples sobre o mundo físico, apesar de serem muito sugestivos.

O projeto reducionista do empirismo lógico não logrou os resultados desejados, porque mesmo as conquistas de Carnap de reconstrução racional do discurso científico falharam. A razão pela qual falharam mostra que nem toda sentença de teorias científicas tem um fundo de implicações materiais que possa ser dito próprio seu. E, portanto, nem toda sentença de teoria científica tem um significado próprio pelo qual possa ser diretamente relacionado a uma sentença da teoria científica.

Dessa forma, o reducionismo, como teoria verificacional do significado, na forma mais complexa e moderada proposta pelo empirismo lógico não foi realizável. E juntamente, a noção de significado também não foi satisfatoriamente esclarecida, portanto o conceito de analiticidade não logrou melhor explicação. Logo, fazer uma distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos não tem sentido. Assim para Quine (1953, p. 37), essas duas teses são apenas dois dogmas do empirismo, sustentados, acima de tudo, pela fé.

⁹ Não cabe examinar a análise quineana do projeto de Carnap, pois demandaria um estudo que tratar aqui fugiria a proposta da pesquisa. Apenas apresentam-se as conclusões de Quine a respeito.

Quine (1953, p. 41) afirma que sua contraproposta à posição do reducionismo foi essencialmente resultado da doutrina do mundo físico de Carnap no *Aufbau*. A alternativa é que os enunciados sobre o mundo exterior enfrentem o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas como corpo organizado. Para o reducionismo a verdade dos enunciados sintéticos dependia tanto de um fato linguístico quanto de um, extralinguístico. Quanto aos enunciados analíticos apenas os fatos linguísticos bastavam para a verdade do enunciado. Sendo que o componente fatural deveria reduzir-se a um domínio de experiências confirmatórias. Agora para Quine (1953, p. 42), é a ciência como um todo¹⁰ que tem sua dupla dependência para com a linguagem de um lado e a experiência de outro. Mas a significação não é dada enunciado a enunciado, o todo da ciência é que é a unidade de significância empírica.

Para criticar o reducionismo doutrinal, Quine apresenta em “Epistemology Naturalized” (1969), o problema epistemológico identificado por Hume e o toma como pressuposto para tirar suas conclusões epistemológicas. O filósofo moderno conseguiu justificar certas verdades da natureza a partir de proposições simples sobre impressões sensíveis já experimentadas, conhecidas diretamente, e somente dessas se poderia ter *certeza*. Para Hume, essa redução infelizmente seria a única redução doutrinal possível. Não se podem citar casos de sucesso na tentativa de redução doutrinal após Hume (QUINE, 1969, p. 71).

O próprio Hume identificou um problema nesse projeto de fundamentação das proposições sobre o mundo externo. Não poderiam ser feitas generalizações sobre as verdades da natureza, por causa da falta de evidência para proposições futuras. As proposições sobre impressões sensíveis futuras não poderiam ser experimentadas para que pudessem servir de evidência para um sujeito, e se não podem ser experimentadas, como podem ser previstas e expressas por uma sentença que seja infalível? A partir disso, para Hume só poderíamos ter certeza daquilo que é conhecido diretamente. Quine (1969, p. 72) concorda com Hume nesse ponto e afirma que esse problema humeano é um problema humano¹¹.

¹⁰ Note que esta era a primeira versão do holismo de Quine, uma versão radical e não moderada como a apresentada em artigos posteriores.

¹¹ Apesar de concordar com Hume nesse ponto, Quine ao longo de suas obras, não defende um anti-realismo do tipo humeano. Ele não é um anti-realista científico, porque isso pressuporia desconsiderar objetos inobserváveis, e quanto a estes tipos de objetos, Quine (1953, p. 45) diz apenas que diferem dos objetos observáveis por questão de grau com relação a confiabilidade. A partir do naturalismo pode-se dizer que surge uma posição nova com relação a essas questões da

Do lado doutrinal do projeto empirista, não houve nenhum progresso porque o problema identificado por Hume não é um problema possível de solução, ele apenas constatou um limite na possibilidade do conhecimento humano. A consequência disso é que não se pode ter certeza sobre nenhuma proposição geral ou proposições sobre o futuro. Nem mesmo os esforços de Carnap que levaram a um certo progresso do lado conceitual, podem servir para legitimar alguma *justificação* de sentenças sobre o mundo.

Para Quine (1969, p. 74) embora a ciência tenha como guia a verdade, não se pode mais pretender já ter alcançado essa verdade em sentido absoluto para justificar as nossas crenças. A tarefa da epistemologia tradicional de dotar de clareza e certeza as afirmações sobre o mundo não faz mais sentido. Isso significa uma rejeição de qualquer tipo de *justificação absoluta* para a ciência. A justificação só seria possível para a epistemologia naturalizada, se este conceito sofresse alguma mudança a ponto de não ter mais o objetivo de dotar de *certeza* as crenças justificadas, mas apenas mostrar que certas crenças são mais *prováveis* que outras. Agora o que legitima algumas sentenças e não outras, é a confiabilidade que lhes é conferida pela plausibilidade diante de critérios científicos¹².

A parte positiva da crítica ao reducionismo é a apresentação da tese do holismo. O holismo na proposta quineana pode ser considerado tanto pelo aspecto semântico quanto pelo epistemológico. Assim como o reducionismo pode ser

realidade e da verdade. Segundo Bulcão (2008, p. 105), Quine pode ser considerado como defendendo um realismo naturalista, no qual a verdade e a realidade não são transcendentais como no realismo científico, mas imanentes a uma teoria científica ainda não refutada. Mas parece que Quine (1995b, p. 251) admite ainda uma certa transcendência da verdade, pois diz: “a verdade, no entanto, é ainda assim vista como transcendente pelo menos em um sentido: que nós podemos dizer de uma teoria científica que ela não parou de ser verdadeira, mas que se descobriu que era falsa”. A verdade é um ideal ao qual os cientistas buscam, e não é decretado pelas teorias científicas. Apesar de que as teorias científicas orientam o que se pode ‘pensar’ ser verdadeiro. Quine (1992, p. 9) diz que sua proposta está em desacordo com o realismo, pois para o naturalismo é a ciência natural que, embora falível, diz o que há e o que é o que há. A partir disso, parece correto chamar essa posição de realista naturalista e não apenas realismo. Quine (1992, p. 9) diz que o mundo é como a ciência natural diz que é, a medida em que a ciência natural está certa. Assim a defesa de um realismo naturalista em Quine pode ser explicado pelas seguintes teses: 1. que os objetos observáveis e inobserváveis são considerados verdadeiros e reais a partir de uma teoria científica, e 2. que uma teoria ainda não refutada pela experiência, é legítima para explicar os acontecimentos do mundo. Embora essas teorias não pretendam estabelecer crenças verdadeiras em absoluto sobre o mundo, mas apenas possibilidades legítimas de compreendê-lo. Apesar de Quine não defender um tipo de verdade como fim último a ser buscado, em um sentido teleológico, ele ainda a pensa em um certo sentido como transcendente, como um guia para a ciência. As teorias científicas ainda não refutadas podem ser consideradas verdadeiras nesse sentido.

¹² É importante notar que Quine não adere a nenhum tipo de teoria confiabilista de justificação. Ele apenas diz que certas crenças que se conformam a experiência sem exceção fazem com que a nossa confiança nelas seja mantida (QUINE, 1981, p. 28).

conceitual e doutrinal, o holismo, como alternativa a esse método de confirmação, pode ser considerado com duplo aspecto. O holismo semântico de Quine considera como a unidade mínima de significação, em sua fase inicial, a ciência como um todo, pois é esta considerada em seu conjunto que tem consequências observáveis. Posteriormente, Quine sob um ponto de vista moderado, considera como unidade mínima de significado um conjunto de sentenças científicas com massa crítica semântica¹³. Do lado epistemológico, o holismo se caracteriza por entender que as hipóteses ou crenças científicas são verificadas não diretamente uma a uma na experiência, mas a teoria como um todo é que é refutada ou não diante de experiências recalcitrantes.

Posteriormente, Quine (1991, p. 268) muda de posição e afirma que não é mais necessário o todo da ciência, mas agrupamentos de sentenças que impliquem um categórico observacional já são suficientes para fazer o teste empírico. É importante notar que a verificação empírica de uma teoria, ou melhor, a não refutabilidade de uma teoria não implica que esta seja verdadeira, apenas que ela é garantida empiricamente como será visto adiante. Quine (1978, p. 100) diz que “o que confirma uma hipótese, à medida que ela é confirmada, é a verificação de suas predições”¹⁴.

Apesar do esclarecimento sobre holismo semântico e epistemológico feito acima, pode-se considerar também que para Quine não cabe essa distinção. Com a naturalização da epistemologia, esta torna-se semântica, pois para Quine (1969, p. 89), a evidência é uma das coisas centrais estudadas pela epistemologia e a verificação é algo central para o significado, assim “evidência é verificação”. Desse modo, dizer que no holismo radical a unidade mínima de significação é a ciência como um todo, é também dizer que ela é a unidade mínima de verificação. Nessa dissertação optaremos por não fazer essa distinção.

¹³ Sentenças científicas com “massa crítica semântica” são sentenças que implicam consequências observáveis e que, portanto, podem ser testadas empiricamente para saber se passam no teste da refutabilidade empírica. Quine (1991, p. 268) diz que são sentenças que implicam pelo menos um categórico de observação, ou seja, que implicam um efeito observável de uma condição observável. E nesse caso, o categórico observacional pode ser testado empiricamente, por isso aquelas sentenças que implicam esse categórico têm massa crítica semântica.

¹⁴ Na proposta quineana o conceito de “verificação” e de “confirmação” empíricas não têm um sentido forte de estabelecer o que é confirmado e verificado como absolutamente verdadeiro. Quine admite que novas experiências possam refutar o que já foi tido como verdadeiro. Ele não adere ao termo “falsificacionismo” de Popper, mas concorda que o teste empírico de uma hipótese se faz por refutação.

2 EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE: ASPECTOS POSITIVOS

Neste capítulo serão apresentadas algumas das principais teses que compõem a proposta da epistemologia naturalizada de Quine a fim de tornar explícito seu projeto. Através do esclarecimento do que constitui seu naturalismo, sua explicação da aquisição da linguagem, assim como da tese do holismo e do pragmatismo em sua proposta é possível esclarecer melhor como se constitui a proposta quineana de uma epistemologia naturalizada normativa. E a partir da apresentação desses elementos da proposta quineana tem-se os subsídios para avaliar e responder as críticas feitas por Laurence Bonjour à epistemologia naturalizada.

2.1 Naturalismo

Como já foi dito anteriormente, Quine propõe uma nova concepção de epistemologia em seu artigo “Epistemology Naturalized” (1969), contrapondo-se ao que a maioria dos filósofos pensavam, que a epistemologia deveria ser a disciplina que dá os fundamentos para a ciência natural. A partir de algumas falhas do projeto reducionista do empirismo lógico, Quine sugere que a epistemologia utilize-se da ciência natural, dos seus métodos e resultados obtidos através de outras ciências, para construir suas próprias teorias sobre as questões epistemológicas. Isso constitui uma naturalização epistemológica, a proposta de que os problemas

epistemológicos, assim como todos os problemas científicos, sejam investigados através do mesmo método das ciências naturais (QUINE, 1969, p. 82).

A proposta de uma epistemologia naturalizada opõe-se como já foi dito a uma filosofia primeira que fundamente a ciência natural. Quine ao filosofar a partir de uma base científica concorda com a crença de que a única evidência que há para se fazer ciência é evidência sensível. A partir disso, desenvolve um jeito de fazer filosofia utilizando o mesmo método científico das outras ciências que se baseia naquela crença. Nesse sentido, a epistemologia naturalizada opõe-se a possibilidade de algo ser conhecido anteriormente à experiência e de que alguma coisa fundamente de um ponto de vista privilegiado a ciência (QUINE, 1969, p. 75, 84). Compreendida dessa forma, a posição quineana rejeita à possibilidade de conhecimento e justificação *a priori*¹⁵.

A questão a qual a epistemologia naturalizada de Quine deve responder é como as evidências se relacionam com as teorias. Para realizar essa pesquisa, Quine deveria tornar-se um cientista empírico. Mas ele mesmo não fez pesquisa de campo, por exemplo, para investigar como se adquire a linguagem. No entanto, seguindo sua concepção naturalizada da epistemologia, tomou os resultados alcançados em outras áreas do conhecimento para tal. Desse modo, utilizou-se dos conhecimentos sobre linguística e psicologia empíricas para desenvolver sua tese da aquisição da linguagem, a qual será exposta abaixo (QUINE, 1969, p. 83).

As outras teses principais que compõem a proposta de naturalização da epistemologia, quais sejam: o holismo, o pragmatismo e a epistemologia como tecnologia, também surgem a partir de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas científicas, de resultados obtidos na história da filosofia, etc¹⁶. A epistemologia naturalizada tem como pressuposto¹⁷ sobretudo a teoria darwinista da evolução das espécies (QUINE, 1974, p. 22, 24). Através da seleção natural os indivíduos mais aptos conseguiriam se reproduzir e transmitir aos seus descendentes seus gens nos quais estariam características favoráveis à sobrevivência. Quine (1981, p. 61) considera o desenvolvimento da língua como

¹⁵ A questão sobre se há um argumento usado por Quine para criticar o *a priori* será discutida no quarto capítulo dessa dissertação.

¹⁶ (1969, p. 81 e 82; 1978, p. 30, 42 e 75).

¹⁷ Esse pressuposto não é algo dado *a priori*, independentemente da experiência, como uma intuição racional, mas quer dizer que a epistemologia naturalizada foi desenvolvida a partir de resultados obtidos em outras disciplinas científicas, por isso é uma proposta de epistemologia naturalizada, onde suas teses são produto de uma investigação científica.

algo necessário à sobrevivência das espécies. E nesse sentido, a linguagem, os valores morais, etc são construções humanas com vistas a favorecer a sobrevivência dos indivíduos.

Ao longo desse capítulo ficará mais clara a proposta de naturalização da epistemologia de Quine.

2.1.1 Tese “naturalista-behaviorista” da aquisição da linguagem

O problema epistemológico que guia a obra quineana está em descobrir como os homens podem produzir teorias científicas tão complexas sobre o mundo a partir de evidências tão simples (QUINE, 1995a, p. 16). Vista de outra forma a questão é: como a partir de evidências sensíveis simples é possível construir um vocabulário tão teórico quanto o vocabulário que compõe as teorias científicas? A fim de pesquisar esse problema, Quine procurará inicialmente entender como se dá a aquisição da linguagem e, a partir disso, como se dá a apreensão das evidências sensíveis, únicas evidências que há para fazer ciência.

Quine descreve a aquisição da linguagem a partir de uma perspectiva naturalista-behaviorista¹⁸. Ele é bastante influenciado pela teoria behaviorista radical em psicologia desenvolvida por B. F. Skinner, que inclusive era seu amigo. Porém, Quine (1991, p. 265) em “Two Dogmas in Retrospect” também afirma ter apreciado muito a obra *Psychology from the Standpoint of a Behaviorist* de Watson a qual tinha sido apresentada por seu professor na disciplina de psicologia no último ano de sua graduação. Mas parece que Quine não está interessado em se comprometer com alguma teoria behaviorista em psicologia¹⁹. Abaixo será apresentado sinteticamente as noções centrais do behaviorismo radical de Skinner em psicologia a fim de mostrar qual a teoria que, segundo uma rápida interpretação, mais se assemelha ao que Quine propõe.

De acordo com o behaviorismo, a ciência do comportamento é uma ciência natural, próxima da fisiologia, mas diferencia-se desta pelo fato de que não está

¹⁸ Essa terminologia é utilizada por Roger Gibson (1982, p. 31), um dos principais comentadores de Quine, para fazer referência a posição deste sobre a aquisição da linguagem.

¹⁹ O intuito deste trabalho não é identificar qual a teoria psicológica a qual Quine mais se assemelha.

interessada em estudar o funcionamento das partes do organismo, porém ele como um todo. Skinner desenvolveu os princípios do condicionamento operante e a sistematização do modelo de seleção por consequências para explicar o comportamento. O condicionamento operante segue o modelo *Sd-R-Sr*, onde um primeiro estímulo *Sd*, dito *estímulo discriminativo*, aumenta a probabilidade de ocorrência de uma resposta *R*. No modelo *Sd-R-Sr*, o condicionamento ocorre se, após a resposta *R*, segue-se um *estímulo reforçador Sr*, que pode ser um reforço (positivo ou negativo) que "estimule" o comportamento (aumente sua probabilidade de ocorrência), ou uma punição (positiva ou negativa) que iniba o comportamento em situações semelhantes posteriores²⁰. Estímulo, resposta e reforço ou punição são, portanto, noções centrais nessa concepção. Eles são os elementos básicos por meio dos quais adquirimos e modificamos nossos hábitos.

Quine (1974, p. 29; 1975a, p. 84) influenciado por estas concepções explica o processo de aquisição da linguagem utilizando o mesmo vocabulário comportamentalista baseado em estímulos e respostas, recompensa ou castigo²¹. A recompensa e o castigo são estímulos que reforçam ou extinguem certas respostas. Pelo princípio do prazer a criança diante de determinados estímulos procura dar a resposta que anteriormente gerou uma sensação agradável, e evita dar as respostas que geraram situações desagradáveis (QUINE, 1974, p. 29).

Assim Quine explica que diante de determinados estímulos sensoriais as crianças são condicionadas a proferir determinados sons. Por exemplo, inicialmente a criança se encontra diante de um objeto vermelho e a mãe diz "Isto é vermelho". Mais tarde a mãe e a criança presenciam novamente algo vermelho e a mãe pergunta a criança qual a cor daquele objeto, se a criança pronuncia "Vermelho", será recompensada pela mãe com um gesto de aprovação, caso contrário, será reprovada (QUINE, 1974, p. 29). O condicionamento linguístico para Quine (1995a, p. 22) acontece por meio de recompensa ou castigo tanto da mãe ou pessoa que ensina a criança a falar, quanto da sociedade a qual a criança pertence em uma fase posterior.

De acordo com o naturalismo de Quine (1969, p. 75), toda evidência possível para o aprendizado da linguagem e, conseqüentemente, para a construção de

²⁰ WIKIPEDIA: A ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Behaviorismo radical**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Behaviorismo>>. Acesso em: 15 maio 2009.

²¹ Não apenas a aquisição da linguagem, mas também a formação dos hábitos, a aquisição de valores morais, segundo Quine, são adquiridos por condicionamento.

sentenças sobre o mundo só pode ser evidência sensível. Os significados não são internos à mente do sujeito, mas precisam de evidência sensível concomitante a um proferimento verbal para serem inculcados. Para o naturalismo quineano, os “significados” são melhores concebidos como “significados de estímulos ou estimulativos” em oposição ao “significado” da concepção mentalista.

Para Quine (1988, p. 81), os significados estimulativos não são mentais, internos a mente do sujeito, mas são privados porque se referem à estimulação que ocorre em cada indivíduo. Nesse sentido, os significados estimulativos são peculiares a estrutura neural de cada indivíduo, porque estão relacionados ao modo como cada indivíduo adquire as estimulações sensíveis. O uso que fazemos das palavras é publicamente condicionado e isso dá um caráter objetivo à linguagem. Desse modo, os significados estimulativos são privados, mas a linguagem é pública. Ela é aprendida socialmente e o uso correto das palavras é aprendido através do comportamento verbal das pessoas suficientemente familiarizadas com a língua em questão, diante de uma situação estimulativa.

É por ostensão que as crianças, na primeira fase de seu desenvolvimento linguístico, aprendem a falar. Diante de um objeto apontado pela mãe ou tutor e do som emitido por este(a) ao apontar, a criança associa aquela estimulação ao som proferido, e naturalmente balbucia os sons tentando arremedar a pessoa que o emitiu (GIBSON, 1982, p. 41).

No entanto, a maior parte da linguagem e também a mais sofisticada, é adquirida por outro método, o da síntese analógica (QUINE, 1968, p. 28). Esse método representa a forma de aquisição da linguagem pela qual as crianças começam a construir, por analogia, novas sentenças a partir de outras já conhecidas. Por exemplo, de várias sentenças do tipo “Isto é vermelho”, “Isto é um cachorro”, “Isto é grande”, “Isto é feio”, etc a criança aprende de modo indutivo, por analogia com estas sentenças, o uso dos termos “isto” e “é”. Dessa forma, ela pode construir uma nova sentença do tipo “Isto é uma casa”.

É a partir da síntese analógica que a parte teórica da linguagem é adquirida. Mas as sentenças teóricas só ganham significado como partes de um grupo de sentenças que tem consequências empíricas observáveis (QUINE, 1990, p. 13). Os termos “isto” e “é” não têm significado considerados de forma isolada, somente como partes integrantes de uma teoria linguística é que as crianças aprendem seu modo de uso. Apenas como parte integrante de uma rede de sentenças interconectadas

que constituem uma pequena teoria do mundo é que a criança aprende como usar determinados termos e expressões²². Principalmente da parte mais teórica da linguagem como os operadores lógicos, os quantificadores, os conectivos gramaticais, os pronomes, etc. E a partir disso, ela começa a formar sentenças teóricas sobre o mundo. A partir de um conjunto suficiente de sentenças que implicam um categórico de observação, os termos teóricos adquirem significado e podem ser utilizados com sucesso (QUINE, 1990, p. 13).

As palavras “isto”, “é” e “vermelho” da frase “Isto é vermelho” são minimamente determinadas quando inseridas num conjunto de sentenças com massa crítica semântica, onde são classificadas de acordo com suas funções sintáticas e começam a ganhar significado. Por exemplo, a primeira vez que a criança escuta o som “Isto é vermelho”, essas palavras isoladas não têm significado, embora a frase como um todo seja associada de modo holofrástico a estimulação global e tenha significado estimulativo, cada palavra isolada da frase não tem.

Ao se deparar com outras situações estimulativas semelhantes e escutar o som da palavra “vermelho” novamente, mas agora em outra frase, por exemplo: “Olha, uma maçã vermelha!”, a criança começa a perceber uma certa similaridade entre as situações e entre os sons proferidos. Associando os sons semelhantes (vermelho e vermelha) às cores similares das situações estimulativas. Dessa forma, os sons semelhantes são associados a coisas que têm uma certa semelhança, neste caso a cor; começando a ganhar um significado e um lugar na classificação sintática das palavras que permite a formulação correta das frases.

A criança começa a formular a sua teoria de mundo a partir do que vivencia. Depois de algumas situações vividas as crianças já teriam um conjunto de

²² A partir da leitura das obras de Quine parece que ele distingue entre “aprender o modo de uso” e “adquirir significado estimulativo”. Quine mesmo não expressa claramente essa distinção, nem mesmo usa a expressão “modo de uso” como uma expressão de sua proposta semântica. Mas penso que seria esclarecedor fazer essa distinção. Afirmo Quine (1968, p. 39): “...as significações ou idéias expressas mediante usos lingüísticos de aparência e enunciação idênticas podem divergir radicalmente em muitos casos.” Embora muito controverso, a partir de uma passagem do artigo “Three Indeterminacies” e da obra na qual aparece a mesma passagem *Pursuit of Truth*, Quine parece dizer que o significado estimulativo é privado, ao dizer que “eu deixo as estimulações na superfície do sujeito e os significados estimulativos privados com elas”. Os significados estimulativos seriam privados, pois estão relacionados ao modo que cada indivíduo adquire as estimulações sensíveis. Mas o modo de uso é público, é adquirido por condicionamento. Os significados estimulativos são expressos pelos usos lingüísticos, e portanto, pelo comportamento verbal, pelos assentimentos ou dissentimentos diante das estimulações sensíveis. O significado estimulativo é privado, embora o uso lingüístico que o expressa seja público, o que permite a comunicação. Não existe significado estimulativo para termos, apenas para sentenças e estas ainda relacionadas a outras sentenças em uma teoria de mundo. Apesar disso, as pessoas aprendem o modo de uso de termos em expressões por síntese analógica.

informações (que são constituídos por padrões de similaridade de estimulações, como padrões de sons, cores, formas, texturas, etc.) suficientes que lhes possibilitam formular uma mínima teoria sobre o mundo. Esta ao longo dos anos e com o estudo e a ciência, se torna mais complexa. Nas palavras de Quine (1995a, p. 23):

As crianças dominam os conectivos adicionais: 'acima', 'embaixo', 'antes', 'dentro', 'entre', cada um dos quais serve para combinar sentenças observacionais duas a duas em uma sentença observacional composta. Talvez as crianças aprendam tais conectivos por aprender pela primeira vez uma sentença observacional composta diretamente como um todo por ostensão direta. Então, tendo aprendido também cada uma das sentenças componentes independentemente, elas apreendem por hábito e procedem a aplicar o conectivo por analogia com outros pares.

A síntese analógica só é possível porque a criança percebe uma semelhança entre as situações estimulativas e os sons proferidos diante daquelas circunstâncias. A partir daí, por analogia com outras situações já vivenciadas, a criança começa a proferir determinados sons para fazer a mesma coisa. Por exemplo, a criança percebe que a palavra "isto" é usada para nomear alguma coisa que está próximo a ela, e "é" para identificar uma coisa com outra. Isso ela aprende apenas por analogia com várias outras situações já vivenciadas.

Mas o que permite que haja o aprendizado da linguagem? Quine vai além dos resultados obtidos em psicologia e linguística empíricas e pesquisa a possibilidade de aquisição da linguagem levando em consideração alguns resultados obtidos em fisiologia e neurofisiologia da época²³.

É imprescindível para a possibilidade da aquisição da linguagem o fato de que os animais em geral têm experiências do mundo chamadas estímulos globais (QUINE, 1995a, p. 17). Em meio a esses estímulos globais há determinadas saliências que se sobressaem, por exemplo, uma cor intensa ou um movimento. Ao perceber em uma estimulação global a mesma saliência de outra situação, a criança percebe uma certa semelhança entre as ocasiões e associa o mesmo som proferido pela mãe na primeira situação, à segunda (QUINE, 1974, p. 25).

²³ Quine não chega a concretizar uma análise muito aprofundada dessa investigação em termos neurofisiológicos, o que ele faz é propor um modo de interpretação que leve em consideração essa estrutura neurofisiológica como uma possibilidade de rejeitar a interpretação mentalista que vigorou por muito tempo entre os filósofos. Sua proposta admite que não possa haver uma redução de termos mentais a termos neurofisiológicas, mas que algumas daquelas capacidades mentais possam ser explicadas, talvez futuramente com o avanço da ciência, por meio da neurofisiologia.

Caso ela seja questionada em outra ocasião a respeito de uma estimulação semelhante à primeira, e emita o mesmo som proferido pela mãe anteriormente, esta a recompensará com um gesto de aprovação, caso a criança emita um som diferente, será reprovada. Nesse caso apresentado fica caracterizada a necessidade de um estímulo (os estímulos globais que apresentam determinadas saliências), a resposta (o som proferido diante do estímulo) e a recompensa ou castigo (o gesto de aprovação ou reprovação da mãe diante da resposta da criança).

Assim Quine (1974, p. 16) identifica como possibilidade da aquisição da linguagem a percepção que a criança tem de padrões de similaridade entre eventos ocorridos em situações diferentes. Essa percepção só é possível porque existe uma condição fisiológica que a possibilita. E também porque associado a esta há uma outra condição, de que a criança esteja inserida em uma comunidade de fala que condicione as respostas diante dos estímulos globais percebidos. Esta segunda condição é contextual, a primeira, fisiológica. Para Quine (1995b, p. 253): “seu aprendizado depende então realmente de ambos, do uso público das sentenças observacionais e de uma harmonia pré-estabelecida das escalas privadas de similaridade perceptiva das pessoas”.

Quanto aos padrões de similaridade, Quine (1974, p. 16) diferencia entre padrões de similaridade receptiva e perceptiva. Cada estímulo global é um subconjunto ordenado de terminações nervosas do sujeito, se dois desses subconjuntos são um pouco semelhantes no sentido de que eles consistem mais ou menos das mesmas terminações nervosas quase na mesma ordem, então pode-se dizer que há uma similaridade receptiva neste sujeito. A similaridade receptiva refere-se a similaridade dos receptores que são disparados em determinados estímulos globais e em qual ordem (QUINE, 1995a, p. 17). A similaridade receptiva é uma similaridade física, sem relação com o comportamento. Ambas as relações de similaridade são relações triádicas, diz-se que um episódio *a* é mais similar a *b* do que a *c*. Logo, duas situações são receptiva ou perceptivamente semelhantes em diferentes graus (QUINE, 1974, p. 16-8).

Em 1991 em “Two Dogmas in Retrospect”, Quine apresenta a noção de “exteroceptores” mas não a esclarece. Os exteroceptores, segundo os estudos

fisiológicos atuais, são receptores nervosos²⁴ associadas à pele que respondem a estímulos externos originados fora do organismo. Existem exteroceptores para os estímulos de vários grupos, tais como do calor ou frio, dor, tato/pressão, audição, visão, olfação, gustação e equilíbrio. Esses tipos de estímulos ativariam determinados tipos de receptores sensoriais que dariam um padrão do tipo de estimulação sensorial. Quine (1991, p. 273) nesse texto fala apenas que os exteroceptores seriam a solução para falar de diferentes grupos de estimulações sensoriais e nesse sentido, esse termo da fisiologia contemporânea está relacionada aos padrões de similaridade receptiva comentados em *The Roots of Reference*.

A similaridade perceptiva é um grupo de disposições de segunda ordem que se referem ao comportamento (QUINE, 1974, p. 16)²⁵. Ela é uma questão de efeito no sujeito, ou seja, refere-se a sua reação. Os padrões de similaridade perceptiva são particulares a cada indivíduo, porém a comunidade a qual se pertence é que vai condicionar a resposta correta diante das estimulações recebidas. Desse modo, uma condição comportamental de similaridade perceptiva pode ser entendida do seguinte modo: *a* é perceptivamente mais similar a *b* que a *c* se um sujeito foi condicionado a responder de uma certa maneira a todos os episódios na proximidade receptiva de *b*, e a não responder dessa maneira em todos os episódios nas proximidades receptoras de *c* (QUINE, 1974, p. 18). Logo o sujeito emitirá uma resposta aos episódios nas proximidades de *a* semelhante às respostas dadas às de *b*.

Quine (1974, p. 18) enfatiza que a similaridade perceptiva ainda pode ter uma relação poliádica da seguinte forma: *a* é mais semelhante a b_1, \dots, b_m do que a c_1, \dots, c_m . Um exemplo dessa relação pode ser o seguinte: imagine uma certa resposta reforçada na presença de uma bola vermelha e penalizada na presença de uma rosa amarela. Uma rosa vermelha então não evocará aquela resposta, dada a sua cor semelhante, mas forma diferente. No entanto, se a resposta for reforçada também

²⁴ Esses receptores podem ser terminações livres e vários outros tipos como corpúsculos, órgãos, etc. especializados para cada tipo de estimulação sensorial. (NISHIDA, S. M. **Sistema nervoso sensorial**. Apostila do Curso de Fisiologia 2007. Departamento de Fisiologia, IB Unesp – Botucatu. Disponível em: < http://www.ibb.unesp.br/departamentos/Fisiologia/material_didatico/Neurobiologia_medica/Apostila/05.sistema_sensorial_geral.doc> Acesso em: 06 jul. 2009.

²⁵ Quine em *The Roots of Reference* comenta rapidamente sobre a existência de um tipo de similaridade comportamental que estaria relacionada aos músculos contraídos ou relaxados em uma dada situação estimulativa. Esse seria um tipo de similaridade que está ao extremo da similaridade receptiva, sendo a similaridade perceptiva intermediária. Está relacionada com fatores causais. Mas não esclarece nada mais que isso. Talvez esse tipo de similaridade fosse um tipo de disposições de primeira ordem, como um comportamento reflexo. Mas é apenas uma suposição que não importa aprofundar aqui (QUINE, 1974, p. 21).

na presença de um xale vermelho, a rosa vermelha evocará a resposta. Desse modo, isto quer dizer que os episódios juntos da bola vermelha, da rosa vermelha e do xale vermelho foram mais semelhantes do que os episódios da bola vermelha e da rosa amarela juntos (QUINE, 1974, p. 18).

Como foi dito anteriormente, a similaridade receptiva é fisiológica, e a similaridade perceptiva como reação dada diante de estimulações, embora não seja tão evidente, também é fisiológica porque são conexões neurais estabelecidas por reforço e extinção de respostas. A comunidade de fala a qual a criança pertence vai reforçar ou extinguir certas respostas dadas diante de determinadas estimulações sensíveis. Quando a criança aprender a dar a resposta certa, de acordo com a comunidade de fala, pode-se dizer que um padrão de conexão neural foi estabelecido. Portanto, tornou-se fisiológico. Mas isso não quer dizer que essa resposta não possa se modificar. Caso haja uma modificação de alguma resposta, houve anteriormente (mas quase instantaneamente) a isso uma alteração neurofisiológica, uma outra conexão neural foi estabelecida e pode ou não ser reforçada.

Essas similaridades perceptivas como conexões neurais estabelecidas por reforço de respostas tornam-se reflexos inatos para a próxima geração daquela comunidade de fala. Portanto, para Quine (1975b, p. 70) algumas dessas similaridades perceptivas são inatas, porque seriam desenvolvidas pelos animais pela seleção natural e seriam modificadas ao longo dos anos pela experiência.

Ao longo dos anos, a estrutura nervosa ou das glândulas dos animais sofreriam algumas modificações de acordo com as similaridades perceptivas tidas por seus antepassados. Quine (1974, p. 13) explica que as disposições inatas são transmitidas de geração a geração através do código genético nos cromossomos. Sendo assim, os padrões de similaridade inatos são assim chamados por seu aspecto fisiológico e não mentalista.

Quine (1995a, p. 19) afirma que um padrão implícito, embora provisório, para ordenar os episódios como mais ou menos similares deve preceder a qualquer aprendizado, e ser inato. Algumas dessas similaridades perceptivas são inatas, pois dado que o aprendizado depende da similaridade perceptiva, esta não pode ela mesma ter sido aprendida ou pelo menos não toda ela.

Os padrões de similaridade receptiva e perceptiva de um indivíduo são verificáveis objetivamente. Em *The Roots of Reference*, Quine não chega a dizer

explicitamente, mas dá a entender que a similaridade receptiva seria verificada neurofisiologicamente através de instrumentos adequados, por meio dos quais poder-se-ia verificar uma similaridade dos receptores sensoriais estimulados. E através da observação direta seria possível verificar se a resposta dada diante de um estímulo é verdadeira ou não (ou seja, se o uso das sentenças é correto ou não) de acordo com uma comunidade de fala. Quine (1995b, p. 254) declara que “em contraste com a privacidade das entradas neurais, e a privacidade de suas similaridades perceptivas, as sentenças observacionais e suas semânticas são de importância pública, desde que as crianças tenham as aprendido de seus antepassados”.

Os padrões de similaridade perceptiva de um indivíduo também são testáveis objetivamente. Por exemplo, tome o caso anterior da criança que é questionada sobre uma cor. Imagine que a criança e a mãe presenciam novamente um outro objeto com uma cor entre um vermelho e um laranja, mas esta estimulação ainda não tinha sido percebida pela criança anteriormente. A mãe questiona qual a cor do objeto, a criança dá a resposta “vermelho” e é recompensada. Logo, pode-se pensar que a cor desse objeto é mais semelhante a vermelho que a outra cor, de acordo com o padrão de similaridade perceptiva da criança e da mãe.

A similaridade perceptiva relata um episódio presente a um episódio passado, e é através de alguns traços captados por observação na primeira situação que o reconhecimento é possível²⁶. Esse reconhecimento seria uma conexão neural estabelecida sobre a conexão neural que associa os traços semelhantes dos eventos observados. Essa observação pela qual se captam certos traços é uma questão de graus. Pois ela depende de alguns traços que se apresentam como mais salientes que outros (QUINE, 1974, p. 24).

²⁶ Quine fala em *From Stimulus to Science* que a criança inicialmente percebe que o falante percebe um objeto ou um evento. Posteriormente, quando a criança coloca a sentença já proferida por aquele falante em uso, há uma percepção de uma percepção (1995a, p. 89). Nesse momento, haveria então um reconhecimento por parte da criança de que ela está usando uma sentença já proferida anteriormente em uma situação semelhante a que se apresenta no momento presente. Esse reconhecimento, sendo uma percepção de uma percepção, é uma conexão neural estabelecida sobre uma conexão neural. Apesar desses esclarecimentos, o uso do termo “reconhecimento” em uma expressão “reconheço que” seria muito problemático para Quine. Ele diz que a sentença “percebo que”, “penso que”, “acredito que” do mesmo tipo da citada acima, são chamadas atitudes proposicionais e estas sentenças impregnam um discurso mentalista, em uma lógica intensional que ele quer evitar (1995a, p. 90). Por isso, usar esse termo “reconhecimento” em Quine, é um tanto problemático, mas fazendo essas devidas ressalvas, talvez não desvirtue a compreensão do leitor.

A saliência é importante porque vai direcionar a atenção do observador em meio a estimulação global. Alguns tipos de saliência podem ser: a posição focal, o movimento, o brilho, o contraste com o resto da estimulação global, uma cor berrante. Por exemplo, pode-se pensar em três episódios nos quais há um gato, porém no episódio *a* e *c*, o gato está em movimento, enquanto no episódio *b* o gato está dormindo. O traço saliente ao qual a criança dedica sua atenção é o gato, ora parado, ora em movimento. E a partir da observação desses traços salientes, percebe o episódio *c* como mais similar a *a* do que a *b* (QUINE, 1974, p. 25). A força ou vigor de um traço varia de acordo com o tempo de sua aquisição, quanto mais recente o traço adquirido, mais vigor ele tem.

Pelo princípio do prazer que rege o processo de condicionamento, um traço tem mais vigor que outros pelas condições agradáveis/prazerosas ou desagradáveis de sua aquisição. Portanto, os traços adquiridos em condições agradáveis são reforçados enquanto os adquiridos em condições desagradáveis são levados pouco a pouco a extinção. Desse modo, a condução do aumento ou diminuição da similaridade variará dependendo se o episódio anterior foi agradável ou desagradável. Enquanto houver recorrência de uma recompensa, os traços deixados por esses episódios serão mais fortes e a similaridade perceptiva entre duas situações poderá aumentar.

Por exemplo, um macaco está em uma gaiola e nesta gaiola tem uma alavanca. Ao ser apresentado uma linha circular para o macaco, este aperta a alavanca, e é recompensado com bananas. Caso contrário, não acontece nada. O traço saliente dessa situação é a linha circular. Porém em outro caso, é apresentado ao macaco não uma linha circular, mas sete pontos dispostos de tal forma que se assemelham a um círculo, e diante disso, o macaco aperta a alavanca. Quer dizer que os traços salientes dos sete pontos e da linha circular foram similares para o macaco (QUINE, 1974, p. 29). E os traços da linha circular estavam fortes devido a situação na qual foram adquiridos ter sido prazerosa. Pelo princípio do prazer, os traços dos episódios passados dizem o que procurar e o que evitar.

O método indutivo é implícito no processo de condicionamento, apesar de se apresentar nesse caso de modo muito primitivo (QUINE, 1974, p. 32). A indução seria um termo mental para se referir ao processo de formação do hábito ou condicionamento. No caso anterior do macaco, ele prevê que ao apertar a alavanca diante de uma estimulação da linha circular, ganhará bananas. Na outra situação, na

qual está diante de sete pontos dispostos semelhantemente a um círculo ele prevê novamente que irá ganhar bananas, pois essas estimulações foram perceptivamente semelhantes a da linha circular. Porém foi punido, e isso significa que a previsão não se verificou, ou seja, que sua “indução” estava errada. Mas o fato da indução ser correta ou não, é mera questão de formação de hábito ou condicionamento de acordo com uma comunidade de fala (QUINE, 1981, p. 27).

Quine busca apresentar uma explicação neurofisiológica para mostrar como é possível o condicionamento linguístico e qualquer formação de hábito através desses padrões de similaridade. As similaridades receptiva e perceptiva são as condições de possibilidade de qualquer aprendizado, seja linguístico, seja comportamental. É através da similaridade receptiva que se captam os estímulos e através da similaridade perceptiva que é possível o condicionamento das respostas. E a indução (termo mental), um tipo de raciocínio, agora é explicada como algo formado a partir do condicionamento ou formação de hábito.

A noção de percepção pertence à psicologia do aprendizado: à teoria do condicionamento ou da formação do hábito. Os hábitos que são adquiridos por condicionamento, são disposições (isto é, são disposições a agir de uma determinada maneira diante de certos estímulos sensoriais) (QUINE, 1974, p. 8). Como disposição, essa similaridade perceptiva serve como base para prever os comportamentos. A similaridade perceptiva opera através da nossa propensão a esperar estimulações semelhantes perceptivamente e isso é uma indução primitiva. Dessa forma, ela é a base de toda a expectativa, assim como de todo aprendizado, e de toda a formação do hábito (QUINE, 1995a, p. 19).

Como foi dito anteriormente, os padrões de similaridade receptiva e perceptiva são fisiológicos e, através da seleção natural, vão sendo transmitidos de geração a geração. Por serem transmitidos pelo código genético dos indivíduos, os padrões de similaridade promovem uma uniformidade pré-estabelecida no comportamento dos membros de uma comunidade de fala. Essa harmonia preestabelecida dos padrões de similaridade perceptiva pressupõe que se duas cenas disparam estimulações globais perceptivamente semelhantes sobre suas testemunhas, elas estão aptas a agir na segunda situação do mesmo modo como agiram na primeira (QUINE, 1995a, p. 21).

Quine não diz com essas palavras, mas a partir do que escreve (1995b, p. 254) pode-se pensar que com a mistura genética de membros de comunidades de

fala diferentes, esses padrões de similaridade vão se assemelhando até entre comunidades de fala divergentes. Possibilitando mesmo, alguns padrões de similaridade serem tão básicos que podem ser iguais para toda uma espécie de animais.

Portanto, a harmonia pública dos padrões privados de similaridade perceptiva é alcançada por meio de seleção natural. Os padrões de similaridade perceptiva dos indivíduos são inculcados dessa maneira, pois é graças aos antepassados compartilhados, e ao meio ambiente compartilhado que haverá uma uniformidade linguística e comportamental na comunidade. As mudanças nos padrões subsequentes ao nascimento também tenderão a harmonizar-se por causa da sociedade que reforça ou extingue determinadas respostas de acordo com o meio ambiente compartilhado (QUINE, 1995a, p. 21).

A comunidade de fala pertinente a qual um indivíduo pertence pode ser tomada como um parâmetro para ‘determinar’ o modo de uso das expressões (QUINE, 1990, p. 44). Quine (1968, p. 43) afirma que “o que determina o ‘evet’ ou o ‘yok’ do indígena é uma combinação da estimulação provocadora mais a pergunta ‘Gavagai?’”. Desse modo, o uso daquelas expressões é determinado por um conjunto de fatores, a simultaneidade das estimulações sensíveis e lingüísticas.²⁷ A harmonia na comunicação entre os indivíduos de uma comunidade de fala preestabelecida por situações intersubjetivamente observáveis é alcançada por uma necessidade de sucesso na comunicação entre os indivíduos, e isso expressa o aspecto pragmático da linguagem em Quine (1995a, p. 22) que será apresentado adiante.

No processo de condicionamento lingüístico deve-se distinguir entre causalidade e disposição. A resposta das pessoas diante de certos estímulos sensoriais não é um efeito de uma causa, mas ela deve ser entendida como uma resposta proporcionada por uma disposição do indivíduo²⁸. No caso da causalidade há um nítido fluxo de energia, enquanto na disposição isso não é tão certo. Porém, se entendida como um mecanismo ou hipotético estado físico há um fluxo de energia (QUINE, 1974, p. 11-13).

²⁷ É importante notar aqui que o uso lingüístico pode ser determinado publicamente por condicionamento, porém o significado não. Este sempre será indeterminado, visto que é privado e não pode ser acessado pelos outros indivíduos.

²⁸ Quine baseia-se aqui na concepção de disposição apresentada por B. F. Skinner em sua proposta behaviorista em psicologia.

A causalidade é um processo físico em cuja situação um evento *a* causa um evento *b* (QUINE, 1974, p. 5). Por exemplo, quando uma bola bate em outra e transfere para esta o seu movimento, diz-se que o movimento da bola *a* causou o movimento da bola *b*. E nesse exemplo ocorre um fluxo de energia.

Quine (1974, p. 10) reivindica que a disposição não é algo mental em oposição ao processo físico da causalidade, mas diz que ela é um hipotético estado físico. Cita o exemplo da solubilidade em água para mostrar que a disposição de algo se dissolver quando posto na água é um estado particular ou mecanismo descrito por teorias físicas com um vocabulário científico. Portanto, a disposição é uma propriedade em um objeto, por meio da qual as circunstâncias *c* determinam o objeto a fazer *a*.

Nesse caso, entendendo-se o condicionamento linguístico como uma disposição, diz-se que diante de determinados estímulos sensoriais um sujeito está disposto a agir de uma determinada maneira. A explicação da disposição é melhor compreendida quando se entende que a propriedade da qual se fala (a disposição em questão) só é observada em determinadas circunstâncias e não em outras. Isso quer dizer que as circunstâncias empíricas que se colocam são determinantes para se observar ou não certas disposições. E a disposição compreendida como um mecanismo, é entendida como um estado físico em que pode haver fluxo de energia de acordo com as circunstâncias que se colocam (QUINE, 1974, p. 11).

Os padrões inatos de similaridade perceptiva, como disposições, hipotéticos estados físicos, produzem induções primitivas. Desse modo, eles são uma ciência primitiva que nos ajuda a fazer previsões sobre o futuro (QUINE, 1974, p. 19). Essas induções primitivas são muito importantes para os animais, pois lhes auxiliam na sua sobrevivência. Através delas, pode-se antecipar a presença de algo comestível ou de algum predador. Quine (1995a, p. 20) influenciado pela teoria darwinista em biologia afirma que a seleção natural tem dotado os animais de padrões de similaridade perceptiva que proporcionam um maior sucesso em suas expectativas e, conseqüentemente promovem a sua sobrevivência.

Esses padrões de similaridade fornecem uma indução primitiva e à ciência caberia refinar essa capacidade inata para predizer o futuro. Através de boas hipóteses a ciência pode refinar os padrões de similaridade dos indivíduos, portanto através do aprendizado, esses padrões de similaridade sofreriam algumas revisões.

Os padrões de similaridade inatos seriam falíveis e indispensáveis a ciência como uma pré-ciência (QUINE, 1995a, p. 19; 1975b, p. 71).

No processo do condicionamento linguístico as respostas são dadas mediante estímulos sensíveis, nesse caso pode-se dizer que diante de certos estímulos sensoriais algumas pessoas estão dispostas a ter determinadas reações fisiológicas e neurofisiológicas, enquanto outras não, de acordo com suas disposições inatas. Para Quine (1974, p.13), as disposições inatas são um conjunto de reflexos inatos e disposições inatas. Os reflexos inatos são aprendidos no útero materno, enquanto as disposições inatas são transmitidas de geração a geração pelo código genético.

A reação cultural relacionada à disposição a agir de uma determinada maneira diante de certos estímulos sensoriais é constituída por condicionamento. Em um caso, tem-se uma recompensa que reforça uma determinada resposta diante de um certo estímulo sensorial. Enquanto em outro, o gesto de reprovação é um castigo que tende a extinguir uma resposta que não é condizente com determinados estímulos sensoriais, de acordo com a comunidade de fala a qual se pertence. Quine (1981, p. 57) chega até a mencionar o uso de doces e varas no processo de aprendizagem, apesar de reconhecer que apenas o gesto de aprovação ou reprovação já é suficiente para reforçar ou extinguir uma resposta.

Assim, a reação cultural ou social é determinada pela comunidade de fala a qual se pertence e como foi dito acima, são os indivíduos pertencentes a essa comunidade de fala que promoverão a uniformidade das respostas através dos gestos de aprovação ou reprovação diante das mesmas. Isso caracteriza o aspecto contextual da aquisição da linguagem. Porque é em meio ao contexto histórico e cultural que se adquire a linguagem e é a comunidade de fala a qual se pertence em um determinado tempo e espaço que aprova ou reprova as respostas dadas mediante os estímulos sensoriais.

Considerando o que foi dito, Quine (1975a, p. 87) procura substituir a linguagem mentalista que dominou muitas das epistemologias modernas por um vocabulário próprio das teorias científicas reconsiderando conceitos mentalistas à luz da neurofisiologia. Apesar disso, ele mesmo não conseguiu atingir esse objetivo, suas pesquisas não foram mais longe do que a suposição de padrões inatos de similaridade receptivo e perceptivo e a tentativa de explicar esses padrões como estruturas neurofisiológicas.

Quine tenta não utilizar termos mentais em suas explicações, e mesmo compreende que para a ciência um ideal seria utilizar apenas termos fisicalistas e da neurofisiologia, mas em *From Stimulus to Science* admite essa impossibilidade. Segundo sua aceitação de um monismo anômalo (como concebido por Donald Davidson), na ciência a linguagem é extensional, mas inclui predicados mentais. Os verbos de atitudes proposicionais permanecem mentalistas porque não são traduzíveis em termos fisiológicos, embora cada evento mental individual possa ser especificado fisiologicamente (QUINE, 1995a, p. 98).

Os filósofos modernos Hume e Berkeley defenderam que as únicas coisas percebidas são dados sensórios, cheiros, barulhos, sensações, cores, etc., mas não algum corpo que contivesse todas essas características. A psicologia da Gestalt mostrou que não percebemos os dados sensórios isolados, mas sim, formas, e esses são os produtos que são explicados cientificamente pela psicologia e que antes eram tidos como objetos de introspecção, em um sentido mentalista e subjetivo (QUINE, 1974, p. 4)²⁹. É dessa forma que se deve entender a consideração de objetos na proposta quineana.

Esses objetos percebidos não são subjetivos e sim objetivos e empíricos, pois são percebidos com um certo padrão devido ao aprendizado social, ao condicionamento linguístico. Portanto, não seriam meras construções subjetivas e inválidas para se fazer ciência. Os corpos seriam objetos de percepção, enquanto os dados sensórios, objetos de recepção. Nesse sentido, os receptores sensórios operam no nível da similaridade receptiva, enquanto a Gestalt opera no nível da similaridade perceptiva (QUINE, 1974, p. 4).

Agora que já foram esclarecidos alguns aspectos que constituem a concepção quineana da aquisição da linguagem e suas condições de possibilidade, foi dado o primeiro passo para mostrar como Quine explica a relação entre as evidências sensíveis e as teorias científicas. Mas pode-se questionar: Como as teorias científicas e as sentenças teóricas se relacionam com as evidências sensíveis? Como as sentenças que compõem as teorias científicas se relacionam

²⁹ Apesar das diferenças entre os filósofos, note que tanto para Hume e Berkeley com relação a *apreensão* de dados sensórios, quanto para Quine com relação a *percepção* de formas da Gestalt, não há um objeto ou uma entidade que é possível de ser conhecida. Isso mostra suas posições contrárias ao realismo científico. No caso de Quine, a posição defendida pode ser considerada um realismo naturalista.

entre si? Existem sentenças básicas que explicam outras ou não? Isso será esclarecido melhor a partir do holismo quineano.

2.1.2 Holismo

O holismo é uma tese sobre a unidade mínima de significação (aspecto semântico), que no naturalismo refere-se conjuntamente a uma tese sobre a unidade mínima de verificação empírica (aspecto epistemológico). Esses dois aspectos estão intrinsecamente ligados no naturalismo quineano, já que um conjunto de sentenças que tem significância empírica é que pode ser verificado, como será visto a seguir.

Quine (1991, p. 269) afirma em “Two Dogmas in Retrospect” que quando apresentou essa concepção em “Two Dogmas of Empiricism” ele não conhecia a tese de Duhem. Apenas se referiu posteriormente a ela, porque alguns críticos lhe chamaram a atenção para a mesma tese já apresentada por Duhem³⁰.

É importante notar que Quine modifica sua concepção holista ao longo de sua obra. Basicamente holismo é a concepção de que as sentenças científicas só se relacionam com as evidências sensíveis quando consideradas em conjunto, sozinhas elas não teriam consequências observáveis próprias. A partir disso, em “Two Dogmas of Empiricism”, a unidade mínima de significação e de verificação era a teoria como um todo e não cada sentença individualmente (QUINE, 1953, p. 42; 1990, p. 16; 1991, p. 269).

A caracterização acima do holismo é considerada um holismo radical. Com a mudança de Quine em relação ao que constitui a unidade mínima de significância, sua proposta holista não se caracteriza mais por ser radical, mas moderada. Quine (1991, p. 269) em “Two Dogmas in Retrospect” afirma que em seus últimos escritos tem considerado não mais o todo da ciência como a unidade mínima de significância, mas um agrupamento de sentenças suficiente para ter massa crítica semântica. Dessa forma, qualquer agrupamento de sentenças que implique um

³⁰ Entretanto, embora tão conhecida como Tese de Duhem-Quine, Duhem não mantinha juntamente com Quine algumas das consequências do seu holismo. Por exemplo, Duhem não concebia a lógica e a matemática como disciplinas pertencentes ao todo da teia das crenças, elas seriam disciplinas *a priori* não testadas experimentalmente como a física. (DUHEM, Pierre. **Wikipedia**: The Free Encyclopedia, U. S., 2009. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Duhem> Acesso em: 05 maio 2009).

efeito observável de uma condição experimental observável é suficiente para ser tomado como unidade mínima de significado.

A conjunção de uma condição experimental observável e um efeito observável representada em forma de sentença é chamada por Quine, um categórico de observação³¹. Assim, um agrupamento de sentenças que tenha massa crítica semântica pode ser testado empiricamente e refutado ou não (QUINE, 1991, p. 268). Portanto, o holismo quineano é moderado, pois agora não é mais necessário o todo da ciência, mas apenas uma parte considerável de teoria para ter significância empírica.

Se o holismo quineano fosse radical qualquer teoria poderia ser considerada verdadeira. Mas apesar de teorias diferentes poderem ser consideradas do mesmo modo garantidas empiricamente, existem formas de construir sentenças científicas que são melhores que outras, possibilitando assim, a escolha de uma formulação teórica como verdadeira (QUINE, 1988, p. 95)³². E essa escolha é possível porque o holismo moderado admite que existam certas sentenças neutras teoricamente. A partir dessas sentenças pode-se comparar teorias empiricamente equivalentes, porém logicamente incompatíveis; e assim, escolher através de alguns critérios qual a melhor e a que será tida como verdadeira³³.

Desse modo, o holismo moderado também se caracteriza pela concepção de que algumas sentenças têm seus significados determinados independentemente do todo da teoria. E através dessas sentenças, posteriormente consideradas como os categóricos de observação, é possível se comparar teorias divergentes. O holismo em sua forma radical concebe que toda e qualquer sentença só ganha significado como parte de um todo linguístico, a ciência. No holismo moderado, algumas sentenças ganham significado independentemente da teoria, pois obedecem a uma forma gramatical, lógica que é inerente a qualquer linguagem. Essa forma lógica representa uma previsão, uma indução e não é algo proporcionado por uma razão a

³¹ Os categóricos de observação serão analisados no subcapítulo sobre a epistemologia como tecnologia.

³² Quine afirma que teorias empiricamente equivalentes que são logicamente incompatíveis não são teorias diferentes, mas tem formulações teóricas diferentes. Se fossem teorias diferentes, suas implicações empíricas seriam diferentes (QUINE, 1981, p. 29). E aqui é importante lembrar da distinção entre verdade e garantia empírica.

³³ Isso está de acordo com a posição naturalista defendida por Quine (Cf. 1995b, p. 261), que em um certo sentido é realista, segundo a qual há uma teoria que é considerada verdadeira em detrimento de outras.

priori, mas é dada pela própria maneira que a linguagem é adquirida, por condicionamento ou formação de hábito (QUINE, 1995a, p. 25).

Os categóricos de observação têm seus significados dados independentemente do todo da teoria, pois são sentenças compostas por sentenças observacionais ocasionais, as quais por se referirem de modo holofrástico as estimulações sensíveis, têm significado estimulativo próprio. No entanto, os categóricos de observação não são sentenças observacionais, mas teóricas, pois expressam uma generalização que não se dá na experiência. Eles são sentenças que seguem uma forma lógica inerente a toda e qualquer linguagem humana, proporcionada pelos padrões inatos de similaridade, podem ser compreendidas por qualquer indivíduo sem importar se pertence à mesma comunidade de fala do indivíduo que proferiu a sentença.

O holismo quineano ainda em sua concepção original é representado na metáfora apresentada por Quine e Joe Ullian em 1978 no livro *The Web of Belief*. Essa metáfora diz que a ciência é a totalidade do que se chama conhecimento ou crenças e este conjunto de crenças construídas pelos homens constitui uma teia³⁴ a qual colide com a experiência apenas em suas extremidades.

Nessa teia, as sentenças observacionais seriam mais diretamente relacionadas às evidências sensíveis que as sentenças teóricas, embora estas últimas também estejam de certa forma relacionadas às evidências sensíveis. Isso reforça a tese quineana de que não há diferença entre enunciados analíticos (independentemente de fatos) e enunciados sintéticos (dependente de fatos), todos estão de alguma forma relacionados aos fatos empíricos. Pois todas as sentenças são aprendidas na experiência, ou diante de situações estimulativas - no caso da ostensão -, ou a partir delas -no caso da síntese analógica.

Gibson (1988, p. 33), um dos principais comentadores de Quine, mostra que o filósofo americano apresenta três argumentos em favor do holismo: 1. o argumento por redução ao absurdo; 2. o argumento da prática científica; 3. o argumento da aquisição da linguagem. O primeiro argumento por redução ao absurdo refere-se à tese de que nenhuma sentença de uma teoria tem seu próprio conjunto de

³⁴ Pode-se pensar a teia (*web* para Quine e Ullian em *The Web of Belief*) como uma analogia com uma teia de aranha a qual é constituída de muitas interconexões e é presa por suas extremidades em alguns pontos. A teia das crenças é constituída de muitas interconexões através de um mesmo vocabulário e é presa à experiência por alguns pontos de verificação empírica, os categóricos de observação. Esses pontos de verificação podem ser revistos, caso a teia seja refutada pela experiência, mas sempre haverá novos categóricos de observação para fazer a verificação empírica.

condições experienciáveis de confirmação e infirmação. O segundo argumento relaciona-se à tese da revisibilidade dos valores de verdade das sentenças numa teoria. E o terceiro argumento refere-se à tese do aprendizado por síntese analógica. O primeiro e o segundo argumentos são apresentados inicialmente em 1953 no texto “Two Dogmas of Empiricism”. O terceiro argumento é apresentado em *Word and Object*, em 1960, capítulo 2³⁵.

Abaixo serão expostas as explicações que implicam a tese quineana do holismo, da forma especificada por Gibson, pois apresenta uma estrutura clara para a compreensão dos aspectos que reforçam o holismo quineano.

O primeiro argumento quineano para defender o holismo, no artigo “Two Dogmas of Empiricism” é obtido por uma redução ao absurdo. Este argumento refere-se à tese de que nenhuma sentença de uma teoria tem seu próprio conjunto de condições experienciáveis de confirmação e infirmação. Se a tese do holismo é falsa, então a tese da confirmação individual das sentenças das teorias deve ser aceita. E quem a aceitar deve ser capaz de distinguir absolutamente as sentenças analíticas das sentenças sintéticas nas teorias. No entanto, Quine afirma que não somos capazes de fazer isto e, portanto, a tese do holismo é verdadeira (GIBSON, 1988, p. 38).

Quine (1953, p. 41) se baseia na premissa de que não há nenhuma teoria aceitável de confirmação empírica de sentenças sintéticas individuais. E esta premissa baseia-se na investigação que conclui que Carnap falhou nas tentativas de reconstrução racional do discurso empírico. Essas premissas, portanto, refutam o dogma do reducionismo de que cada sentença considerada isoladamente tem um fundo de implicações empíricas próprias que a confirmam. Desse modo, com o dogma refutado, o holismo pode ser sustentado como uma alternativa possível àquele método de confirmação e infirmação de significados (GIBSON, 1988, p. 40-2).

Considerando as falhas do reducionismo, Quine (1953, p. 42) defende que é impossível entender o significado de uma palavra fora de uma linguagem onde essa palavra está inserida. Mesmo a criança compreende as palavras através de sua

³⁵ Apesar da interpretação de Gibson ser muito fiel à proposta quineana. É válido lembrar que Quine não pretende apresentar razões para provar *absolutamente* sua proposta e suas teses. Ele baseia-se em explicações e resultados obtidos da ciência e da história da filosofia, portanto, Quine incorre em uma circularidade ao explicar suas teses. No entanto, essa circularidade não é problemática em Quine (1995b, p. 256), considerando que as sentenças são compreendidas em um holismo, essa circularidade é esclarecedora.

simples teoria do mundo, formulada a partir das estimulações já percebidas e das situações já vivenciadas em uma comunidade de fala. É somente dentro de um contexto amplo de crenças que as sentenças teóricas encontram seus significados, e a partir das sentenças observacionais que lhes conferem verificabilidade empírica. Afirma Quine (1953, p. 42): “Tomada globalmente, a ciência tem sua dupla dependência para com a linguagem e a experiência. Mas esta dualidade não é significativamente delineável em termos dos enunciados da ciência tomados um a um”.

Pode-se pensar em uma frase: “ A_{BX} ”. Não seria possível compreender essa frase se não fosse dentro de uma teoria que explicasse, por exemplo, que “A” refere-se a um verbo que significa “amar”, “B” a um indivíduo que pratica a ação e “X” ao indivíduo que sofre a ação. Aquela frase isolada não teria significado nenhum se não viesse acompanhada de algumas outras informações a respeito. E é assim que ocorre com as sentenças em geral.

A linguagem é adquirida mediante estimulações sensíveis, mas as sentenças não são associadas diretamente a determinados objetos físicos. As sentenças de ocasião que são diretamente associadas as evidências sensíveis, são associadas a um todo estimulativo, e não a partes desse conjunto. Diz Quine (1969, p. 82) que “não há sentença sobre o mundo que tenha uma reserva de implicações empíricas que possa ser dita própria sua”³⁶. Mas mesmo assim a evidência se relaciona com a teoria e pode-se compreender essa relação através do holismo.

De acordo com o argumento da prática científica, os valores de verdade das sentenças que compõem uma teoria podem sempre ser reconsiderados a luz de uma experiência recalcitrante. E qualquer sentença que pertença ao todo da ciência ou a um grupo significativo de teoria pode ser revista, inclusive sentenças com conteúdo lógico consideradas pela tradição como verdadeiras aconteça o que acontecer.

Na metáfora do todo da ciência como uma teia de crenças, as sentenças observacionais estão mais na periferia da teia, enquanto as sentenças teóricas mais no centro. As leis lógicas, como sentenças teóricas, também estariam no centro da

³⁶ Note que nessa caracterização Quine ainda não aceita nem mesmo as sentenças observacionais ocasionais como tendo um conteúdo empírico próprio. E, portanto, em “Epistemology Naturalized”, Quine ainda defendia um holismo radical.

teia das crenças. Todas essas sentenças estão relacionadas entre si e com as situações estimulativas.

Desse modo, se ocorrer alguma situação estimulativa não prevista pelo todo da teoria, deverá haver algum reajustamento na teia das crenças e algumas sentenças deverão ser revistas, algumas deverão ter seu valor de verdade alterado e algumas deverão ser excluídas do sistema. Tudo isso pode gerar reajustes no interior da teia, ou seja, algumas sentenças teóricas, dentre elas as leis lógicas, poderão ser revistas (QUINE, 1953, p. 42). Dado que todas as sentenças estão interconectadas por relações lógicas, a mudança do valor de verdade de uma sentença ocasiona mudanças nos valores de verdade de outras sentenças.

Para Quine (1953, p. 42), as leis lógicas são também enunciados adicionais do sistema e, portanto, também falíveis, apesar de pertencerem ao centro do campo e serem mais difíceis de serem colocadas em dúvida. Desse modo, nenhuma crença é imune à revisão. De acordo com Quine (1953, p. 43):

Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro aconteça o que acontecer, se realizarmos ajustamentos suficientemente drásticos em outra parte do sistema. Mesmo um enunciado muito próximo à periferia pode ser considerado verdadeiro frente a uma experiência recalcitrante, alegando-se alucinação ou reajustando certos enunciados do tipo chamado leis lógicas.

Em “Two Dogmas in Retrospect” Quine (1991, p. 268) afirma que considerando a lei do terceiro excluído é que ele reclama a tese de que nenhuma sentença é imune a revisão. Ele mesmo está considerando essas teses epistemológicas de dentro de uma teoria de mundo, portanto, suas considerações já são regidas por algumas leis lógicas que compõem a sua teia das crenças.

Ao considerar o categórico de observação como implicado por um grupo de sentenças que tem massa crítica semântica, Quine (1991, p. 268) dá a lógica um *status* especial, já que coloca a implicação lógica como um vínculo entre a teoria e o experimento. Entretanto, reforça que sempre se pode rearranjar e alterar os limites do que conta como lógica. E isso está de acordo com a tese de que nenhuma sentença é imune a revisão.

Desse modo, considerando esta tese quineana não existem sentenças que podem servir como base para justificar ou esclarecer outras sentenças. Também não existem sentenças intrinsecamente verdadeiras aconteça o que acontecer. Pode haver um tipo de revisão que considere uma sentença verdadeira a tal ponto de

revisar a própria lógica, mas para que a teoria em questão seja considerada verdadeira pela comunidade científica, ela deverá satisfazer melhor que outras os critérios pragmáticos estabelecidos cientificamente³⁷.

Segundo o argumento da aquisição da linguagem, o holismo quineano é sustentado pela forma como adquirimos a linguagem. Quine (1995a, p. 23) afirma que há dois métodos de aquisição da linguagem: o método básico é o da ostensão, o outro é o da síntese analógica. Esta última forma de aquisição da linguagem pressupõe uma forma holista de formação das crenças, pois dessa forma, não há algo que fundamenta a aquisição da linguagem, ela se dá ao longo do tempo e se torna cada vez mais complexa³⁸.

O argumento da prática científica em favor do holismo é o mais plausível, porque é o mais claro, o argumento por redução ao absurdo é o mais fraco (GIBSON, 1988, p. 42). A vantagem do argumento da aquisição da linguagem é que ele apresenta uma explicação naturalista para o holismo. É importante enfatizar que a tese do holismo é uma exigência empírica na medida em que é suportada por informações obtidas da história da filosofia, da história da ciência e da ciência linguística. Da história da filosofia tem-se informações de tentativas frustradas de redução conceitual e doutrinal (QUINE, 1969, p. 82). A história da ciência mostra que várias teorias que antes eram tidas como verdades absolutas foram superadas por outras que melhor explicaram o mundo físico. E a ciência linguística explica como a linguagem é adquirida (QUINE, 1978, p. 75; 1969, p. 81). Quine, como um epistemólogo naturalista, baseia-se ele próprio em informações obtidas das outras teorias científicas para construir suas próprias teses epistemológicas. Esses argumentos não têm a pretensão de provar absolutamente a tese holista, mas principalmente de explicar porque a sua defesa é legítima. A tese holista tem sua legitimidade por explicações naturalistas e não em intuições *a priori*.

Desse modo, Quine critica o reducionismo do empirismo lógico e defende um holismo segundo o qual as crenças somente têm significados se consideradas dentro de um contexto amplo de crenças, no qual o conjunto das sentenças implica um categórico de observação sendo este um ponto de verificação empírica. E de

³⁷ Esses critérios serão analisados no subcapítulo sobre a epistemologia como tecnologia.

³⁸ Sobre os métodos de aquisição da linguagem, em particular a síntese analógica, ver o item 2.1.1 (Sobre a Tese “naturalista-behaviorista” da aquisição da linguagem) desta dissertação.

acordo com o holismo, ambas sentenças observacionais e teóricas, sintéticas e analíticas, estão relacionadas às evidências sensíveis e são revisíveis.

Não há distinção de natureza entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos, pois todos de algum modo estão relacionados à experiência sensível. Se há alguma diferença, ela é de grau. Em “Two Dogmas of Empiricism”, Quine (1953, p. 43) comenta que os enunciados sintéticos ou observacionais estariam mais na periferia da teia das crenças na metáfora quineana das teorias científicas, enquanto que as sentenças teóricas e analíticas estariam mais no centro, indiretamente relacionadas às evidências sensíveis. Mas Quine não utiliza mais essa expressão “distinção analítico-sintético” para falar de sua proposta. Ele aceita um tipo de analiticidade, mas não faz uso dessa expressão.

Nessa teia das crenças, as sentenças próximas ao centro não são infalíveis, elas somente são difíceis de serem postas em dúvida, porque se negadas, demandariam rejeição de muitas outras crenças do sistema, e isso não seria útil para o fazer científico. Mas isso não quer dizer que as sentenças teóricas não possam ser colocadas em dúvida e negadas.

Há uma diferença de grau entre as sentenças teóricas e observacionais³⁹, e isto se refere de modo pragmático, à utilidade que certas sentenças têm em proporcionar um melhor entendimento do mundo que outras. Quanto a isso, Quine (1953, p. 44, 46) cita a diferença entre falar nos deuses de Homero e em objetos físicos, na verdade o que lhes distingue é apenas a utilidade. Talvez os deuses de Homero não sejam enunciados gerais o bastante para explicar várias situações estimulativas, assim como outros enunciados de leis da física. Assim também a matemática com suas formulações analíticas, apesar de não ser infalível, tem grande utilidade para formular leis mais simples⁴⁰. Portanto, alguns enunciados são preferíveis a outros, pois são mais úteis para explicar o mundo. Para Quine o pragmatismo deve guiar o epistemólogo.

Quine nega a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos justamente porque quer mostrar que não há um lado conceitual independente de um lado fatural, e um lado necessário e não contingente dessa distinção como os filósofos da

³⁹ As sentenças analíticas, para Quine, podem ser tanto teóricas como observacionais. Algumas sentenças matemáticas são analíticas, por exemplo, “ $2+2=4$ ” e também é uma sentença teórica. Do mesmo modo, a sentença “O cachorro é um animal” é uma sentença analítica, porém é observacional e não teórica.

⁴⁰ Vale lembrar aqui que, para Quine, a simplicidade é uma regra pragmática que guia o trabalho do cientista na construção de teorias.

tradição pensavam. Para ele, qualquer aprendizado provém da experiência, é dependente do fatural e, portanto, é contingente. Não há conceitos mentais, e não há verdade necessária, imune a revisão.

A partir da crítica aos dois dogmas do empirismo, Quine (1976, p. 105) se opõe aos filósofos que defendiam uma diferença de natureza entre verdades analíticas e verdades sintéticas. E como muitos filósofos procuraram dar uma definição essencialista da analiticidade, portanto, investigaram essa noção por uma dimensão metafísica, ela frequentemente foi associada às verdades necessárias. Quine ao constatar a incapacidade de se dar uma definição essencialista legítima, rejeita também que as verdades analíticas sejam necessárias intrinsecamente. Portanto, ao defender que todas as crenças são contingentes e direta ou indiretamente dependem do fatural, ou melhor, das evidências sensíveis opõe-se ao uso de um conjunto de conceitos relacionados às verdades seguras, verdades analíticas no sentido de ser independente da experiência, verdades *a priori* e verdades intrinsecamente necessárias.

A distinção que teve origem com Leibniz, Locke e Hume com as verdades de fato e verdades de razão, e nasceu com Kant com a formulação da distinção, agora em Quine é rejeitada tendo como base as explicações que sustentam o seu holismo moderado. Contudo, apesar dele rejeitar a distinção entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos, não quer dizer que ele não aceita que existam enunciados analíticos. Quine somente não aceita o tipo de analiticidade proposta pela tradição, a qual defendia que os enunciados analíticos eram válidos em qualquer situação e independente de fatos.

A tradição filosófica considerava seguras três categorias de verdades: as verdades analíticas, as verdades *a priori* e as verdades necessárias (QUINE, 1968, p. 79). Para Quine, havia um desacordo sobre se a primeira categoria de verdade compreendia a segunda, ou a segunda a terceira. Isso se devia ao fato da tradição não haver definido nenhuma dessas categorias a luz dos traços observacionais do comportamento linguístico. Ao surgir a necessidade de se esclarecer melhor esses conceitos, Quine afirma que aqueles que consideravam idênticas as três categorias contestaram dizendo que as sentenças analíticas são aquelas que estamos dispostos a afirmar aconteça o que acontecer. No entanto, a expressão “aconteça o que acontecer” devia ser esclarecida para que aquela afirmação pudesse ser uma definição satisfatória.

Quine (1968, p. 79) declara que se aquela expressão for entendida como “qualquer que seja a estimulação” então esta seria uma explicação de analiticidade estimulativa e perfeitamente possível segundo sua proposta. Esta analiticidade estaria relacionada a uma sinonímia estimulativa. Na proposta quineana, a linguagem é uma arte social, portanto, se existe analiticidade esta é social e está relacionada à sinonímia estimulativa.

O aprendizado da maioria das sentenças refere-se ao aprendizado das circunstâncias nas quais as sentenças contam como verdadeiras, exceto das sentenças eternas⁴¹, dado que o valor de verdade destas não varia com as circunstâncias. Para Quine (1974, p. 79), enunciados analíticos são aqueles nos quais os termos que os compõem foram adquiridos em situações estimulativas semelhantes. Por exemplo, a sentença “O cachorro é um animal” é verdadeira, porque a comunidade de fala condiciona esse assentimento. E é uma sentença analítica por que toda vez que a comunidade condiciona a assentir “cachorro” diante de uma determinada situação estimulativa também condiciona a assentir “animal”.

Quine (1974, p. 79) propõe uma explicação de analiticidade em *The Roots of Reference*, segundo a qual uma sentença é analítica se todos aprendem que esta é verdadeira pelo aprendizado de suas palavras, sendo que o aprendizado de suas palavras se dá através do condicionamento. Uma sentença é analítica para um falante nativo, se ele aprendeu a sua verdade por aquisição do uso de uma ou mais de suas palavras. Desse modo, a analiticidade depende também da uniformidade social a qual falaremos adiante.

Nesse texto Quine também comenta sobre a analiticidade atribuída a verdades lógicas, e diz que algumas deveriam ser consideradas analíticas e outras não. Por exemplo, a lei do terceiro excluído, segundo ele, deveria ser considerada sintética (1974, p.80). As sentenças analíticas são aquelas nas quais a verdade é aprendida da mesma maneira para todas as pessoas. Enquanto que as sentenças sintéticas seriam aquelas nas quais aprendemos cada um de um modo diferente (QUINE, 1974, p. 80). Mas isso ainda é muito confuso.

Em “Two Dogmas in Retrospect”, Quine (1991, p. 271) afirma que o critério insipiente apresentado em *The Roots of Reference*, baseado na aquisição da

⁴¹ Essas sentenças seriam as que têm valor de verdade fixo, porém revisível. As sentenças eternas são assim denominadas por contraposição às ocasionais, as quais não têm valor de verdade fixo, pois dependem da ocasião do proferimento.

linguagem, não ajuda a esclarecer a analiticidade. Ele diz que em geral não sabemos como aprendemos as palavras, nem quando as verdades foram aprendidas no processo. Inclusive não temos qualquer razão para esperar que haja uniformidade a este respeito de um falante para outro.

Quine (1991, p. 271) defende que epistemologicamente a aplicação da analiticidade é insignificante. Pois essas sentenças podem ser tanto teóricas quanto observacionais e, portanto, sempre estão relacionadas às evidências sensíveis, ou direta (como sentenças observacionais) ou indiretamente (como sentenças teóricas, através dos categóricos de observação). Através do holismo a noção de analiticidade em conexão com verdades matemáticas torna-se útil. Pois assim fica mais claro como as sentenças matemáticas (nesse sentido, sentenças analíticas) compartilham conteúdo empírico e, além disso, porque as sentenças matemáticas e analíticas seriam consideradas em um certo sentido necessárias. Mas não uma necessidade intrínseca, porém uma necessidade relacionada a dificuldade de se colocar essas sentenças em dúvida, já que rejeitá-las demandaria a rejeição de muitas outras crenças do sistema o que não iria satisfazer o critério da mínima mutilação.

Esse critério da mínima mutilação ou conservadorismo é uma das virtudes que as hipóteses científicas devem ter para ser úteis e, portanto, produzir um melhor entendimento sobre o mundo. O pragmatismo é que guia o cientista, e o filósofo empírico, na construção das hipóteses explicativas sobre o mundo e sobre como o conhecemos.

2.1.3 Pragmatismo

No artigo de 1953, "Two Dogmas of Empiricism", Quine lança os alicerces para o seu pragmatismo ao criticar o dogma da distinção analítico-sintético e o dogma do reducionismo. Quine mostra que o reducionismo conceitual também não foi completamente realizável, portanto, não é um método infalível para a confirmação ou infirmação de significados. Assim abre-se uma porta para a defesa de um outro método de verificação de significados, o holismo. Com a constatação de que o problema humeano é o problema humano, Quine também identifica a

impossibilidade de uma redução doutrinal da maioria das sentenças científicas. O reducionismo conceitual e doutrinal baseava-se em uma concepção de linguagem privada. A partir das observações de resultados da história da filosofia e da história da ciência, Quine defende um outro método de verificação da verdade das sentenças e de verificação de significados⁴² que se baseia em uma explicação da linguagem como arte social, aprendida contextual e pragmaticamente.

O pragmatismo em Quine⁴³ refere-se ao aspecto de utilidade que a linguagem, a ciência, ou qualquer outro artefato criado pelo homem tem ao proporcionar uma melhor adaptação às condições de vida e promover a sobrevivência. A utilidade não é algo que *deve* ser buscado pelos seres vivos, em especial, pelos homens. Essa busca é natural, uma vez que os indivíduos buscam a sobrevivência. A linguagem, a ciência, e mesmo os valores morais são meios criados e desenvolvidos pelos seres humanos para promover a sobrevivência (QUINE, 1981, p. 61). Isso ele defende já baseado em seu método naturalista, pois parte de algumas conclusões obtidas de outras ciências (neste caso a biologia darwiniana) para construir suas concepções epistemológicas.

Através da linguagem pode haver comunicação entre as pessoas, e essa comunicação permite que uns membros de uma espécie avisem aos outros a presença de um inimigo ou de algo comestível. Do mesmo modo, a ciência é algo que promove a sobrevivência porque através dela pode-se fazer previsões de terremotos, tragédias, chuvas, etc, e toda uma comunidade poderá se precaver e, assim, sobreviver a esses fenômenos naturais devastadores. Igualmente, os valores morais também são meios para promover a sobrevivência dos seres humanos dado que muitos valores mantidos entre os membros de uma comunidade promovem a vivência pacífica entre os indivíduos (QUINE, 1981, p. 61).

⁴² A verificação distingue-se da confirmação empírica. E ambas não estão relacionadas a um estabelecimento absoluto da verdade. Apesar de Quine (1978, p. 100) utilizar esses termos em sua proposta, ele adere a um tipo de teste que tem em vista a refutação ou não das sentenças, e não a confirmação ou não de sua verdade em um sentido absoluto. A confirmação empírica e a verificação, para Quine, não são absolutas, apenas relativas a um teste que mostrou que uma sentença ainda não foi refutada.

⁴³ Quine abre caminho para uma terceira via dentro do pragmatismo, um caminho que se mantém na linha semântico-pragmatista de Peirce, e ao mesmo tempo segue a filosofia comportamental de Dewey. Segue Peirce ao aceitar a sua tese do verificacionismo. Quine e Peirce têm uma preocupação de que a teoria seja verificada na experiência, e isto orienta a busca pela verdade em ambos. Ainda que a verdade, para Quine, não seja um fim alcançável, mas apenas um guia. Ao defender uma semântica crítica e holística em relação ao significado das palavras, Quine segue o instrumentalismo de Dewey.

Quine (1981, p. 65) *descreve* o agir humano como um agir que naturalmente busca atingir o fim da sobrevivência e, portanto, o descreve como pragmático. Apesar disso, ele considera que a sociedade cria os meios para se melhor atingir a sobrevivência, um exemplo disso são os valores morais que de certa forma são *prescritos* pela comunidade de fala. Diz Quine (1981, p. 61) em *Theories and Things*:

A linguagem, assim como a lei moral, certa vez foram pensadas como determinadas por Deus. As duas têm muito em comum. Ambas são instituídas para o bem comum [...]. A linguagem promove as induções individuais por lhes dar acesso às observações dos outros, inclusive às induções finais dos outros indivíduos da comunidade de fala. Ela também ajuda a influenciar as ações dos outros membros, mas isto ela faz principalmente por transmitir as informações fatuais. De outra forma, a lei moral de uma sociedade, se bem sucedida, coordena as escalas de valores atuais dos indivíduos de tal modo que resolve incompatibilidades e assim promove a satisfação de todos os membros da comunidade⁴⁴.

Outro exemplo de meios criados para se atingir a sobrevivência são os critérios pragmáticos. Estes surgem do próprio fazer científico⁴⁵, das diversas tentativas de explicar melhor os acontecimentos do mundo. Quine não explicita muito bem esse ponto, mas dá a entender que a comunidade científica seria a comunidade de fala considerada para estabelecer os critérios vigentes; e dentro dela mesma é que poderiam ocorrer as alterações destes, visto que são falíveis e corrigíveis. Desse modo, os critérios pragmáticos surgem da própria prática científica e são prescritos pela comunidade científica para a construção de suas hipóteses. Esses critérios são pragmáticos porque assim como a linguagem e os valores morais também têm como objetivo a utilidade em promover a sobrevivência da espécie.

Além do aspecto instrumental, o pragmatismo quineano também apresenta a característica do contextualismo. Na pesquisa de como se dá a aquisição da linguagem e do comportamento em geral, Quine (1995a, p. 22) enfatiza a importância inicialmente dos pais e posteriormente da sociedade no condicionamento da aprendizagem correta da língua falada. Os valores morais que vão orientar as ações das crianças também são condicionados inicialmente pelos

⁴⁴ São nossas as traduções para o português de algumas citações dos originais em inglês de Quine, dos quais ainda não há tradução publicada em língua portuguesa.

⁴⁵ Por exemplo, a simplicidade surge como um critério para a construção de hipóteses científicas a partir da constatação de Quine de que vários cientistas se utilizaram desse critério para construir suas explicações. Quine percebe através da história da filosofia que ela já havia sido um critério para muitos outros filósofos que se basearam no princípio da Navalha de Ockham para construir as hipóteses científicas. Outro critério apresentado tardiamente é a probabilidade, ramo da matemática aplicada, parte da teoria estatística. Quine percebeu que a probabilidade era um critério muito utilizado para se alcançar boas hipóteses explicativas para os acontecimentos físicos.

pais e posteriormente pela sociedade, ou seja, pela comunidade de fala a qual a criança pertence. Do mesmo modo, os critérios pragmáticos que orientam os cientistas na construção de suas hipóteses são condicionados pela comunidade científica.

Desse modo, a sociedade determina minimamente o significado das sentenças, determinando os contextos nos quais é correto ou não usar uma frase. Assim como determina o significado dos comportamentos das pessoas, se são comportamentos bons ou maus, de acordo com o eixo recompensa-penalidade. Quem aprova ou reprova o comportamento tanto verbal quanto moral são, primeiramente, os pais e, posteriormente, a sociedade (QUINE, 1981, p. 60). Nesse sentido, o contexto em que a pessoa vive determinará de alguma forma o que é certo ou errado e o que é bom ou mau, aspectos muito importantes para a sobrevivência dos indivíduos⁴⁶.

Mas toda a aquisição de linguagem e de valores morais e, conseqüentemente, todo o consenso existente na comunicação, na ética e na ciência baseia-se num componente pragmático mais básico, a *empatia*⁴⁷ (QUINE, 1981, p. 60). Não existe possibilidade de compreensão *a priori* de qualquer linguagem justamente porque a aquisição desta se dá na experiência, através do condicionamento. Porém esse condicionamento possibilitado pelos padrões inatos de similaridade não é possível sem que haja empatia de um indivíduo para com outro. Quine (1990, p. 42) fala o seguinte sobre a empatia: “Todos nós temos uma misteriosa aptidão para ter empatia com a situação perceptiva dos outros, embora ignorando o mecanismo fisiológico e ótico de sua percepção”.

Inicialmente a criança, através da empatia, ao aprender a palavra “vermelho” atribui à mãe a mesma estimulação sensorial percebida por ela. Desse modo, a criança balbucia o mesmo som proferido pela mãe pensando que o som emitido por ela refere-se a estimulação que (segundo a criança) ambas estão percebendo. Posteriormente, na sociedade esse mesmo indivíduo concederá que as pessoas ao falar se referem às mesmas estimulações sensoriais percebidas por ele. E nessa

⁴⁶ Notar que essa determinação não é absoluta, como foi dito acima, sempre haverá um grau de indeterminação na comunicação devido ao fato de Quine não aceitar a possibilidade de uma compreensão *a priori* da linguagem.

⁴⁷ Quine não diz isso em suas obras, mas parece que a empatia é um termo psicológico usado para se referir a uma capacidade instintiva proporcionada pela estrutura neurofisiológica comum aos animais.

base, procuram falar a verdade⁴⁸, pois é muito mais útil para a comunicação e, conseqüentemente para a sobrevivência, conceder que eles falam na maioria das vezes verdades que falsidades. Para Quine (1975b, p. 89) “nós permanecemos à mercê da veracidade do falante: nós assumimos quando perguntamos a ele que seus assentimentos ou dissentimentos são sinceros”. Assim o aprendizado e comunicação são bem sucedidos devido à empatia (QUINE, 1990, p. 42).

Quine (1995a, p. 89) afirma em *From Stimulus to Science* que a empatia é instintiva, pois as crianças com poucos dias de vida já respondem às expressões faciais dos adultos imitando-as através da flexão (não aprendida) dos músculos apropriados. Do mesmo modo então, as crianças adquirem suas primeiras sentenças observacionais, instintivamente, fazendo uso da empatia. As crianças naturalmente estão em empatia com seus preceptores e, desse modo, supõem que os estímulos sensíveis que lhes afetam, afetam da mesma maneira os outros que estão ao seu redor.

Os indivíduos estão em empatia entre si se acessam as sentenças observacionais uns dos outros de modo apropriado apenas por notar a orientação da atenção dos outros, seus gestos, suas expressões faciais e de como as cenas aparecem para eles (QUINE, 1995a, p. 89). Assim, o linguista, que busca traduzir uma língua completamente diferente da sua, precisa estar em empatia com os membros da comunidade de fala em questão, pois só assim conseguirá criar hipóteses analíticas sobre as expressões do povo desconhecido que observa (QUINE, 1990, p. 42). A criança e o linguista agem semelhantemente em seu processo de aprendizado da linguagem (QUINE, 1988, p. 79). A empatia proporciona a construção das hipóteses analíticas do linguista, as quais estão na base de suas generalizações, transcendendo enormemente a evidência imediata.

Através da empatia, as sentenças observacionais ao invés de serem particulares a cada indivíduo, tornam-se sentenças observacionais de um grupo de indivíduos, na medida em que uns se colocam na posição perceptiva dos outros (QUINE, 1990, p. 43). A partir disso poder-se-ia dizer que a empatia confere uma uniformidade na comunicação, isto é, permite o diálogo a partir de um amplo grau de acordo intersubjetivo entre os falantes.

⁴⁸ Isto é, o que é correto afirmar diante de uma dada estimulação de acordo com a comunidade de fala a que se pertence.

No entanto, é importante notar que Quine (1997, p. 576), em resposta dada a um artigo de Lewis e Holdcroft “Quine on the threshold of evidence”, tira a responsabilidade de ser geradora de consenso da noção de empatia. Ele diz que apenas usou esse termo como uma noção comum para se referir à capacidade de alguém notar a situação estimulativa de outra pessoa e se comportar e se imaginar ele mesmo na situação do outro. O que realmente substitui a sua precoce noção de “compartilhamento intersubjetivo de significado estimulativo é a harmonia preestabelecida de nossos padrões inatos de similaridade dos influxos neurais” (QUINE, 1997, p. 576). Apesar disso, Quine não nega a existência de empatia e sua importância, apenas diz que a intersubjetividade na linguagem é proporcionada pelos padrões inatos de similaridade. E isso não exclui a importância da empatia (um termo mental para uma capacidade neurofisiológica), como aspecto pragmático, para a harmonia entre os indivíduos.

Os padrões inatos de similaridade proporcionam uma harmonia preestabelecida, pois as crianças cujos pais são de uma dada comunidade de fala, nascem com os padrões de similaridade reforçados pelos seus antepassados em comum, assim também já nascem em um meio ambiente compartilhado no qual as similaridades perceptivas serão reforçadas por uma comunidade de fala. Assim os antepassados compartilhados e o meio ambiente compartilhado promovem a harmonia intersubjetiva dos padrões de similaridade (QUINE, 1997, p. 577).

Os significados estimulativos juntamente com a estimulação dos receptores sensoriais são privados, fazem parte de uma rede neural peculiar a cada indivíduo⁴⁹ (QUINE, 1988, p. 81). Porém se estes indivíduos têm antepassados em comum, seus padrões de similaridades receptivos promovem uma uniformidade na forma como as estimulações são recebidas; e se esses indivíduos convivem em um meio ambiente comum, então seus padrões de similaridades perceptivas serão os mesmos, devido ao condicionamento dado pelos membros da comunidade de fala que habitam aquele meio ambiente. Portanto, embora a estimulação sensorial seja privada, a estrutura neurofisiológica entre os indivíduos com antepassados em

⁴⁹ Esse ponto é muito controverso entre os pesquisadores de Quine. Nessa dissertação optou-se por manter a interpretação de que os significados estimulativos são privados e neurofisiológicos (não mentais), com base em (1988, p. 81) e (1990, p. 44). O que é pública é a linguagem e o uso lingüístico das palavras e expressões, e isso por causa do condicionamento realizado pela comunidade de fala, o que permite que haja comunicação e entendimento entre os indivíduos. Através do conjunto de assentimentos e dissentimentos frente a um estímulo sensível de um indivíduo, seu significado estimulativo se revela, pelo comportamento verbal.

comum e que habitam um mesmo meio ambiente é semelhante. Dessa forma, a linguagem e a comunicação são intersubjetivas, e o são por causa dos padrões inatos de similaridade.

Quine não explicita qual a relação da empatia com os padrões inatos de similaridade. Uma possibilidade de interpretação é que a empatia é um termo mental usado para se referir a essa capacidade existente nas crianças e animais desenvolvida por seleção natural através dos padrões inatos de similaridade. A empatia seria uma capacidade natural que ajuda a gerar uniformidade na linguagem, mas a harmonia preestabelecida na linguagem é proporcionada pelos padrões inatos de similaridade. Desse modo, os padrões inatos de similaridade são imprescindíveis para o consenso na comunicação e sem eles não seria possível nenhuma intersubjetividade⁵⁰ na linguagem. A empatia é uma capacidade desenvolvida por seleção natural que ajuda a promover o consenso, porém sem os padrões inatos de similaridade a intersubjetividade não seria possível.

Assim através dos padrões inatos de similaridade, os significados estimulativos são minimamente determinados intersubjetivamente pela comunidade de fala, assim como as sinonímias estimulativas⁵¹. Para Quine (1990, p. 44), duas sentenças são sinônimas estimulativamente para os indivíduos se eles têm os mesmos significados estimulativos para as sentenças, e elas são sinônimas estimulativamente para a comunidade se são sinônimas estimulativamente para cada membro dessa comunidade de fala.

Em *Pursuit of Truth*, Quine (1990, p. 46) afirma que a sinonímia estimulativa não ocorre entre linguagens diferentes, pois as comunidades de fala divergentes não têm as mesmas sentenças observacionais para se referir às situações estimulativas. Diz o autor que apesar disso, o linguista ao fazer a tradução radical através da suposição de hipóteses analíticas usa de empatia, isto é, coloca-se de modo imaginário na situação do nativo. A empatia é o método de psicologia prático pelo qual o linguista faz suas traduções radicais.

É importante salientar que se os padrões inatos de similaridade são os responsáveis por promover a harmonia preestabelecida na linguagem, como Quine

⁵⁰ Esse termo para Quine refere-se a uma capacidade proporcionada pela estrutura neurofisiológica dos animais, os padrões inatos de similaridade. Não tem relação com o significado deste conceito em outras teorias filosóficas, como por exemplo, Jürgen Habermas e Edmund Husserl.

⁵¹ Sendo privados, e neurofisiológicos, eles não podem ser de fato determinados, apenas minimamente determinados.

(1997, p. 576) afirma em resposta a Lewis e Holdcroft, pode-se entender que como eles promovem induções primitivas, qualquer indivíduo de qualquer comunidade de fala produziria esse tipo de sentenças. Portanto, todos os seres humanos produziram categóricos de observação, sentenças que expressam induções primitivas. Desse modo, a indução seria um tipo de raciocínio comum a todos os humanos, mas proporcionada pelos padrões de similaridade que compõem a estrutura neurofisiológica desses indivíduos.

Assim, mesmo que o linguista e o nativo não tenham os mesmos antepassados, eles possuem uma estrutura neurofisiológica comum que promove a formação de um tipo específico de sentenças, os categóricos de observação. E ambos estando num mesmo meio ambiente, através da empatia (desenvolvida por seleção natural) seria possível se colocar na situação do outro e construir hipóteses analíticas para as sentenças observacionais que proferem. Desse modo é possível a comunicação entre indivíduos de comunidades de fala diferentes, pois estando diante das mesmas estimulações sensíveis, pode-se criar hipóteses analíticas para as sentenças observacionais proferidas. Além disso, é possível a compreensão da parte mais teórica da linguagem, pois através dos categóricos de observação, formados por duas sentenças observacionais, e por uma conexão que é criada por uma estrutura neurofisiológica comum aos humanos, os indivíduos são capazes de descobrir o uso linguístico das palavras e sentenças da língua estrangeira.

Apesar de haver a harmonia preestabelecida na linguagem, várias teses quineanas, a saber: a inescrutabilidade da referência, a indeterminação da tradução e a subdeterminação das teorias pelas evidências sensíveis⁵²; baseiam-se na impossibilidade de consenso absoluto sobre a referência, a tradução, etc. Isso porque qualquer discurso mais elaborado sobre o mundo transcende em muito qualquer evidência sensível disponível. Dessa forma, os padrões inatos de similaridade geram uma harmonia na comunicação, porém essa harmonia não gera um consenso absoluto. A rejeição quineana dos dois dogmas do empirismo implica em aceitar que o ser humano não é capaz de traduzir o seu discurso em termos observacionais, assim como, implica a aceitação da impossibilidade de justificar dedutivamente qualquer crença sobre o mundo.

⁵² Para uma compreensão adequada das teses quineanas ver (GIBSON, R. F. *The Philosophy of W. V. Quine. An Expository Essay*. Tampa: University Press of Florida, 1982.)

Os padrões inatos de similaridade promovem o consenso na comunicação, e isso permite haver acordo intersubjetivo entre os falantes. Os padrões inatos de similaridade são imprescindíveis para que haja acordo sobre qual teoria é verdadeira, no caso de haver duas teorias empiricamente equivalentes, porém logicamente incompatíveis⁵³. Assim seria possível decidir qual teoria irá melhor satisfazer os critérios de conservação, modéstia, simplicidade, precisão e generalidade, os quais dão razões para se acreditar em uma hipótese (QUINE, 1978, p. 100). Será o acordo entre os membros de uma determinada comunidade que decidirá qual a teoria que melhor satisfaz esses critérios e que será tomada como “a verdadeira” enquanto não houver outra que a supere.

O consenso entre os falantes é o fim buscado na comunicação. Enquanto que na ciência o fim desejado é o entendimento e a tecnologia, esse só será atingido na medida em que houver acordo entre os membros de uma comunidade sobre o sucesso ou não de uma teoria em fazer previsões (QUINE, 1990, p. 20).

Mas como as teorias científicas são testadas? Como os cientistas decidem entre as teorias científicas para escolher a que melhor explica o mundo? Para responder a essa questão é necessário apresentar um aspecto da concepção quineana que não é muito comentado por seus estudiosos. Esse aspecto refere-se à função da epistemologia naturalizada normativa em contraposição à função da epistemologia teórica. Esta forneceria explicações sobre questões epistemológicas, dentre elas, como a evidência se relaciona com a teoria. Enquanto a epistemologia naturalizada normativa estabelecerá (a partir da prática científica) critérios de construção de hipóteses científicas que deveriam ser seguidos para construir boas explicações sobre o mundo.

⁵³ Este problema expressa a tese da subdeterminação das teorias pelas evidências sensíveis. Essa tese diz que duas teorias podem servir para explicar um dado acontecimento no mundo e, portanto, serem empiricamente equivalentes. No entanto, essas teorias podem ter certas formulações teóricas incompatíveis, ou mesmo serem de todo logicamente incompatíveis. As teorias transcendem nossas observações do mundo e, dessa forma, podem haver teorias diferentes desenvolvidas a partir do mesmo conjunto de observações. Duas teorias rivais poderiam ser consideradas ambas verdadeiras, de acordo com um tipo de atitude ecumênica. Ou seguindo uma linha ecumênica diferente, de acordo com Donald Davidson, ambas as teorias podem ser consideradas separadamente verdadeiras, sendo que o predicado de verdade é entendido como decitação em uma linguagem teoricamente neutra e inclusiva na qual ambas as teorias são expressas. Ou ainda, de acordo com uma atitude sectária, uma dessas teorias rivais poderia ser considerada verdadeira em detrimento da outra, por ser mais clara, mais simples, mais elegante, etc (QUINE, 1990, p. 98-100). Quine (1990, p. 100) afirma que vacilou entre a atitude sectária e a ecumênica de Davidson, mas afirma que o importante é que as duas teorias rivais descrevem o mesmo mundo. O problema é dotar ambas com o selo da verdade. Nesse caso, ao invés disso, ambas poderiam ser consideradas como dotadas com o selo da garantia, porém apenas uma seria verdadeira (QUINE, 1990, p. 94). E isso estaria de acordo com o realismo naturalista que pode ser atribuído à Quine.

2.1.4 Epistemologia como tecnologia

Como foi apresentado acima, em 1969, em seu artigo “Epistemology Naturalized”, Quine propôs uma nova concepção de epistemologia. Ela teria não mais a característica de dar o fundamento *inconcussum* para garantir toda a ciência, decidindo o que seria considerado conhecimento ou não; na nova concepção, a epistemologia já seria ela mesma uma entre as diversas ciências. Uma função proposta por Quine (1969, p. 90) para a epistemologia seria descobrir quais as normas perceptivas que regem todas as percepções. Outra tarefa proposta seria investigar e esclarecer melhor como se dá a indução, a partir de uma pesquisa integrada epistemologia e psicologia evolucionista.

Em 1990, em seu livro *Pursuit of Truth* e em 1995, em *From Stimulus to Science*, vê-se uma nova caracterização da epistemologia e um novo papel a ser desempenhado por ela. Para Quine, a epistemologia agora tem duas dimensões uma teórica e outra normativa. Afirma Quine (1990, p. 19) em *Pursuit of Truth*:

À medida que a epistemologia teórica torna-se naturalizada como um capítulo da ciência teórica, assim também a epistemologia normativa torna-se naturalizada como um capítulo da engenharia: a tecnologia de antecipação da estimulação sensória.

Quine não esclarece o que entende por epistemologia teórica e sua distinção em relação a epistemologia normativa. Também não explica o que entende por ciência teórica diferente da tecnologia. Porém, pode-se pensar a partir das leituras de suas obras, que ele concebe a epistemologia teórica assim como a ciência teórica com o único intuito de explicar alguns fenômenos do mundo. No caso da epistemologia teórica, entre outras questões, talvez explicar a possibilidade da aquisição da linguagem. Enquanto a epistemologia normativa procuraria não apenas fornecer explicações, mas intervir nestas através de normas para construção de hipóteses científicas; assim como a tecnologia intervém no mundo e produz cada vez mais, melhores equipamentos para produzir melhores explicações científicas.

Em sua dimensão normativa, a epistemologia naturalizada não seria mais simplesmente ciência, mas ciência aplicada, tecnologia (QUINE, 1995a, p. 49). À

epistemologia normativa cabe criar ferramentas que permitam o próprio desenvolvimento da ciência. Mas isso não como algo desvinculado daquela, a epistemologia como ciência aplicada parte da própria ciência e de informações obtidas a partir de diversas teorias científicas. Por exemplo, parte da linguística e da psicologia (empíricas), da matemática, etc para construir ferramentas que ajudem na decisão sobre qual teoria científica é melhor para explicar algum fenômeno físico.

Uma das tarefas da epistemologia normativa considerada por Quine (1995a, p. 50) em *From Stimulus to Science*, seria utilizar-se entre outras normas, da probabilidade para decidir entre teorias. A probabilidade como ponto central da teoria estatística, ramo da matemática aplicada, torna-se uma parte da epistemologia normativa nessa nova dimensão da epistemologia naturalizada.

A epistemologia como tecnologia tem o papel de testar e corrigir a partir de algumas ferramentas, as hipóteses científicas a fim de decidir entre teorias empiricamente equivalentes, porém logicamente incompatíveis, qual a que melhor explica os fenômenos do mundo (QUINE, 1995a, p. 50). Nesse ponto é que surge um problema que força Quine a uma mudança com relação à sua tese holista. O problema é: como seria possível comparar teorias divergentes se o significado das sentenças só pode ser dado no interior da teoria da qual fazem parte?

A defesa de um holismo moderado permite que existam sentenças teoricamente neutras e, portanto, possíveis de traduzir de modo radical de uma teoria para outra, os categóricos de observação⁵⁴. Estas sentenças, como já foi dito anteriormente, expressam uma generalização indutiva, pois são compostas por duas sentenças observacionais ocasionais que do modo como são interligadas independem do tempo e lugar do proferimento. Essa generalização indutiva é adquirida por condicionamento, ou seja, há uma formação de hábito de que diante de certas circunstâncias, também se verifica determinadas estimulações. Conforme essa sentença é verificada empiricamente, vai ganhando confiança dos indivíduos e, portanto, estes sentem-se confiantes em generalizar através da formulação “Sempre que a, b” (QUINE, 1995a, p. 25).

Essas sentenças são possíveis de tradução radical devido à empatia, pois estrangeiro e nativo concedem que ambos estão recebendo as mesmas

⁵⁴ Inicialmente Quine (1981, p. 25) pensou que seriam as sentenças ocasionais as quais são verdadeiras apenas no momento de seu proferimento, diante da situação estimulativa as quais elas se referem holofrasticamente. Posteriormente, percebeu alguns problemas com relação a essas sentenças e estabeleceu os categóricos de observação como as sentenças neutras teoricamente.

estimulações. Eles associam as estimulações sensoriais as suas próprias sentenças de suas línguas e através dos padrões inatos de similaridade, conectam as duas estimulações de modo indutivo, por condicionamento.

Os padrões inatos de similaridade que promovem a formação da sentença do tipo categórico de observação são comuns à estrutura neurofisiológica de todos os seres humanos. E as sentenças ocasionais são sentenças proferidas diante de certas estimulações sensórias e verdadeiras no momento de seu proferimento. Qualquer que seja o som proferido para se referir a estimulação sensória será uma sentença ocasional. Assim, a partir da observação do comportamento linguístico diante das situações estimulativas os indivíduos podem fazer suas traduções radicais dos categóricos de observação. Sendo assim, essas sentenças são a única parte das teorias divergentes possíveis de se comparar.

As sentenças ocasionais que compõem os categóricos de observação não possuem valor de verdade fixo, pois elas dependem completamente da ocasião do proferimento. Elas não comportam nenhuma especificação de tempo e lugar que as tornem fixas. Quine (1981, p. 28) relega estas especificações para a parte teórica das teorias científicas. Sentenças ocasionais só podem ser proferidas diante da circunstância que as produzem. Alguns exemplos de sentenças ocasionais são “Está frio.”, “Está escuro.”, “É dia.”, “É branco.”, etc. Essas são sentenças que possuem valor de verdade variável, pois às vezes está frio, às vezes não, algumas vezes está escuro, outras não, etc. Desse modo, essas sentenças só são aceitas como verdadeiras pelos outros indivíduos da comunidade de fala, diante das situações que as produziram. E assim, proferida diante dessas situações, as sentenças ocasionais sempre são verdadeiras, desde que o indivíduo que as produziu domine devidamente a língua em questão.

Os categóricos de observação compostos pelas sentenças ocasionais foram considerados tardiamente por Quine (1981, p. 27) como os pontos de verificação das teorias científicas. Essas sentenças são deduzidas a partir de um conjunto de sentenças com massa crítica semântica, seja ela a teoria ou parte dela. Essas sentenças, como os pontos de verificação das teorias, são testadas pelas ferramentas para se decidir entre teorias qual a que melhor explica o fenômeno físico em questão e que será considerada verdadeira.

Os categóricos de observação são formados por duas sentenças ocasionais, ligados por um conectivo lógico, o condicional. Embora as sentenças ocasionais que

as compõem não possuem valor de verdade fixo, os categóricos de observação são sentenças que possuem um valor de verdade fixo, pois representam uma generalização. Desse modo, essas sentenças são gerais devido a sua forma condicional do tipo “Sempre que a, b”, ou seja, sempre que ocorrer o evento “a”, também ocorrerá o evento “b” (QUINE, 1995a, p. 27-43). Desde que o antecedente formado por uma sentença ocasional seja satisfeito, e o conseqüente também constituído por uma sentença ocasional se realize, o categórico que representa uma condição, será verdadeiro⁵⁵.

Por isso, os categóricos de observação representam uma teoria em miniatura, devido a sua forma. O antecedente representa uma condição inicial, e o conseqüente a previsão (QUINE, 1995a, p. 43). No entanto, poderá ainda haver um caso em que o conseqüente não se realize dada a satisfação das condições iniciais, esta será uma ocorrência negativa que refutará o categórico, tornando-o falso. Nesse caso, o cientista deverá rever as hipóteses da teoria para delimitar quais as que implicam esse categórico e escolher qual a que deve ser descartada⁵⁶.

Alguns exemplos de categóricos de observação são as sentenças: “Onde há fumaça, há fogo”, “Quando anoitece, as luzes se acendem”, “Quando chove, há alagamentos”, etc (QUINE, 1981, p. 27). Esses categóricos foram obtidos através das sentenças ocasionais “Aqui há fumaça”, “Aqui há fogo”, “Aqui anoitece”, “Aqui as luzes se acendem”, “Aqui chove”, “Aqui há alagamentos”. Estas sentenças só são verdadeiras em determinadas ocasiões nas quais se observam determinados estímulos sensoriais.

Quine (1995a, p. 27) declara que a conexão no categórico observacional é representada por pronomes. O tipo tradicional de categóricos era da forma “Todo S é P”, esse tipo pode quase completamente ser transformado no tipo de categórico que Quine apresenta. Porém deve-se distinguir entre dois tipos de categóricos observacionais, o focal e o livre. O categórico observacional focal seria aquele que

⁵⁵ Vale lembrar que essas sentenças também são adquiridas por condicionamento, por isso o indivíduo associa uma sentença com outra de modo indutivo, uma vez que foi condicionado a pensar que sempre que estiver diante de uma determinada situação estimulativa, uma outra situação específica ocorrerá. Esse modo indutivo de associar sentenças é proporcionado por uma estrutura neurofisiológica comum a todos os indivíduos da espécie humana que sobreviveram à seleção natural. O raciocínio indutivo é proporcionado por uma base fisiológica e se desenvolve a partir dela.

⁵⁶ Esse modo de testar e refutar partes de teorias foi desenvolvido a partir do que Karl Popper tem salientado de que a observação serve apenas para refutar uma teoria e não para suportá-la. A proposta de refutação de Quine é muito semelhante a proposta de Popper da refutação por *Modus Tollens*: Se P, então Q. Não Q. Portanto, não P. Mas não cabe aqui analisar suas semelhanças e possíveis diferenças.

usa o pronome “este”, por exemplo: “Sempre que há um corvo, este é um corvo preto”. O categórico observacional livre seria aquele que não usa pronome em sua formulação, como no seguinte exemplo: “Sempre que há um corvo, há um corvo preto”. Este último tipo de categórico admitiria a existência de corvos albinos, enquanto o primeiro não. E o tipo de categórico tradicional representado, por exemplo, por: “Todos os corvos são pretos” não admite que existam corvos albinos, portanto este tipo de categórico tradicional só pode ser substituído pelo categórico observacional focal que usa o pronome, o qual Quine (1990, p. 11; 1995a, p. 26) chama de pronome essencial.

A formulação dos *categóricos de observação* constitui um grande avanço na pesquisa quineana de como a evidência se relaciona com a teoria. Isso porque os categóricos são compostos por sentenças ocasionais relacionadas diretamente aos estímulos sensoriais de um lado e, de outro, por uma conexão que transcende em muito essa experiência observável. A generalização expressa uma conexão entre as sentenças que não se apresenta na experiência.

Agora pode-se perguntar: se os categóricos de observação são os pontos de verificação das teorias, como eles são testados, e qual é o método de verificação adotado por Quine?

Para Quine (1981, p. 28), os categóricos de observação não podem ser confirmados empiricamente, justamente pelo problema colocado por Hume, dado que são sentenças gerais. Essas sentenças somente podem ser falsificadas no contraste com a experiência. Essa concepção quineana ajusta-se bem à máxima popperiana de que as teorias científicas somente podem ser refutadas. Desse modo, o que se busca ao testar um categórico é uma ocasião em que dada a condição inicial, o conseqüente não aconteça, ou exemplificando, dado a presença de um corvo, este não seja preto. Desse modo, um resultado desfavorável refuta o categórico. Porém, um resultado favorável não prova a verdade da teoria e nem mesmo a verdade do categórico de observação. Enquanto a teoria não é refutada ela é apenas aceitável, porém não se pode dizer que foi verificada de forma conclusiva (QUINE, 1990, p. 12; 1995a, p. 44).

Além disso, os categóricos são testados intersubjetivamente, dado que é necessário um consenso entre os indivíduos de uma comunidade de fala sobre a realização ou não de uma situação prevista pelo categórico. Desse modo, é a comunidade de fala que refutará o categórico ou não. Para isso será imprescindível

um consenso entre os indivíduos, e isto será proporcionado pelos padrões inatos de similaridade em conjunto com a empatia.

Conforme os categóricos de observação continuam a passar pelo teste da refutabilidade empírica, sem exceção, eles vão ganhando a confiança dos indivíduos da comunidade de fala. E isso é a formação do hábito ou condicionamento. Dessa forma, uma teoria ganha confiança conforme os categóricos observacionais implicados por ela não são refutados por experiências recalcitrantes. Porém, nem os categóricos observacionais nem a teoria como um todo é confirmada empiricamente, é apenas não falsificada, e por isso, as pessoas falam delas com segurança para explicar os fenômenos do mundo⁵⁷.

Os categóricos de observação implicados pelas formulações teóricas constituem o seu conteúdo empírico, pois é apenas através dos categóricos que a teoria é conectada a observação (QUINE, 1981, p. 28). Quine declara em *The Web of Belief*, primeiramente que para explicar algum fenômeno no mundo, as pessoas buscam dar explicações e a partir dessas explicações constroem hipóteses gerais. A partir dessas hipóteses são deduzidos os categóricos de observação que são as sentenças que deverão ser testadas empiricamente, já que são o conteúdo empírico das teorias. E o método para testá-las não pode ser a confirmação, dado o problema identificado por Hume. Assim o método proposto por Quine (1978, p. 96-103) como alternativa é a refutação⁵⁸.

Para Quine (1969, p. 75) a única evidência que há para se fazer ciência é a evidência sensível. A partir disso poder-se-ia dizer que a partir de um critério de refutabilidade empírica seria possível decidir entre diversas teorias qual a verdadeira. No entanto, convém lembrar que Quine (1981, p. 28) apresenta a possibilidade de que existam teorias empiricamente equivalentes, mas logicamente incompatíveis. Portanto, se duas teorias empiricamente equivalentes não são refutadas, ambas seriam verdadeiras. Entretanto, como são logicamente incompatíveis Quine apresenta a refutação como apenas um dos critérios para se testar as teorias, e outros critérios são apresentados para testar a parte lógica das teorias, suas formulações teóricas, a fim de decidir entre elas, qual a melhor.

⁵⁷ Quine não utiliza a terminologia popperiana do grau de corroboração das teorias científicas, mas de fato, sua proposta é muito semelhante à de Popper. Agora, decidir sobre as semelhanças e divergências entre suas propostas é tarefa para outra pesquisa.

⁵⁸ Embora Quine (1978, p. 100) ainda utilize a expressão “confirmação empírica” e verificação das hipóteses em alguns momentos. Mas como já foi dito anteriormente, o sentido que expressa quando usa essas expressões não é o mesmo da tradição.

Conforme foi dito anteriormente, Quine vacilou entre considerar ambas as teorias verdadeiras de acordo com a linha ecumênica de Davidson, ou considerar uma teoria verdadeira em detrimento da outra, por ser mais clara, simples, etc. de acordo com uma atitude sectária. Em *Pursuit of Truth* ele não afirma claramente por qual linha se decidiu e nem se está certo por alguma delas, apenas explica que o importante é saber que as teorias rivais descrevem diferentemente o mesmo mundo. Além disso, esclarece que as teorias rivais estariam de certa forma garantidas, porém apenas uma delas deveria ser considerada verdadeira (QUINE, 1990, p. 100).

Ainda em *From Stimulus to Science* Quine (1995a, p. 67) afirma que seguindo um idioma realista para ele a ciência é vista como uma busca e descoberta da verdade antes que uma ordenação ou convenção. Para ele, a busca da verdade está implícita no uso desse termo. As pessoas geralmente aceitam e deveriam aceitar as conclusões científicas mais sólidas como verdadeiras. E quando uma destas conclusões for refutada por outra pesquisa, não se deve dizer que ela era verdadeira e tornou-se falsa, mas que, por surpresa, ela não era verdadeira (QUINE, 1995b, p. 251). Assim, Quine pode ser considerado como defendendo um realismo naturalista no qual a verdade é considerada a partir de uma teoria que foi aceita provisoriamente como verdadeira por uma comunidade de fala. Mas como a verdade é em um sentido transcendente, ela é apenas um guia para a ciência, e não um fim absolutamente alcançável.

Agora resta a pergunta: como decidir entre teorias rivais qual a verdadeira? Quine (1995a, p. 49) relembra que a epistemologia é uma disciplina normativa a qual concerne a arte de adivinhar ou construir hipóteses. Nesse sentido, os cientistas como construtores de hipóteses são guiados por normas. Estas são usadas pelos cientistas que geralmente constroem boas hipóteses de explicação para fenômenos no mundo; e, portanto, são aceitas pela comunidade científica como as normas que devem ser seguidas para se construir boas hipóteses científicas. Algumas das normas citadas em *From Stimulus to Science* já tinham sido apresentadas em *The Web of Belief* em 1970 por Quine e J. S. Ullian.

Na obra citada acima, Quine junto com Ullian, apresenta seis critérios pragmáticos para se testar as hipóteses de uma teoria científica. Os critérios são: conservação, simplicidade, generalidade, modéstia, refutabilidade (QUINE/ULLIAN, 1978, p. 66-79). Ainda acrescentam o critério de precisão (Idem, p. 98).

Uma hipótese satisfaz o critério de conservação, se ela for mantida e demandar muito pouca rejeição de outras crenças do sistema. O critério de simplicidade depende da estrutura da linguagem e do vocabulário disponível pelo sujeito epistêmico; pode-se dizer que uma hipótese A é mais simples que A e B juntas (QUINE/ULLIAN, 1978, p. 71). Esses dois critérios são várias vezes citados por Quine em suas obras. O critério da simplicidade foi uma modificação de nomenclatura da Navalha de Ockham critério já proposto apresentado na história da filosofia. O critério da conservação mostra o porquê certas teorias mais conservadoras que outras as superaram ao longo da história da ciência.

A generalidade de uma hipótese é testada pelo número de aplicações que ela é capaz de abranger. A modéstia refere-se a se uma hipótese é implicada por outra sem implicar ela mesma, diz-se daí que uma hipótese A é mais modesta que A e B como um conjunto de hipóteses (QUINE/ULLIAN, 1978, p. 68, 73). O critério da refutabilidade é uma questão de graus; algo que pode refutar uma teoria são eventos reconhecíveis de ocorrer. E a precisão refere-se a capacidade de uma hipótese não ser vaga e ambígua (QUINE/ULLIAN, 1978, p. 79, 98). Além desses critérios apresentados em *The Web of Belief*, ao final do capítulo “Checkpoints and Empirical Content” do livro *From Stimulus to Science*, Quine (1995a, p. 50) ressalta a importância da probabilidade como uma ferramenta desenvolvida pela teoria estatística para escolher dentre diversas teorias rivais, a melhor.

Aqueles critérios⁵⁹, também chamados de virtudes por Quine e Ullian serão denominados em *From Stimulus to Science* como as *normas* que ajudam o cientista a formular hipóteses (QUINE, 1995a, p. 49). E, nesse sentido, a epistemologia apresenta-se em um domínio normativo um tanto diferente da caracterização dada em “Epistemology Naturalized” de 1969, embora ainda naturalizada.

⁵⁹ É importante notar aqui que Quine (1978, p. 8) propõe critérios para se testar hipóteses a fim de se diferenciar crenças razoáveis de irrazoáveis. A epistemologia antiga, por exemplo, de Platão, apresentou condições para se ter conhecimento, a memorização de ideias. A epistemologia moderna fez uma confusão entre condições e critérios. O famoso critério para se ter conhecimento apresentado pela tradição filosófica “ter crença verdadeira justificada”, na verdade, era uma confusão entre critério e condição. Pois ter crença era uma condição interna para se ter conhecimento; que esta crença seja verdadeira, referia-se a um critério de verdade, que na maioria das vezes era tomado como o critério de verdade por correspondência. Já a terceira exigência, que a crença verdadeira fosse justificada, era mais um critério do que condição, justificar de modo fundacionalista, contextualista, etc. Critério e condição são distinguíveis por ser o critério, algo externo ao sujeito, mais objetivo e intersubjetivo. A condição é interna ao sujeito, apresenta-se como uma exigência psicológica.

Em alguns textos tardios, *Pursuit of Truth* de 1990 e *From Stimulus to Science* de 1995, Quine apresenta algumas considerações sobre a função da epistemologia que diferem um pouco da apresentada em 1969. Nesses textos, ele afirma claramente que a epistemologia naturalizada, com o intuito de investigar como a evidência se relaciona com a teoria, torna-se um capítulo da engenharia e, portanto, uma ciência aplicada, uma tecnologia (QUINE, 1990, p. 19; 1995a, p. 49).

Nesses textos ele não parece defender que a epistemologia naturalizada tem dois papéis, mas afirma que existe a epistemologia teórica assim como a ciência teórica e também existe a epistemologia normativa, assim como existe as disciplinas tecnológicas, por exemplo, a engenharia. Não fica muito claro se se deve entender a epistemologia como duas dimensões, uma teórica e uma normativa; ou se se deve entender a epistemologia como uma nova função, agora normativa diferentemente da primeira proposta apresentada em 1969. Mas nessa pesquisa vamos seguir a primeira interpretação, pois em nenhum momento Quine afirma que muda de posição quanto a função da epistemologia. Apenas apresenta um novo aspecto não comentado em textos anteriores.

Como se pode entender a epistemologia como tecnologia? Para Francis Bacon, a tecnologia foi pensada como indissociada da ciência, pois ao mesmo tempo em que esta é uma representação do mundo, ela também se torna um instrumento de dominação deste. Já para van Fraassen, cabe à própria tecnologia, como ciência aplicada, explicar o mundo. Nesse sentido, não existe mais ciência pura, mas ciência aplicada, ou seja, a ciência constrói ferramentas para produzir entendimento sobre o mundo (DUTRA, 2003, p. 116-8). A partir disso, o que será que Quine quer dizer com epistemologia como tecnologia? Seria ela um instrumento para dominar o mundo assim como em Bacon, ou um instrumento para explicar o mundo seguindo van Fraassen?

De acordo com Quine (1990, p. 2), a ciência tem como principal propósito o entendimento, o outro é o controle e a modificação do meio ambiente. A partir disso, pode-se dizer que a epistemologia como tecnologia tem como função ajudar a produzir explicações sobre o mundo. Com isso Quine (1990, p. 19) parece dizer que a epistemologia normativa em outra dimensão que não a teórica, tem como função ajudar a produzir as hipóteses científicas. E a partir destas é que serão deduzidos os categóricos de observação que, por sua forma, são capazes de fazer previsões, ou seja, fazer antecipação da estimulação sensorial. Ainda comentando sobre a função

da epistemologia como tecnologia, Quine (1995a, p. 50) escreve em *From Stimulus to Science*:

Podiatria, apendectomia, e o reparo cirúrgico de hérnias são corretivos tecnológicos dos maus efeitos da seleção natural, e tal também é em essência a função da epistemologia normativa em corrigir e refinar as nossas propensões inatas de expectativas por indução.

A partir dessas citações fica claro que a função da epistemologia como tecnologia é ajudar a produzir entendimento sobre o mundo a partir da correção e refinamento das nossas propensões inatas para fazer previsões. Foi dito anteriormente que caberia a ciência corrigir e refinar as induções primitivas obtidas pelos padrões de similaridade inatos. Porém agora percebe-se que não simplesmente à ciência teórica, mas à epistemologia normativa como ciência aplicada é que cabe esta tarefa. Através de critérios pragmáticos estabelecidos cientificamente pode-se criar hipóteses científicas mais refinadas que vão explicar os fenômenos do mundo de modo a abarcar mais fatos e prever mais acontecimentos. Dessas hipóteses científicas serão deduzidos novos categóricos de observação que serão testados empiricamente.

Portanto, a nova função da epistemologia, em sua dimensão normativa, é corrigir e refinar as induções primitivas a partir de algumas normas (ou ferramentas) de conservação, simplicidade, refutabilidade empírica, etc. Os critérios pragmáticos apresentados acima tornam-se as ferramentas utilizadas para construir as hipóteses científicas a fim de criar boas explicações sobre o mundo. E não somente os critérios pragmáticos são as ferramentas utilizadas pela epistemologia, mas também a probabilidade, uma ferramenta utilizada em teoria estatística, ramo da matemática aplicada, torna-se uma ferramenta útil para refinar as propensões inatas para fazer previsões (QUINE, 1995a, p. 50).

Nesse sentido, Quine não está interessado em justificar as teorias científicas para que se tornem conhecimentos com o objetivo de alcançar uma verdade absoluta. A verdade e certeza absoluta, ainda que metas desejáveis, não são possíveis. A sua proposta de epistemologia como tecnologia é normativa, porém em um sentido diferente da epistemologia tradicional. Quine legitima as teorias científicas através do teste com os critérios pragmáticos. E, nesse sentido, se cabe falar em justificação, então ela é em um sentido fraco em relação àquela que busca

a certeza absoluta. E esta será avaliada através da satisfação ou não aos critérios pragmáticos estabelecidos pela comunidade científica.

Esse é o aspecto normativo da epistemologia ressaltado por Quine em seus textos tardios, porque como tecnologia ela dita normas que devem ser seguidas para se construir boas hipóteses sobre os acontecimentos no mundo. A epistemologia como tecnologia ajuda o cientista a criar boas hipóteses científicas, e corrige e refina as nossas propensões inatas para fazer previsões. Por isso é ciência aplicada, tecnologia, e, nesse sentido, é normativa, pois rege a criação das hipóteses usadas para explicar o mundo.

Após essas considerações sobre a proposta epistemológica de Quine tem-se subsídios suficientes para responder e avaliar as críticas de Bonjour. É interessante retomar que a linguagem para Quine é adquirida por condicionamento e que isto provoca uma formação de hábito e induções primitivas. Estas induções e o condicionamento só são possíveis por causa de uma estrutura neurofisiológica que permite que haja percepção de similaridades entre eventos. As induções proporcionadas por condicionamento provocam a formação dos categóricos de observação as quais são sentenças explicativas que constituem uma teoria científica em miniatura. E é através dessas sentenças que as teorias científicas adquirem conteúdo empírico e pelas quais é possível verificar as previsões da ciência.

PARTE II

3 CRÍTICA DE BONJOUR À EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA DE QUINE

Este capítulo será dividido em duas partes, inicialmente serão apresentadas as críticas de BonJour à proposta quineana. Por fim, para esclarecer o contexto no qual são feitas as críticas a Quine, será apresentada sucintamente a posição epistemológica do fundacionismo de BonJour.

3.1 Críticas de BonJour ao projeto epistemológico de Quine

Quine (1995b, p. 252) ao defender uma proposta de naturalização da epistemologia rejeita a possibilidade do conhecimento *a priori*. A crítica de BonJour incide sobre essa consequência do projeto epistemológico de Quine. Conforme BonJour (1998a, p. 201), Quine não conseguiria sustentar o seu próprio projeto epistemológico, já que não admite nenhuma justificação desse tipo. Os dois objetivos centrais da epistemologia, de acordo com BonJour (1998a, p. 172), são: a) decidir se temos ou não boas razões para pensar que nossas várias crenças sobre o mundo são verdadeiras; e b) no caso da resposta a essa primeira questão ser afirmativa, dizer quais são aquelas razões e explicar *por que* elas são boas⁶⁰. Para

⁶⁰ Isso mostra que a discussão em questão é investigar os critérios para identificar a verdade ou falsidade de uma crença e isso está relacionado ao problema das teorias da justificação. Não há aqui

BonJour (1998a, p. 171) Quine não tem boas razões para sustentar seu próprio projeto e este se torna auto-destrutivo, além de ter como consequência um completo ceticismo.

Para criticar a proposta de Quine, BonJour começa por analisar o que segundo ele, são os principais argumentos quineanos contra o *a priori*, os quais de acordo com a interpretação de alguns comentadores, encontram-se no artigo “Two Dogmas of Empiricism”. Porém há um problema, pois nesse artigo o alvo da crítica de Quine não é explicitamente o *a priori*, mas a analiticidade, ou a distinção entre analítico-sintético. Esse fato é compreendido dado que Quine nunca questionou a tese empirista, e parece tomar por dada a tese do empirismo moderado, que se refere à tradição analítica do empirismo, de que se existe alguma proposição justificada *a priori*, ela deve ser analítica (BONJOUR, 1998b, p. 64-67).

BonJour (1998b, p. 65) quer mostrar que Quine não compreende claramente os conceitos e distinções relacionados a analiticidade, pois a caracterização dada ao analítico e ao sintético logo no início do artigo de Quine já mostraria uma falta de clareza quanto a esses conceitos. Tal caracterização diz que: “uma crença em alguma divisão fundamental entre verdades que são *analíticas*, ou fundadas em significados independentemente de questões de fato, e verdades que são *sintéticas*, ou fundadas em fatos” (QUINE, 1953, p. 20). Essa caracterização do analítico é uma variação da ideia de verdadeiro em virtude de significados que também é uma concepção problemática de analiticidade embora seja amplamente usada para descrevê-la. O problema maior é com a explicação de *sintético* a qual apela a uma noção não explícita de “fato” (BONJOUR, 1998b, p. 65).

De acordo com BonJour (1998b, p. 65), o termo *sintético* foi introduzido por Kant como uma noção complementar ao *analítico*, que poderia muito bem ser entendido como “não analítico”. O uso que Kant fez de *sintético* refere-se a uma proposição cujo predicado não está contido no sujeito. Ou seguindo a explicação dada de *analítico*, uma verdade *sintética* poderia ser entendida simplesmente como “não fundada em significados”.

Da forma como Quine caracterizou o sintético, não se sabe se “fato” refere-se a um fato empírico ou a um fato contingente, nem mesmo se haveriam fatos correspondentes à proposições analíticas. Para BonJour (1998b, p. 65) torna-se

interesse em investigar as condições de verdade que estaria relacionado ao problema das teorias da verdade.

problemático considerar o conceito de fato apenas como fato empírico. Pois de acordo com Frege, por exemplo, existem entidades abstratas que são objetivas e não-existentes, as proposições. Estas seriam não empíricas e, no entanto, objetivas ou intersubjetivas, dado que diferentes pessoas podem acessar o mesmo pensamento. Além disso, Frege identifica fatos com pensamentos verdadeiros.

Assim, na opinião de Bonjour (1998b, p. 65), Quine obscurece três dimensões de investigação: a dimensão epistemológica *a priori* – *a posteriori*; a dimensão metafísica *necessário-contingente*; e a dimensão lógica *analítico-sintético*. A dimensão epistemológica refere-se a questão de se a razão para se acreditar em uma tal crença é *a priori* (de uma forma negativa: independente da experiência; ou de uma forma positiva: se apela ao puro pensamento ou razão) ou *a posteriori* (dependente da experiência). Já a dimensão metafísica relaciona-se à questão de saber se uma crença é verdadeira em todos os mundos possíveis (verdade necessária) ou não (verdade contingente). Enquanto que a dimensão lógica refere-se, seguindo a proposta original de Kant, a questão de saber se o conceito do predicado está contido no sujeito (proposição analítica) ou não (proposição sintética).

Para Bonjour (1998b, p. 65), a definição de “sintético” seria aceitável somente se “fato” significasse simplesmente “fato independente de significado”, onde isso permitiria a possibilidade de que possa haver fatos que são necessários ou conhecíveis *a priori*, embora ainda sejam independentes de significado. Mas Bonjour não explica como se poderia entender um fato independente de significado.

BonJour (1998b, p. 65) afirma ainda que Quine ao longo do texto apresenta mais algumas passagens nas quais as distinções entre as dimensões epistemológicas, lógicas e metafísicas estão confusas. Por exemplo, na passagem onde Quine (1953, p. 37) diz: “uma sentença analítica é aquele caso limite em que é confirmada aconteça o que acontecer”. Nesse caso, a caracterização dada caberia melhor para uma sentença que é justificável *a priori*, e não a uma sentença analítica.

A partir dos escritos posteriores de Quine, pode-se pensar que ele pretendeu rejeitar juntamente com o conceito de analiticidade, também a aprioridade e a necessidade, embora ele não tivesse feito nenhuma distinção entre esses conceitos em “Two Dogmas of Empiricism”. Para Bonjour (1998b, p. 65) isso se torna muito embaraçoso, pois ao mesmo tempo em que o próprio Quine ao analisar a analiticidade não a distingue de outras concepções relacionadas, ele critica essa

noção por falta de clareza ou ininteligibilidade. E assim criticando a analiticidade pretende rejeitar a possibilidade de uma justificação *a priori*, já que além dessas suas próprias confusões com relação a essas duplas conceituais, Quine também toma a caracterização de analiticidade de uma tradição empirista que a confunde com a aprioridade.

Desse modo, se o argumento de Quine contra a analiticidade tem força, ele destrói a principal garantia para o empirismo moderado. A analiticidade não é simplesmente ininteligível. Além disso, para Bonjour (1998b, p. 66) a concepção fregeana de analiticidade não é objetável.

A partir das distinções entre as dimensões epistemológica, lógica e metafísica, Bonjour (1998b, p. 66) identifica que Quine apresenta três linhas de argumentação em “Two Dogmas of Empiricism” que procuram sustentar duas teses distintas: 1. que o conceito de analiticidade (ou a distinção analítico-sintético) é obscuro e ininteligível; 2. que não há justificação ou conhecimento *a priori*. Com relação à primeira tese, Quine apresenta dois argumentos, e com relação à segunda, Quine apresenta apenas no final do artigo, principalmente na seção 6, um argumento que pode ser considerado contra o *a priori*. Abaixo será apresentado as considerações de Bonjour sobre os argumentos quineanos.

3.1.1 Crítica aos argumentos quineanos contra a analiticidade

Nas palavras de Bonjour (1998b, p. 67), o principal argumento de Quine contra a analiticidade consiste essencialmente na objeção aos proponentes desse conceito em estabelecer sua legitimidade através de uma definição ou explicação clara. Como foi dito no início do primeiro capítulo, para Quine, todas as tentativas de clarificar a analiticidade através da “sinonímia cognitiva”, da “definição”, de “regras semânticas”, etc, não foram bem sucedidas, pois esses termos também são ininteligíveis, dado que poderiam também, eles mesmos serem explicados pelo conceito de analiticidade, e isso acabaria por gerar um círculo vicioso.

Em um dado momento Quine (1953, p. 26) supõe que uma definição convencional seria um caso transparente de sinonímia criada por definição e que este tipo sim, seria inteligível. Mas ele ainda encontra problemas com essa

formulação, e conforme Bonjour (1998b, p. 68), o que Quine realmente quer é uma consideração da analiticidade em termos de comportamento verbal (ou disposição para tal comportamento). E constatou-se acima que Quine procura explicar a analiticidade dessa maneira. Mas Bonjour (1998b, p. 69) reclama que nenhum teste estritamente comportamental distinguiria uma sentença analítica do tipo “todos os solteiros são não casados”, de outra sintética e empírica do tipo “em algum tempo na história do universo existiu pelo menos uma mesa marrom”.

BonJour (1998b, p. 71) questiona uma passagem no artigo de Quine na qual este toma muito rapidamente os significados como entidades obscuras e assim deixa de lado a análise do conceito de analiticidade a partir do conceito de significado para tratá-la a partir da noção de sinonímia das formas linguísticas. Segundo sua concepção, não é claro que assim como os significados como entidades devem ser abandonados, assim também a ideia geral de que palavras têm significados também deva ser abandonada. Bonjour afirma que é esse abandono que Quine propõe, e assim analisa a analiticidade a partir da sinonímia das formas linguísticas e esta a partir de um conjunto de termos todos eles ininteligíveis. No entanto, Bonjour (1998b, p. 71) diz que o mais natural e óbvio é explicar a sinonímia como semelhança de significado e então explicar a analiticidade em termos de sinonímia no sentido fregeano.

Para Bonjour (1998b, p. 72), Grice e Strawson⁶¹ caracterizam a semelhança de significado de uma forma adequada do seguinte modo:

[...] expressões linguísticas têm significado, isto é, elas não são apenas uma sequência de marcas ou sons, mas carregam alguma coisa a mais; além disso, o que elas carregam não é em geral determinado ou restrito por suas características puramente físicas; conseqüentemente, o que quer que seja este algo a mais é em virtude da qual uma expressão é significativa no modo específico que é, deveria aparentemente ser possível para duas expressões ter as mesmas características adicionais; e isto seria um caso de sinonímia.

BonJour (1998b, p. 72) explica que essa caracterização da sinonímia como semelhança de significado não exige que se admita uma visão anterior do que seja o significado e nenhuma visão de significados como “estranhas entidades” cuja existência pode ser metafisicamente problemática. E essa explicação da sinonímia ofereceria uma entrada não problemática no círculo de termos.

⁶¹ Bonjour baseia-se neste ponto no artigo de H. P. Grice e P. F. Strawson “In Defense of a Dogma” de 1956.

Desse modo, conclui que se a sinonímia for entendida como apresentado acima, então a analiticidade pode ser definida de um modo fregeano como redutibilidade a verdade lógica por substituição de sinônimos. E assim BonJour afirma que Quine não oferece um argumento muito atrativo para dizer que todas as concepções de analiticidade são ininteligíveis, dado que a concepção fregeana parece ser satisfatória para explicar esse conceito. Mas BonJour (1998b, p. 72) não explicita adequadamente como se poderia entender a analiticidade de um modo fregeano sem levar em consideração entidades abstratas.

3.1.2 Crítica aos argumentos quineanos contra a aprioridade

Com relação à crítica ao *a priori* especificamente, BonJour (1998b, p. 73) afirma que Quine apresenta apenas nas duas últimas seções do artigo “Two Dogmas of Empiricism” um argumento cuja tese é que “nenhuma sentença é imune a revisão”. O argumento é o seguinte: “se algo é conhecido ou justificado *a priori* (e assim reclamado ser necessário), então isso nunca poderia ser revisado ou ‘rejeitado’”. Mas se nenhuma sentença é imune a revisão. Logo, nenhuma sentença pode ter o *status* de ser conhecida ou justificada *a priori*.

Mas a revisibilidade de uma sentença não teria suporte direto sobre a questão da justificação *a priori*. Para isso BonJour (1998b, p. 73) comenta um caso indicado por Grice e Strawson; segundo eles, uma vez que uma sentença seja considerada verdadeira, ela apenas pode ser rejeitada em dois diferentes casos: enquanto possuindo ainda o mesmo significado ou depois de uma mudança de significado. E no caso de uma sentença que foi revisada e mudou de significado, diz-se que a sentença original não era justificada *a priori*.

BonJour (1998b, p. 74) cita um exemplo para tentar esclarecer o que esse caso pretende mostrar: que seguindo as convenções linguísticas, uma sentença do tipo “dois mais dois é igual a quatro” poderia ser alterada por decreto governamental, como tendo o significado que tem a sentença “dois mais dois é igual a sete”. Nesse caso, a sentença “dois mais dois é igual a quatro” teria seu significado alterado, e então a sentença original certamente foi revisada e rejeitada. No entanto, não se pode dizer que essa sentença, com a nova significação, é justificada *a priori*, dado

que teve seu significado alterado por decreto governamental e é produto de simples convenção linguística.

Desse modo, Bonjour (1998b, p. 74) reivindica que Quine deveria defender a tese de uma maneira mais específica como a seguinte “que qualquer sentença pode ser *rejeitada* desde que não ocorra mudança em seu significado”. Nesse caso, a sentença “dois mais dois é igual a quatro” permaneceria com seu significado original, mas sendo rejeitada, teria apenas seu valor de verdade alterado.

Para Bonjour (1998b, p. 75) a consideração do tipo de revisão de sentenças que envolvem mudança de significado seria desinteressante para a partir deles criticar a justificação *a priori*. Pois já que uma sentença justificada desse modo é compreendida pela tradição racionalista como uma sentença que expressa uma verdade necessária, ou seja, não revisível, uma tese contrária a essa concepção deve propor que uma sentença que expressa uma suposta verdade necessária é revisível, e nesse caso apenas o valor de verdade dessa sentença deveria ser revisado e não o seu significado. No caso em que uma sentença tem seu significado inteiro alterado, isso não constitui um fator que contribua para criticar o fato de uma sentença ser necessariamente verdadeira.

Por isso, Bonjour (1998b, p. 74) confirma que Quine precisa distinguir entre esses casos de revisibilidade das sentenças para poder reclamar importância epistemológica para sua proposta. Caso contrário, seu principal argumento contra o *a priori* seria problemático, por não distinguir entre casos triviais e não triviais de revisibilidade. Embora com isso Bonjour não pense que se Quine tivesse uma tese adequada da revisibilidade ele estivesse correto ao criticar o *a priori*.

Além disso, Quine deveria restringir sua tese de modo que apenas as revisões feitas por pessoas racionalmente capazes fossem consideradas. Desse modo, a tese que Quine deveria defender, de acordo com Bonjour (1998b, p. 75), deveria ser “que qualquer sentença pode ser *racionalmente ou justificavelmente rejeitada* desde que não ocorra mudança em seu significado”. Mas ainda essa tese mais forte não seria suficiente para criticar o *a priori*, dado que proponentes da justificação *a priori* também defendem que certas sentenças devem ser revisadas, tal como o próprio Bonjour o faz ao dizer que as sentenças justificadas *a priori* são falíveis e corrigíveis.

Bonjour (1998b, p. 75) afirma que Quine apresenta ainda outras duas caracterizações para a tese de que “nenhuma sentença é imune à revisão” em “Two

Dogmas of Empiricism”. A primeira que aparece é uma concepção extrema do holismo⁶² de que apenas o “todo da ciência” é que poderia ser significativamente confrontado com a experiência. A segunda é uma metáfora da ciência como uma rede conceitual relacionada a experiência apenas por suas extremidades. Bonjour reclama que essas caracterizações seriam vagas e metafóricas demais para servirem como defesas racionais da tese defendida por Quine. A relevância dessas concepções para sustentar a tese de que nenhuma sentença que não teve seu significado alterado é imune à revisão seria obscura.

De acordo com Bonjour (1998b, p. 76), da tese holista radical apresentada por Quine em “Two Dogmas of Empiricism” segue-se que, se ocorrer uma experiência recalcitrante que exija uma revisão, esta não estará restrita às sentenças da periferia, mas poderá atingir sentenças não observacionais também, e isto quer dizer que as sentenças não são testadas de forma isolada. Essa caracterização não é o mesmo que dizer que qualquer sentença pode ser racionalmente rejeitada. Assumir essa última tese significa assumir que a racionalidade epistêmica está interessada apenas em ajustar as crenças de alguém às suas próprias experiências. Mas para esse filósofo há proposições nas quais é justificável ou racional aceitar e nas quais é irracional ou injustificável rejeitar, e isto, não tem nada a ver com ajustar as crenças de alguém as suas experiências.

Desse modo, para Bonjour (1998b, p. 77), o principal argumento de Quine em “Two Dogmas of Empiricism” contra a possibilidade de justificação e conhecimento *a priori*, ou seja, a tese de que “nenhuma sentença é imune à revisão” é fraco, pois sua conclusão contra a justificação *a priori* baseia-se na própria crença de que não há conhecimento *a priori*. Assim, a tese quineana da revisibilidade das sentenças é circular, e não serve para provar a impossibilidade da justificação e do conhecimento *a priori*.

Bonjour (1998b, p. 77) expõe que Quine apresenta ainda um outro argumento contra o *a priori* que não se encontra em “Two Dogmas of Empiricism”, é o argumento da indeterminação da tradução, apresentado originariamente em *Word and Object*. Esse argumento mostra que em uma situação de tradução na qual um linguista se encontra diante de um falante nativo, aquele não tem como saber ao que realmente o nativo se refere quando emite um determinado som. Então o linguista

⁶² Bonjour não considera a mudança de Quine para uma tese holista moderada. Talvez porque tenha considerado apenas o artigo de 1953 para falar do holismo.

supõe várias hipóteses analíticas baseando-se no que ele diria em sua própria língua diante daquelas estimulações que ambos estão percebendo. De acordo com a tese quineana da indeterminação da tradução, o linguista não pode saber nem ao que realmente o nativo se refere⁶³, nem mesmo se sua hipótese analítica escolhida arbitrariamente diante de várias outras está correta. Conforme Bonjour (1998b, p. 79), Harman afirma que isso tem como consequência que não há nenhuma determinação de significados e proposições e que as atitudes psicológicas de crença tem a ver apenas com sentenças.

Para Bonjour (1998b, p. 79), essa tese da indeterminação da tradução suporta a tese holista que Quine defende em “Two Dogmas of Empiricism”. E assim nenhuma sentença poderia ser considerada verdadeira ou justificada independentemente da experiência de tal modo que excluísse uma revisão, pois não existem significados determinados⁶⁴. Desse modo, nenhuma sentença individual poderia ser considerada significativamente autônoma para ser considerada como justificada *a priori*.

Mas Bonjour reclama que essa tese da indeterminação da tradução também baseia-se em um argumento falacioso. Pois assim como os outros argumentos quineanos contra o *a priori*, também esse já pressupõe como provado que não existe justificção e conhecimento *a priori* e que apenas o conhecimento derivado da ciência empírica é válido. Dessa forma, Quine incorreria em petição de princípio ao defender seu naturalismo e ao criticar a justificção *a priori* (BONJOUR, 1998b, p. 79, 81).

Além disso, Bonjour (1998b, p. 81-2) destaca que Quine ao argumentar contra a justificção *a priori* e o empirismo moderado, utiliza-se de argumentos não empíricos. Pois ainda que os argumentos quineanos sejam baseados em teorias empíricas, eles parecem apelar para padrões *a priori* de aceitabilidade de teorias, tais como o possuir poder explicativo. Mas “ter poder explicativo” em Quine é um critério estabelecido pragmaticamente pela própria ciência empírica. É uma

⁶³ Aqui Quine (1968, p. 86) pretende falar da inescrutabilidade da referência em seu famoso exemplo “gavagai”, ao dizer que o linguista não pode determinar se o nativo refere-se a coelho, parte não destacada de coelho, fusão de todos os coelhos, estágio temporal de coelho, etc.

⁶⁴ Bonjour (1998b, p. 80) deriva dessa tese quineana que quando alguém expressa uma sentença não se tem nada determinado em mente. Realmente para Quine de uma maneira extrema isso é correto, mas Bonjour não considera nesse ponto a tese quineana da uniformidade da linguagem proporcionada pelos padrões inatos de similaridade e pela empatia. Segundo essa tese, na comunicação entre indivíduos de uma mesma comunidade de fala e de comunidade de fala divergentes há uma uniformidade suficiente para que possa haver entendimento na linguagem.

necessidade empírica entender o mundo para poder prever os acontecimentos que poderão arriscar a sobrevivência da espécie.

Ao considerar os supostos argumentos de Quine em favor de sua proposta contrária à justificação *a priori*, BonJour (1998a, p. 200) o critica por não apresentar nenhum argumento convincente para acreditar que sua proposta esteja correta e, portanto, que a epistemologia deva ser naturalizada. Todos os argumentos quineanos incorreriam em petição de princípio ao pressupor como certa a própria conclusão de que a justificação *a priori* é impossível e que todo conhecimento válido só pode decorrer da ciência empírica.

Após criticar Quine por apresentar argumentos circulares para sustentar sua crítica à justificação *a priori*, BonJour ainda apresenta alguns problemas presentes na sua proposta de epistemologia naturalizada. Para isso, BonJour (1998b, p. 82) baseia-se na concepção quineana de que nossas crenças constituem uma “teia” ou “fábrica” de sentenças, cujas extremidades colidiriam com a experiência, e que nós estamos continuamente revisando esta teia de sentenças a fim de manter suas extremidades “de acordo com a experiência”.

A partir dessa concepção, BonJour (1998a, p. 175) reclama que não haveria nenhuma justificação epistêmica para nossas crenças, nenhuma razão para pensar que elas seriam verdadeiras. Pois essa concepção da teia das crenças parece mais ser uma *descrição psicológica* de como algumas crenças estão mais na periferia da teia e, portanto, são mais fáceis de revisar que outras que estão mais no centro. Assim BonJour (1998b, p. 83) critica Quine ao afirmar que por uma descrição de um processo psicológico de formação da teia das crenças não se tem uma justificação racional para pensar que as crenças são verdadeiras e que constituem um conhecimento seguro. A partir disso, seria problemático pensar que Quine realmente tem uma epistemologia.

BonJour (1998b, p. 84) identifica ainda alguns problemas quanto às críticas de Quine à epistemologia tradicional. Segundo ele, Quine rejeita toda a epistemologia tradicional, mas criticou apenas a concepção epistemológica do empirismo lógico. O objetivo dessa proposta epistemológica era: 1. explicar os conceitos relevantes, por exemplo o conceito de corpo físico, em termos sensórios – o lado conceitual da epistemologia; e 2. baseando-se nessa explicação, justificar as crenças sobre o mundo físico sobre as bases da experiência sensível – o lado doutrinário da epistemologia. Desse modo, Quine rejeita essa proposta do empirismo

lógico ao mostrar que as reduções conceituais não fornecem traduções autênticas e que a redução doutrinal não é possível devido ao problema da indução. Mas, BonJour (1998b, p. 84) declara que há vários problemas com a argumentação quineana para sustentar as conclusões acima.

Um dos problemas que é relativamente o menor é que Quine exagera a importância do lado conceitual da proposta do empirismo lógico e toma o fracasso deste aspecto para basear sua crítica ao lado doutrinal que se refere a justificação das crenças sobre o mundo (BONJOUR, 1998b, p. 84). Um outro problema mais importante é que Quine falha em não distinguir entre uma concepção forte e outra fraca de justificação em epistemologia. BonJour (1998b, p. 84) destaca que a concepção forte derivada de Descartes busca alcançar certeza e estabelecer uma verdade infalível e indubitável, enquanto que para a concepção fraca basta mostrar que há boas razões, ainda que não conclusivas, para pensar que as crenças sejam, pelo menos provavelmente verdadeiras. Assim, Quine ao concluir que a meta cartesiana não é alcançável, diz que qualquer tipo de justificação não é possível.

Outro problema que pode ser apontado na proposta quineana é seu uso do termo “evidência” (BONJOUR, 1998b, p. 85). Esse conceito geralmente foi usado como um conceito normativo, para quem tem uma razão para dizer que algo é verdadeiro e está justificado em acreditar nisso. Quine usa esse conceito em várias passagens, por exemplo, que “a evidência que há para a ciência é evidência sensível”, que a meta da epistemologia naturalizada é ver “como a evidência se relaciona a teoria”, que “as sentenças observacionais são o repositório de evidência para as hipóteses científicas”, etc. Esses usos que Quine faz do termo “evidência” não parecem ter um aspecto normativo.

Como consequência de que “evidência” para Quine não constitui uma razão para se acreditar em alguma crença, BonJour (1998b, p. 85) afirma que a epistemologia naturalizada não tem nenhuma razão pela qual se possa dizer que alguma crença sobre o mundo seja verdadeira. E assim se a epistemologia quineana realmente supera as outras propostas epistemológicas, então o que se teria é uma versão radical do ceticismo.

A partir disso, BonJour analisa o que Quine entende por ceticismo (1998b, p. 86). Na proposta quineana, “dúvidas céticas são dúvidas científicas”, o ceticismo surge da própria investigação científica, de uma consciência de que a ilusão é

possível. Mas estas ilusões são relativas ao que já se concebe cientificamente. Nas palavras de Quine (1975a, p. 67):

O ceticismo é um subproduto da ciência. A base para o ceticismo é a consciência da ilusão, a descoberta de que não devemos sempre acreditar em nossos olhos. O ceticismo alimenta-se de miragens, de varas aparentemente curvadas na água, de arco-íris, imagens persistentes, imagens duplas, sonhos. Mas em que sentido tudo isso são ilusões? No sentido de que elas parecem ser objetos materiais, o que de fato elas não são. Ilusões são ilusões apenas em relação a uma aceitação prévia de corpos reais aos quais são comparadas... Postular corpos já é praticar uma ciência física rudimentar, e somente após esse estágio é que as distinções hostis dos céticos podem fazer sentido.

A partir dessa constatação, Bonjour (1998b, p. 87) afirma que a epistemologia naturalizada de Quine é incapaz de lidar com o ceticismo e que essa concepção cética é inadequada de duas maneiras. Primeiro, porque, nesse caso, o apelo a ilusão parece ser básico para caracterizar a concepção quineana cética, algo que não precisa necessariamente ser usado para esclarecer o ceticismo. Em segundo lugar, ela é inadequada porque assim como Quine não tem nenhuma razão para dizer que qualquer crença sobre o mundo é verdadeira, o que leva a um ceticismo, assim também ele não teria nenhum critério para diferenciar crenças científicas de crenças religiosas ou de fenômenos ocultos. Desse modo, Bonjour critica Quine por este não ter uma epistemologia autêntica.

Quine não teria nenhuma razão para dizer que nossas crenças sobre o mundo são verdadeiras, e, desse modo, ele tira da epistemologia seu *status* epistêmico. Mas ainda Bonjour questiona se depois dessa constatação, Quine ainda teria uma consideração sobre a justificação do conhecimento empírico e pergunta se a epistemologia naturalizada ainda mantém qualquer razão para pensar que as afirmações empíricas, especialmente as não estritamente observacionais, são provavelmente verdadeiras. Se a resposta a essa questão é negativa, então Quine realmente é cético quanto às afirmações sobre o mundo. No entanto, Quine não pretende em sua proposta evitar esse tipo de ceticismo. E então Bonjour (1998b, p. 89) questiona se Quine teria alguma razão para preferir algumas sentenças empíricas não-observacionais a outras sem qualquer apelo ao *a priori*.

Para tentar responder a essa questão Bonjour (1998b, p. 89) relembra que Quine distingue entre dois tipos de sentenças na metáfora da teia das crenças: 1. as que descrevem os resultados de observação direta; e 2. aquelas cujo conteúdo

transcende os resultados de observação direta. As primeiras estariam mais na periferia da teia e estariam mais propícias à revisão frente a uma experiência recalcitrante, enquanto que as últimas (que incluem as sentenças da lógica e os princípios de raciocínio), localizadas mais no interior da teia, seriam mais difíceis de se colocar em dúvida, embora nenhuma sentença seja imune à revisão.

Conforme Bonjour (1998b, p. 89), as sentenças observacionais foram consideradas por Quine como diretamente conectadas a experiência. Mas isso não esclarece como essas sentenças são epistemicamente garantidas. E quanto às sentenças não-observacionais ou teóricas, qual seria a razão que as garantem como verdadeiras, ou ainda, em virtude de quê uma sentença desse tipo é mais justificada ou mais aceitável que outra? Ao analisar a proposta de revisão da teia das crenças em Quine, Bonjour afirma que a experiência não determina quais sentenças revisar, então o que determinaria ou restringiria tal revisão?

De acordo com Bonjour (1998b, p. 90), os detalhes da resposta de Quine são obscuros, mas um esboço é dado em resposta a essa questão, e pode-se dizer então que algumas das razões estariam relacionadas a “padrões familiares como simplicidade, alcance, fecundidade, e adequação explanatória, adicionando a estes um princípio absolutamente forte de conservadorismo”. Assim um conjunto de sentenças com um grau maior de satisfação a esses padrões será racionalmente mais aceitável que outro.

Mas haveria dois problemas imediatos com este tipo de resposta. Primeiro, a relação entre a satisfação a esses padrões e a justificação epistêmica no sentido de ter uma razão para pensar que alguma crença é provavelmente verdadeira, não é clara. Bonjour (1998b, p. 91) reclama que alguém que não rejeite a possibilidade de justificação *a priori* pode tentar oferecer um argumento *a priori* para mostrar que alguns desses padrões tendem à verdade. Mas afirma que alguns dos padrões apresentados por Quine como o conservadorismo e a simplicidade não teriam plausibilidade no caso de poderem ser justificados *a priori*. No entanto, é certo que Quine não apela para uma justificação *a priori* desses padrões. Além disso, qualquer tentativa de justificar esses padrões empiricamente seria falaciosa, pois certamente esses padrões já estariam entre as premissas do argumento. Desse modo, segundo Bonjour, Quine não teria qualquer razão para dizer que aqueles padrões conduzem a verdade e, portanto, que constituiriam alguma garantia epistêmica. E isso teria como consequência que Quine é completamente cético pelo menos com relação ao

conhecimento empírico não-observacional. Assim conclui que uma justificação puramente empírica não é suficiente para os propósitos epistêmicos.

Um segundo problema, na concepção de Bonjour (1998b, p. 92) mais prejudicial que o primeiro, com relação a resposta quineana de que “um conjunto de sentenças com um grau maior de satisfação àqueles padrões será racionalmente mais aceitável que outro” é que não é claro porque esses padrões colocariam qualquer limite real sobre as possíveis revisões. Esses padrões seriam eles mesmos mais algumas sentenças na teia das crenças e também, por isso, passíveis de revisão. Desse modo, seria aceitável qualquer revisão alternativa na medida em que se revisa ou abandona alguns dos padrões epistêmicos de revisão que estavam em vigor.

De acordo com Bonjour (1998b, p. 92), a resposta de Quine seria que tal revisão indiscriminada dos padrões epistêmicos de alguém, embora possível, é menos provável de ser justificada ou epistemicamente razoável. Pois dada a metáfora da teia das crenças, tais padrões constituiriam as sentenças mais do centro da teia e, portanto, mais difíceis de serem colocados em dúvida. No entanto, na concepção de Bonjour, é impossível encontrar uma análise racional adequada em Quine já que ele não aceita que haja nenhuma razão para pensar que uma revisão frequente ou indiscriminada dos padrões epistêmicos de alguém é menos provável de conduzir à verdade ou é de qualquer outro modo claro inaceitável epistêmica e racionalmente. Assim Bonjour afirma que é circular apelar aos próprios padrões propostos por Quine para revisá-los.

Além disso, para Bonjour (1998b, p. 93), tanto esses padrões confusos como o conservadorismo e a simplicidade são revisíveis, quanto padrões mais simples e básicos da lógica como o princípio de não-contradição. Para Bonjour é óbvio que em um caso no qual há duas teorias sobre um mesmo fato empírico, a teoria que fosse livre de contradições seria preferível a que contém um conjunto de sentenças inconsistentes. Mas Quine não tem nenhuma razão para dizer que o princípio de não-contradição não deveria ser tão frequentemente revisado ou abandonado como qualquer outra parte do sistema, e isto torna razoável epistemicamente aceitar um sistema contraditório.

Conforme afirma Bonjour (1998b, p. 93), como Quine defende que todas as sentenças do sistema podem ser rejeitadas, inclusive os princípios da lógica e as normas epistêmicas, logo nenhuma crença da teia é definitivamente justificada e o

resultado disso seria um quase total ceticismo. A racionalidade que leva a algum tipo de conhecimento em Quine estaria apenas relacionada à capacidade de alguém dizer que certas respostas são preferíveis a outras se certos padrões lógicos e epistêmicos melhores que outros são adotados.

Mas essa conclusão é ainda uma visão otimista da posição quineana, pois BonJour (1998b, p. 93) apresenta um terceiro problema e o mais prejudicial de todos, pois levando às últimas consequências Quine deveria aceitar o que ele justamente quer rejeitar. BonJour afirma que de fato Quine não oferece nenhuma razão para dizer que qualquer revisão é ainda requerida ou que há uma incompatibilidade no sistema das sentenças. Para isso, relembra a noção quineana de que as sentenças que compõem o sistema não têm significados e que apenas são compreendidas de acordo com suas funções no todo do qual fazem parte. Ele lembra também que os princípios lógicos e epistêmicos também seriam apenas algumas sentenças adicionais do sistema. Assim BonJour questiona qual seria a base para se dizer que um conjunto de sentenças deve ser revisado?

De acordo com os textos quineanos, BonJour (1998b, p. 94) afirma que frente a uma experiência recalcitrante, por exemplo, surge uma nova sentença sobre a incompatibilidade daquele conjunto de sentenças e que essa nova sentença pode ser a base para dizer que o conjunto deve ser revisado. Mas nesse caso, pode-se considerar aquele conjunto de sentenças agora incluindo a sentença sobre a experiência recalcitrante, além da sentença sobre a incompatibilidade do conjunto e sua necessidade de revisão. Mas nesse caso, ao considerar o conjunto total das sentenças, ele será novamente incompatível e será adicionada novamente uma sentença sobre a incompatibilidade do conjunto e sua necessidade de revisão, e assim sucessivamente.

BonJour (1998b, p. 94) explica que essa demanda será infinita, embora o conjunto total de sentenças presumivelmente pareça ser finito. Então esta demanda regressiva não fornecerá uma base adequada para dizer que uma dada revisão deve ser feita. E assim que a suposta incompatibilidade ou necessidade de revisão realmente não existirá se for levada em consideração a demanda infinita por sentenças adicionais sobre a incompatibilidade do conjunto. E isto terá como consequência que nenhuma revisão necessariamente deverá ser feita, nem mesmo sobre os princípios lógicos e epistêmicos. O que quer dizer que qualquer sentença

não-observacional ou conjunto de sentenças pode sempre ser retido. E isso é justamente o que Quine quis negar.

Quine pretendeu rejeitar uma noção de significado e rejeitar também uma lógica *a priori*, mas ao manter essa posição, BonJour (1998b, p. 94) critica Quine por não conseguir sustentar sua tese que “nenhuma sentença é imune à revisão”, justamente uma das teses que é reivindicada sustentar sua crítica ao *a priori*. Para BonJour, para haver uma incompatibilidade genuína, deve haver um meta princípio de não-contradição que faça plausível dizer que um conjunto de sentenças é incompatível. Mas ainda nesse caso, deverá haver um meta meta princípio de não-contradição, e assim sucessivamente do mesmo modo como no caso anterior. Além disso, BonJour procura mostrar que mesmo se os princípios da lógica como o princípio de não-contradição fossem entendidos, além de meras sentenças do sistema, como produzindo de fato certas práticas cognitivas, elas mesmas ainda estariam expostas às revisões e poderiam ser abandonadas.

Desse modo, BonJour (1998b, p. 95) afirma que o resultado da proposta quineana apresentada pela metáfora da “teia das crenças” é muito implausível. Pois como sua análise procurou mostrar, se não há nenhuma lógica *a priori*, não há como haver alguma conexão entre as sentenças da teia. Essas sentenças não podem ser conectadas entre elas sem que haja uma lógica *a priori*, cujas leis não sejam revisíveis assim como qualquer sentença do sistema.

Portanto, seguindo a metáfora da teia das crenças, BonJour (1998b, p. 95) conclui que Quine defende um completo ceticismo, pois não haveria nenhuma razão última para pensar que qualquer sentença poderia ser retida. Qualquer conjunto de sentenças poderia ser justificado, mas nenhum seria justificado de todo, pois sempre existiriam sentenças adicionais que acusariam uma certa incompatibilidade.

Assim, a epistemologia quineana falharia tanto em tentar apresentar argumentos contra a justificação *a priori*, quanto em propor uma nova forma de garantir algumas sentenças como provavelmente verdadeiras. Além disso, a epistemologia quineana por um lado, levaria a um completo ceticismo, por outro, teria que aceitar o que justamente quer rejeitar, a possibilidade de um conhecimento *a priori*.

BonJour (1998a, p. 201; 1998b, p. 96) quer mostrar que qualquer tipo de inferência que for utilizado para se fazer ciência deve repousar em intuições *a priori* independentemente da origem de cada crença. Para ele, o modo racional como são

relacionadas as crenças constitui uma razão *a priori* que garante a sua verdade. E dessa forma, se o naturalista defende que não há razões *a priori* para se pensar que algo seja verdadeiro, então ele não tem nenhuma razão para pensar que seja verdadeira qualquer crença cujo conteúdo transcenda a observação direta. Desse modo, todo o projeto epistemológico de Quine seria em vão, já que o problema que o guiou em sua pesquisa foi justamente mostrar como a evidência se relaciona com a teoria e como a teoria transcende em muito as evidências sensíveis.

A partir do exposto por BonJour (1998a, p. 198-201), pela proposta naturalista não haveria razão alguma para acreditar na verdade da maior parte das crenças que temos sobre o mundo, nem na confiabilidade dos processos psicológicos, muito menos na verdade de que a epistemologia tradicional é insustentável e que a epistemologia naturalizada é correta. O fato é que derivando das próprias teses do naturalismo, não há razão alguma que sustente a verdade da proposta naturalizada da epistemologia. Além disso, a epistemologia naturalizada apóia-se em intuições *a priori* sem mesmo reconhecê-las explicitamente, já que a própria lógica, dentre ela, as leis do raciocínio indutivo, de acordo com o autor, são intuições *a priori* que possibilitam o raciocínio filosófico e científico e, portanto, seriam imprescindíveis para conectar as sentenças da teia.

3.2 O fundacionismo de Laurence BonJour

O contexto do qual surgem as críticas de BonJour a Quine é interessante, dado que aquele inicialmente defendia uma forma de justificação coerentista em epistemologia, posição apresentada em 1976 em seu artigo *The coherence theory of empirical knowledge*. Nesse sentido, BonJour já está familiarizado com algumas questões que envolvem uma proposta tal como a proposta quineana de uma teia das crenças. No entanto, a coerência para Quine é um princípio lógico revisível, o que para BonJour é muito problemático. Mas BonJour muda de posição quanto a justificação em epistemologia, ele passa a defender um fundacionalismo⁶⁵, porém baseado em uma posição racionalista moderada na qual a experiência tem um papel

⁶⁵ Nesse capítulo não vamos levar em consideração alguma possível mudança de BonJour com relação a posição epistemológica que tinha quando fez a crítica a Quine.

relevante na justificação das crenças. É esta posição que embasa sua crítica à Quine. Bonjour então, apesar de ceder alguma importância a experiência, sempre defendeu uma posição internalista quanto à justificação das crenças e se opõe à Quine por este querer naturalizar a epistemologia e rejeitar completamente uma justificação *a priori* (BONJOUR, 1998a, p. 196; 1998b, p. 98).

A tese central da proposta do racionalismo moderado de Bonjour (1998b, p. 98, 99) é que uma intuição *a priori* deve ser aceita como uma fonte genuína e independente de conhecimento e justificação epistêmica. Mas qual seria o argumento que sustenta essa tese? Bonjour afirma que o que deve garantir a tese racionalista deve depender basicamente de considerações intuitivas e lógicas e não de um argumento direto.

Desse modo, a defesa da tese do fundacionismo deve conter três principais componentes: 1. os argumentos contra as propostas epistemológicas rivais; 2. alguns exemplos que mostram a plausibilidade fenomenológica ou intuitiva básica desta proposta racionalista; 3. as respostas às principais objeções contrárias a esta tese (BONJOUR, 1998b, p. 99). Na seção anterior já foi apresentado os argumentos contra uma das propostas rivais ao racionalismo moderado, a epistemologia naturalizada de Quine. Nessa seção nos deteremos na apresentação do segundo componente usado para defender aquela proposta, já que o objetivo aqui é apresentar em linhas gerais a proposta racionalista moderada de Bonjour que rejeita a reivindicação tradicional do racionalismo de que a intuição *a priori* é infalível.

BonJour (1998b, p. 100) apresenta seis exemplos que ilustram a natureza da justificação *a priori* como considerada pelo racionalismo. O primeiro exemplo, mais familiar, é a proposição de que “nada pode ser de todo vermelho e verde ao mesmo tempo”. A razão para pensar que essa proposição é verdadeira é o fato de que nós *entendemos* o significado dessa proposição, isto é, que nós compreendemos as propriedades indicadas pelas palavras “vermelho” e “verde”. E ao compreender a proposição, compreende-se a incompatibilidade de pensar essas duas características ao mesmo tempo de um mesmo objeto. Posteriormente ao entendimento da proposição, tem-se uma compreensão direta ou imediata de que essa proposição não pode ser falsa. Isso seria uma intuição direta da necessidade da proposição e seria uma justificação para aceitá-la como verdadeira.

Além disso, pode-se naturalmente, conforme Bonjour (1998b, p. 101), entender a proposição em questão como sendo “verdadeira em virtude de

significado”, e dessa forma, como uma proposição analítica. Essa caracterização da analiticidade deve ser entendida como verdadeira em virtude da configuração das propriedades e relações das palavras da proposição. O erro está em pensar que isso conduz a uma intuição epistemológica de como a verdade da proposição é compreendida. A sentença em questão é necessariamente verdadeira porque expressa uma relação necessária entre certas propriedades, e isto por causa dos significados das palavras, embora não seja óbvio que o *status* da relação necessária entre os termos e sua acessibilidade cognitiva dependa das formulações linguísticas.

Para Bonjour (1998b, p. 102), é comum considerar um ato intelectual no qual a necessidade de uma proposição é compreendida ou apreendida como uma intuição racional ou intuição *a priori*. Isso quer dizer que o ato é direto, imediato, não discursivo e também é intelectual ou governado pela razão, algo que não é irracional ou arbitrário. Desse modo, pode-se dizer que a proposição em questão é racionalmente auto-evidente e que a razão para pensar que ela é verdadeira é uma razão imediatamente acessível.

O segundo exemplo apresentado por Bonjour (1998b, p. 102) de proposições justificadas *a priori* é o seguinte: “certa pessoa A é mais alta que uma segunda pessoa B e esta pessoa B é mais alta que uma terceira pessoa C, então a pessoa A é mais alta que a pessoa C”. Nesse caso, do mesmo modo que o anterior, diz-se que se alguém entende a proposição e entende a propriedade relacional de “uma coisa ser mais alta que outra”, então se é capaz de compreender direta e imediatamente que a proposição em questão deve ser verdadeira. E a verdade necessária da proposição depende da compreensão da transitividade da propriedade relacional “x ser mais alto que y”.

O terceiro exemplo é o seguinte: “não há um quadrado redondo, isto é, que nenhuma superfície ou parte demarcada de uma superfície que é redonda pode ser também quadrada”. Esse caso novamente como os anteriores, parece ser justificado apenas pela compreensão do significado da proposição. Pois a compreensão das propriedades de ser quadrado e ser redondo é a base para alguém compreender ou apreender direta e imediatamente que nada pode satisfazer as duas propriedades ao mesmo tempo. Dessa forma, alguém que compreenda o significado da proposição está de posse de uma razão para pensar que essa proposição é verdadeira (BONJOUR, 1998b, p. 103).

O mesmo acontece com o quarto exemplo relacionado às proposições da aritmética, que “dois mais três é igual a cinco”. Ainda com relação a esse exemplo, alguém que entenda as partes que compõem essa proposição e a forma como esses elementos estão combinados é capaz de ver, compreender ou apreender direta e imediatamente que a proposição é verdadeira (BONJOUR, 1998b, p. 104).

Para BonJour (1998b, p. 105), é válido notar que alguns ou todos esses exemplos apresentados apelam a um sentido mais específico de intuição que é análogo ao sentido desse termo em Kant, o qual envolve alguma coisa como um quadro ou imagens mentais. Então BonJour apresenta alguns exemplos que mostram mais claramente esse apelo. O quinto exemplo é o seguinte: “todos os cubos tem doze arestas”. A partir do entendimento das várias propriedades e relações envolvidas na proposição, a forma mais natural para pensar essa proposição é imaginar (mentalmente) um cubo e contar as suas arestas. Não há razão para pensar que esse processo essencialmente não-empírico, supondo que esse processo seja essencial para a justificação daquela proposição, torne aquela justificação menos *a priori*. Pois, conforme a concepção kantiana de “intuição”, esta está no nível da sensibilidade, mas ainda mantém um caráter inteligível *a priori*. Há a necessidade de uma intuição sensível, mas ela só é possível porque existem conceitos *a priori* no entendimento. Dessa forma, sensibilidade e racionalidade são necessárias para a compreensão de uma proposição sem que uma seja redutível à outra.

O último exemplo apresentado por BonJour (1998b, p. 105) de proposições justificadas *a priori*, está expresso sob forma de inferência e é a seguinte: Premissas: 1. Ou David comeu o último pedaço de bolo ou Jennifer o fez; 2. Jennifer não comeu o último pedaço de bolo; Conclusão: “David comeu o último pedaço de bolo”. Nesse caso, assim como em todos os outros exemplos acima, basta entender as três proposições envolvidas para ser capaz de apreender direta e imediatamente que a conclusão se segue das premissas, e que se as premissas são verdadeiras, a conclusão também será verdadeira. Ainda que alguém apelasse para a regra do silogismo disjuntivo para justificar a validade dessa inferência, não há razão para pensar que tal apelo seja essencial para que a aceitação dessa inferência como válida seja epistemicamente justificada.

Assim, conforme BonJour (1998b, p. 106), esses exemplos mostram que pelo menos em alguns casos a justificação *a priori* é requerida. E para ele se a filosofia

tem qualquer reputação intelectual, então uma concepção racionalista da justificação *a priori* é essencial para lidar com a maioria senão com todas as questões filosóficas. Desse modo, Bonjour (1998a, p. 195) desenvolve uma proposta racionalista da justificação *a priori*; mas sua proposta é considerada moderada, ao contrário da proposta racionalista da tradição, pois entende que a intuição *a priori* requerida na justificação é falível e pode ser corrigível a luz da experiência.

Na proposta de Bonjour (1998b, p. 106) , a justificação *a priori* é baseada em uma intuição racional que é caracterizada da seguinte forma:

Quando eu considero cuidadosa e reflexivamente a proposição (ou inferência) em questão, eu sou capaz de simplesmente ver ou compreender ou apreender que a proposição é *necessária*, que ela deve ser verdadeira em qualquer mundo possível ou situação (ou alternativamente que a conclusão da inferência deve ser verdadeira se as premissas são verdadeiras).

O simples fato de ao entender uma proposição compreender sua necessidade, expressa que essa proposição é justificada *a priori* por uma intuição racional. Esta justificação não requer nenhum tipo de critério ou de qualquer processo discursivo ou racional adicional, porque ela é dada de forma direta e imediata no momento que se entende a proposição. A única exigência que há para ocorrer uma intuição racional é que haja um entendimento adequado da proposição em questão. Para haver uma intuição racional é necessário que haja uma habilidade para entender e pensar sem a qual nenhum processo intelectual seria possível (BONJOUR, 1998b, p. 109).

Para que ocorra um entendimento adequado da proposição é necessário uma compreensão adequada das várias propriedades e relações envolvidas e como elas são conectadas. E para isso em alguns casos pode haver a necessidade de se recorrer a algumas experiências sensíveis. Mas isso não exclui que a proposição seja justificada *a priori*, pois uma vez alcançado o entendimento adequado da proposição, a intuição ou o *insight* “não parece” (nas palavras de Bonjour), mais depender da experiência. Desse modo, a intuição ou o *insight* é a base para a justificação ou conhecimento *a priori* no racionalismo moderado (BONJOUR, 1998b, p. 107).

A intuição racional pretende ser um acesso direto no caráter necessário da realidade. Quando alguém compreende ou apreende a verdade necessária de uma

asserção, essa pessoa aparentemente está apreendendo o modo que a realidade deve ser com relação a algum aspecto, ao passo que é contrastado com outros modos que ela não poderia ser. E nesse sentido, a intuição racional ou *a priori* parece fornecer uma justificação epistêmica inteiramente adequada para acreditar ou aceitar a proposição em questão (BONJOUR, 1998b, p. 107).

Do modo como foi apresentado até o momento parece que a intuição racional, uma vez que é a compreensão da necessidade da verdade de uma proposição, é sempre uma intuição genuína. E de fato isso foi reivindicado por todos os proponentes do racionalismo, eles consideravam o conhecimento ou a justificação *a priori* como “certo, seguro”, e esta certeza era o que dotava a proposição justificada de infalibilidade, ou seja, ela não poderia falhar em ser verdadeira. Essa tradição tem origem em Platão que traça um contraste entre o conhecimento baseado na experiência que era falível, e um conhecimento *a priori* baseado em uma intuição ou rememoração das ideias, que era infalível.

Porém BonJour considera impossível defender a tese de que o conhecimento ou justificação *a priori* é infalível, pois muitos exemplos atrativos de proposições e inferências que foram reivindicadas como objetos de intuição racional e, conseqüentemente como justificadas *a priori*, tornaram-se falsas. Para ele a intuição racional, ainda que seja produto de uma compreensão adequada do significado de uma proposição, é falível (BONJOUR, 1998b, p. 110).

O erro da proposta racionalista tradicional envolve uma falácia comum, pois dizer que uma proposição justificada *a priori* é infalível pressupõe que a proposição em questão é necessária e, portanto, não pode ser falsa. Mas, além disso, pressupõe também que a percepção ou apreensão dessa proposição que é necessária também não pode ser falsa. Dessa forma, a própria percepção ou apreensão deveria ser infalível. É aí que se encontra o erro, a percepção ou apreensão não pode ser nem verdadeira nem necessária. E assim, seria a percepção ou apreensão inadequada da necessidade da proposição que conduziria a uma intuição racional falível (BONJOUR, 1998b, p. 111).

Alguns dos contra-exemplos da tese da infalibilidade apresentados por BonJour são: 1) O fato de que a geometria euclidiana considerada por séculos como descrevendo um caráter necessário do espaço, foi refutada empiricamente pela geometria não-euclidiana na teoria da Relatividade Geral. 2) O fato de que ao longo da história da filosofia muitos racionalistas metafísicos apresentaram propostas

diferentes para explicar o mundo, e cada uma dessas propostas foi reivindicada como *a priori*, dessa forma, seriam todas verdadeiras e infalíveis. Porém, sendo que essas propostas são diferentes entre si, é impossível que ao ser justificadas *a priori*, do modo como foram, todas sejam ao mesmo tempo verdadeiras e infalíveis (BONJOUR, 1998b, p. 111). 3) O fato de que as pessoas que estão engajadas em processos de raciocínio, prova e cálculo frequentemente erram nesses processos intelectuais (Idem, p. 112).

Esses exemplos mostram que é completamente possível para uma proposição (ou inferência), que *parece* (*seems*) ser necessária e auto-evidente, tornar-se falsa (BONJOUR, 1998b, p. 112). Uma pessoa pode aceitar uma proposição após uma reflexão cuidadosa e então pensar que a verdade dessa proposição é necessária e auto-evidente. Portanto, parece para essa pessoa que sua proposição é objeto de uma intuição racional. No entanto, como nos exemplos apresentados acima, pode vir a tornar-se falsa. Assim pode-se dizer que a pessoa teve apenas uma aparente intuição racional, de fato sua compreensão apenas parecia ser de uma verdade necessária, mas na realidade não era.

Nesse caso, o racionalismo tradicional que defende a tese da infalibilidade da intuição racional, diria que a pessoa não teve uma intuição racional genuína e que para que sua proposição seja justificada *a priori*, ela precisaria de uma intuição daquele tipo. Mas, conforme BonJour (1998b, p. 113), nesse caso nunca se poderia saber se as pessoas teriam de fato intuições genuínas ou não enquanto não se sabe se a reivindicação da necessidade da proposição é correta ou não. E, assim, seria impossível dizer se as proposições foram realmente justificadas *a priori*.

Desse modo, BonJour (1998b, p. 113) propõe que a justificação epistêmica *a priori* requeira assim como os outros tipos de justificação, uma intuição racional *aparente*, dado que é possível que uma intuição racional não genuína justifique uma asserção. E assim, a proposta do racionalismo moderado defende que uma intuição racional aparente constitui uma razão, embora falível, para pensar que uma proposição seja verdadeira.

Nesse sentido, parece razoável pensar que sua proposta de justificação epistêmica é fraca, já que admite a falibilidade da razão que garante a crença em determinada proposição. Mas BonJour (1998b, p. 113) comenta que não está interessado em mostrar quão forte é sua proposta de justificação. Comenta ainda

que é duvidoso que haja qualquer nível definido de justificação, mas se há um tal nível, é certo que a justificação *a priori* é capaz de alcançar um nível determinado.

BonJour (1998b, p. 114) apresenta algumas exigências para que a intuição racional aparente não seja construída de um modo muito fraco. As exigências são: 1) deve ser considerada com um grau de cuidado razoável, que inclui um entendimento claro e cuidadoso da proposição que vai resultar justificada *a priori*; 2) a pessoa em questão deve ter uma consciência genuína da necessidade ou aparente necessidade da proposição, em um sentido lógico ou metafísico forte, e não meramente em um sentido genérico que uma crença é óbvia. Desse modo, requer uma compreensão aproximada do que demanda o conceito de necessidade. Com isso BonJour quer delimitar o que conta como uma intuição racional aparente no sentido que interessa ao racionalista moderado.

BonJour (1998b, p. 115) comenta que “a falibilidade parece de fato ser um aspecto inevitável da condição humana em todas ou virtualmente todas as áreas do conhecimento”. Mas disso não decorre um ceticismo como consequência direta. Uma intuição racional aparente pode, e segundo o racionalismo moderado, deve ser a base sob a qual se fundam as pretensões de conhecimento.

Como consequência dessa tese do racionalismo moderado, parece natural pensar na necessidade da existência de um critério ou padrão epistemicamente anterior para distinguir intuições racionais aparentes de genuínas. Então, somente a partir da satisfação desse critério se poderia dizer que uma proposição intuída genuinamente constitui uma proposição justificada epistemicamente *a priori*. No entanto, essa exigência levaria a um regresso infinito, dado que também seria necessária uma justificação para tal critério e assim por diante. Além disso, essa justificação poderia ser empírica e então ter o *status a priori* da justificação destituído, ou ser *a priori* e então ser recusada como uma justificação circular.

Desse modo, BonJour (1998b, p. 116) apresenta duas maneiras de corrigir uma intuição racional aparente sem apelar a qualquer critério. Inicialmente deve-se diferenciar entre dois tipos diferentes de erros que podem acontecer no processo cognitivo. De um lado estão os erros decorrentes de ilusões sensoriais, alucinações, e de percepções mal feitas. Nesses casos não há nenhum critério interno que possa distinguir uma alucinação de um acontecimento real, esses casos somente podem ser identificados e corrigidos a partir de um critério externo a eles mesmos. De outro lado, estão os erros corrigíveis internamente por alguma reflexão adicional. Alguns

tipos de erros corrigíveis dessa maneira são alguns erros perceptivos obtidos por descuido e desatenção.

Para BonJour (1998b, p. 116), parece que muitos dos erros envolvidos nos processos de intuição racional aparente podem ser internamente corrigidos. Muitos dos erros de cálculo e raciocínio podem ser corrigidos apenas por uma reflexão mais cuidadosa. No entanto, um raciocínio adicional não pode dar uma garantia de que a correção interna será bem sucedida, embora forneça um modo a partir do qual o erro pode ser corrigido.

Uma segunda maneira de eliminar erros em intuição racional aparente é apelar para a coerência. Assim, a partir da coerência, pode-se constatar quais intuições aparentes estão aptas ou falham juntas. Um exemplo desse tipo de erro por falha da coerência é que ao proceder a uma verificação em algum cálculo ou argumento frequentemente encontram-se contradições.

Desse modo, ainda sem um critério externo para distinguir entre intuições racionais genuínas de intuições aparentes ou erradas, não há razão para pensar que tais erros de alguma maneira seriam impossíveis ou difíceis de corrigir. BonJour (1998b, p. 119) declara que esses dois métodos de corrigir intuições racionais aparentes trabalham juntos e reforçam um ao outro.

Ainda segundo o racionalismo moderado a justificação *a priori* pode variar em diferentes graus. Para o racionalismo tradicional todas as proposições justificadas *a priori* tinham o mesmo grau de justificação, pois todas eram (pelo menos aparentemente) necessárias. Mas BonJour (1998b, p. 119) discorda dessa posição e apresenta alguns exemplos para mostrar sua concepção. Assim, a consideração das proposições “ $2 + 2 = 4$ ” e “ $2^5 - 5 = 3^3$ ” fornecem ambas uma aparente intuição racional de que elas são necessariamente verdadeiras. Porém se alguma dessas sentenças fosse errada, BonJour (1998b, p. 119) afirma que não hesitaria em escolher a última proposição como a mais provável de estar errada. Dado que a grande complexidade da última asserção não fornece uma intuição racional tão forte quanto à primeira.

Nesse caso, a diferença de grau entre as duas justificações *a priori* resulta da relativa complexidade das duas asserções. Mas tal diferença de grau pode ainda resultar de outros fatores, tais como relativo ao tempo e ao cuidado que a pessoa dedicou às asserções em questão que constitui um fator empírico. No entanto, a diferença entre aquelas duas intuições pode possuir diferentes graus de clareza

interna e firmeza, portanto, os graus de justificação podem resultar diretamente dessa diferença interna (BONJOUR, 1998b, p. 120).

BonJour (1998b, p. 120) ainda acrescenta que a justificação *a priori*, segundo o racionalismo moderado, é capaz de ser enfraquecida ou anulada por alguma experiência desfavorável. Portanto, essa caracterização da justificação *a priori* não ignora a experiência. Mas as experiências não contradizem diretamente uma asserção *a priori*, o que entra em conflito ou contradiz uma reclamação desse tipo são descrições de inferências construídas a partir daquelas experiências. E isso constitui uma razão adequadamente forte para pensar que uma reclamação de contraditoriedade seja verdadeira. As inferências teriam que confiar, explícita ou implicitamente, em algumas premissas ou princípios de inferência para conectar as experiências em questão com estes resultados adicionais. E essas premissas ou princípios têm a ver com, por exemplo, virtudes teóricas tais como a simplicidade e/ou também com o testemunho de especialistas em determinados assuntos. Essas premissas ou princípios forneceriam uma razão para pensar que alguma asserção é provável de ser verdadeira, esses próprios princípios e premissas a partir dos quais se conectam as experiências são eles mesmos justificados *a priori*. Desse modo, objeções empíricas suportadas por esse tipo de premissas ou princípios podem fazer confronto com reivindicações *a priori* (BONJOUR, 1998b, p. 123).

BonJour (1998b, p. 124) comenta sobre um outro tipo de justificação *a priori* considerada pela tradição, que ele chama de justificação *demonstrativa*. Até este momento falou-se apenas do tipo de justificação na qual a proposição é justificada por um ato direto de intuição racional aparente, no qual a necessidade da verdade é vista ou apreendida imediatamente. A justificação demonstrativa é aquela na qual uma proposição é alcançada por meio de vários passos de raciocínio a partir de premissas especificadas, e no qual cada um dos passos da justificação também é apreendido direta e intuitivamente.

No caso da justificação demonstrativa, as premissas iniciais elas mesmas podem ser justificadas de três diferentes modos: 1) justificadas por um *insight a priori*, e nesse caso ambas as justificações da inferência e da conclusão seriam reivindicadas *a priori*; 2) justificadas empiricamente, e nesse caso a justificação de toda a inferência é ainda reivindicada ser *a priori*, embora a justificação da conclusão resultante seja empírica no sentido que apela para considerações empíricas e *a priori*; 3) meras suposições, e nesse caso toda a inferência é reivindicada ser

justificada *a priori*, porém a conclusão não é justificada. A questão que se coloca é se a razão que justifica esses três casos é genuinamente *a priori*.

A razão para duvidar do *status a priori* da justificação demonstrativa é o fato de que ela parece confiar essencialmente na faculdade empírica da memória. No caso da justificação demonstrativa o processo intelectual que alguém se baseia é uma cadeia de raciocínio no qual cada passo em particular é supostamente certificado por intuição *a priori*, mas a cada estágio somente a memória certifica o passo antecedente, sobre o qual o presente se baseia, e que foi genuinamente apreendido como válido. Assim quando alguém alcança o passo final, somente a transição do penúltimo para a conclusão é diretamente visto ser válido, enquanto que a validade percebida de todos os passos e transições anteriores é meramente lembrada (BONJOUR, 1998b, p. 125).

O fato da justificação de uma cadeia de raciocínio basear-se sobre a lembrança da intuição *a priori* de cada passo e apenas o último ser diretamente intuído, faz essa justificação ser parcialmente empírica e não puramente *a priori*. É indubitável que a memória tem uma função no raciocínio demonstrativo. Porém, BonJour baseia-se sobre um esclarecimento de Tyler Burge nesse ponto e concorda com ele sobre a função da memória naquele raciocínio. Para Burge, a memória embora tenha uma função essencial no acesso ao argumento demonstrativo e também no acesso à justificação da conclusão, é certo que ela não tem nenhuma função no argumento mesmo ou na justificação, e desse modo, a justificação pode ser puramente *a priori* (BONJOUR, 1998b, p. 125-6).

BonJour (1998b, p. 127) ainda comenta que uma justificação demonstrativa pode ser errada. Alguém pode acreditar que está justificado em aceitar a verdade necessária de uma inferência e sua conclusão, porque alcançou isso através de uma série de passos válidos das premissas a conclusão. Mas o erro pertencia à memória de ter alcançado isso através de uma série de passos adequadamente conectados, antes que à avaliação da validade de qualquer passo particular. Ou ainda o erro poderia se dar porque a pessoa acreditava erradamente que tinha refletido de modo cuidadoso sobre a asserção em questão; ou ainda ela tinha um entendimento errado do conceito relevante de necessidade.

Nesses casos, a pessoa não possui uma intuição genuína *a priori* para pensar que a asserção relevante é verdadeira (ou que o argumento é dedutivamente irrefutável), porque as condições do acesso a uma tal razão não foram satisfeitas.

Em último caso, pode-se dizer que a pessoa falhou em ter uma intuição racional aparente. E aqui também há várias maneiras de corrigir internamente essa justificação dependendo do grau em que é justificada e será útil um exame adicional minucioso para revelar o erro (BONJOUR, 1998b, p. 128).

Em todos esses casos de justificação, na intuitiva e na demonstrativa *a priori* há uma dimensão externalista, embora corrigíveis internamente. Para os dois tipos de justificação *a priori* apresentados por BonJour há condições empíricas que devem ser satisfeitas se alguém em particular tem acesso a uma tal justificação. No entanto, a satisfação dessas condições não se torna parte da própria justificação em questão. Consequentemente, a justificação pode ser inteiramente *a priori* (BONJOUR, 1998b, p. 129).

Desse modo, a proposta de BonJour (1998a, p. 195) de um racionalismo moderado defende a tese de que a intuição ou *insight a priori* é falível e corrigível. Vários exemplos ao longo da história da filosofia mostram que muitas reivindicações de proposições *a priori* falharam e tornaram-se falsas. Este tipo de proposta de justificação *a priori* baseia-se em aparentes intuições *a priori* direta ou imediatamente apreendidas e que podem ser falíveis. E no caso de serem falsas, podem ser reexaminadas internamente e corrigidas. A intuição racional aparente pretende ser uma apreensão direta do caráter necessário da realidade, embora seja falível.

A falibilidade das intuições *a priori* se mostra também no fato de uma asserção desse tipo poder ser enfraquecida ou anulada por fatos empíricos. Além disso, a necessidade de apelar para a memória (apelação empírica) para justificar inferências longas, raciocínios demonstrativos, não diminui o *status* da inferência ser justificada *a priori*. Assim, a partir do exposto acima, para BonJour, qualquer processo intelectual no qual haja um entendimento adequado de uma proposição (ou passos lógicos) e a compreensão da necessidade de sua verdade (validade) é uma intuição racional aparente (ou não) que justifica *a priori* alguma asserção (inferência).

A intuição racional do racionalismo moderado apresentado aqui é apenas uma aparente apreensão da verdade da proposição. Na concepção de BonJour (1998b, p. 113):

Tal justificação será assim [...] falível, uma vez que será possível que uma intuição aparente justifique uma reclamação particular que não é genuína. A principal tese do racionalismo moderado é que tal intuição aparente ainda permanece uma razão, ainda que falível, para pensar que a proposição em questão é verdadeira.

Nesse sentido, uma verdade conhecida *a priori*, seria também uma verdade contingente, dado que pode mostrar-se posteriormente falsa. Nesse caso, há uma distinção entre os níveis de investigação epistêmicos e metafísicos, porque não há uma associação da verdade *a priori* com infalibilidade, mas há um esclarecimento de que uma proposição verdadeira justificada *a priori* pode ser descoberta falsa e, portanto, que é falível.

BonJour (1998b, p. 129), dessa forma, defende uma proposta racionalista falibilista que pode ser uma alternativa interessante às propostas contrárias ao racionalismo proposto pela tradição. E com isso pretende apresentar uma alternativa viável às propostas dos empiristas lógicos que foram criticadas por Quine. Este criticou o objetivo quanto ao aspecto doutrinal do empirismo lógico justamente quanto ao aspecto infalível pretendido às sentenças justificadas. Agora, BonJour e Quine têm algo em comum, ambos defendem a falibilidade das sentenças pretendidas como conhecimento. Além disso, ambos defendem que essas sentenças podem ser corrigíveis. Diante disso, será válido avaliar se as críticas de BonJour a Quine são sustentáveis e em que sentido podem ser relevantes.

4 AVALIAÇÃO DA CRÍTICA DE BONJOUR À PROPOSTA QUINEANA

Neste capítulo avaliam-se se as críticas de Bonjour são relevantes ou se falham frente à proposta quineana. Em um primeiro momento serão discutidas as críticas menos problemáticas e os problemas apresentados por Bonjour ao projeto da epistemologia naturalizada; no segundo momento será apresentada uma possibilidade de resposta em Quine à principal crítica de Bonjour, a qual pretende pôr em risco a proposta quineana supondo que ela destrói-se a si mesma.

4.1 Avaliação das críticas de Bonjour: contribuições e problemas em sua interpretação

Um dos problemas apresentados por Bonjour (1998b, p. 64) à epistemologia naturalizada de Quine é que esta proposta rejeita a possibilidade de conhecimento e justificação *a priori*, porém não apresenta em nenhum momento uma crítica direta à esta posição como concebida pelos racionalistas. Bonjour (1998b, p. 65) destaca que Quine critica o *a priori* pela crítica a analiticidade, porque toma como dada a tese empirista moderada de que se existe alguma proposição justificada *a priori*, ela deve ser analítica. Mas embora muitos comentadores concordem com Bonjour,

pode-se pensar que Quine não pretendia argumentar contra o racionalismo no sentido de provar *absolutamente* que sua proposta é correta⁶⁶.

Quine parte de resultados obtidos em várias disciplinas científicas, inclusive de resultados obtidos da história da filosofia para construir suas teses⁶⁷. Isso constitui já seu naturalismo e uma atitude coerente com sua proposta. Seu projeto não se fundamenta em argumentos que buscam refutar *absolutamente* propostas contrárias à sua teoria de mundo ampla do empirismo, essa exigência não tem importância para uma posição naturalizada que não pretende deduzir a ciência a partir de algum fundamento *inconcussum*. A epistemologia naturalizada se legitima a partir de explicações científicas que: 1) mostram como umas teorias superaram outras ao longo da história; 2) como a linguagem é adquirida; 3) como a evidência se relaciona com a teoria⁶⁸. Nesse sentido, a epistemologia naturalizada de Quine é uma revisão da proposta empirista em epistemologia (o empirismo lógico, que seria a teoria mais aceitável naquele momento). E como revisão de uma determinada teoria de mundo, não caberia argumentar contra posições racionalistas *a priori*, que constituem crenças que não pertencem àquela teoria de mundo (QUINE, 1953, p. 43; 1988, p. 95).

A proposta de uma epistemologia naturalizada surge de uma concepção de que apenas através dos métodos científicos é possível investigar como a teoria se relaciona com a evidência, portanto, surge de um propósito científico. E para isso, Quine adota uma posição fisicalista, segundo a qual a linguagem da Física deve ser a linguagem de toda a ciência⁶⁹. Embora Quine (1995b, p. 257) admita que a própria crença no fisicalismo possa ser revisada, ainda que o propósito naturalista se mantenha. Em suas palavras: “eu adoto o fisicalismo como uma posição científica, mas eu posso ser dissuadido dele sem ser dissuadido do naturalismo”.

Para Bonjour (1998b, p. 77-81), os argumentos quineanos que podem ser usados para criticar o *a priori* são circulares (*question-begging*), pressupondo a tese

⁶⁶ Agradeço a observação feita pela Prof^a. Sofia Stein, comentadora de Quine, de que este ataca os racionalistas através de Kant e Leibniz. E, além disso, segundo ela, Carnap era kantiano e Quine se opôs em vários momentos contra ele. Mas a crítica de Bonjour é que Quine não apresenta uma crítica direta ao *a priori* como concebido pelos racionalistas, e concordo com Bonjour nesse ponto. Apesar de Quine (1953, p. 20) em alguns momentos criticar Kant e Leibniz, ele não apresentou nenhum argumento direto contra o *a priori*.

⁶⁷ Essa conclusão é resultado da análise de várias passagens dos textos quineanos. Por exemplo, (Cf. QUINE, 1969, p. 81 e 82; 1978, p. 30, 42 e 75).

⁶⁸ Cf. QUINE, 1953, p. 20; 1969, p. 72, 81, 82, 84; 1978, p. 30, 42, 75; 1995b, p. 252.

⁶⁹ WIKIPÉDIA: A ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Fisicalismo**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fisicalismo>>. Acesso em: 08 ago 2009.

que querem provar. Mas Quine não pretende apresentar argumentos para justificar (em um sentido forte) sua proposta epistemológica. As teses que são argumentos contra o *a priori* (a tese de que nenhuma sentença é imune à revisão e a tese da indeterminação da tradução), são apenas resultados de explicações e descrições feitas em ciência e em filosofia empírica (esta considerada como uma ciência). E nesse sentido, são usadas para legitimar sua posição, mas não justificá-la de um ponto de vista privilegiado. Não são teses propostas de modo independente das investigações científicas já desenvolvidas até o momento. Portanto, já pressupõem algumas crenças que apesar de serem revisíveis, são pressupostas por Quine em sua teoria de mundo que inclui sua teoria epistemológica.

Assim, se compreendermos que Quine apresenta argumentos para sustentar alguma tese contra o *a priori*, então Bonjour está certo em dizer que esses argumentos são circulares. Mas existe uma possibilidade interessante de interpretação e que mostra uma coerência de atitude de Quine com relação a sua proposta naturalizada em epistemologia. Pode-se considerar que essa circularidade não é problemática, já que o objetivo não é mais uma dedução da ciência a partir de dados dos sentidos; ao contrário, é uma circularidade boa, visto que essas teses, consideradas em conjunto, tornam-se mais claras (considerando que a tese do holismo se aplica a sua própria proposta epistemológica). Quine (1995b, p. 256) afirma:

A naturalização da epistemologia, assim como eu tenho esboçado, é tanto uma limitação quanto uma liberação. A antiga busca pela fundação da ciência natural, mais firme que a própria ciência, é abandonada: essa é a limitação. A liberação é o livre acesso aos recursos da ciência natural, sem medo de circularidade.

Para esclarecer um pouco mais isso, pode-se usar mais uma passagem de Quine (1969, p. 83):

Há assim um envolvimento recíproco, ainda que em sentidos diferentes: o da epistemologia na ciência natural e o da ciência natural na epistemologia [...]. Essa interação é ainda um remanescente da antiga ameaça de circularidade, contudo sem maiores inconvenientes, agora que paramos de sonhar com a dedução da ciência a partir dos *sense data*. Estamos em busca de uma compreensão da ciência enquanto instituição ou processo no mundo, e não pretendemos que essa compreensão seja melhor do que a ciência que é seu objeto.

Assim Quine (1969, p. 84) não pretende apresentar argumentos que provem absolutamente sua tese, nem argumentos que refutem absolutamente outras teorias epistemológicas, o objetivo da epistemologia em conter em si a ciência natural foi abandonado. Ele estaria simplesmente buscando apresentar explicações naturalistas que legitimassem sua posição epistemológica, do mesmo modo que as teorias científicas fazem quando querem se firmar enquanto tais. Então, seguindo esta linha de raciocínio, Quine não apresenta uma circularidade viciosa, mas uma boa circularidade. De acordo com a parábola de Neurath, o marinheiro tem que reconstruir seu barco enquanto navega. Assim do mesmo modo, Quine pensa que só podemos revisar nossas crenças a partir delas mesmas, isto é, a partir da teoria de mundo que as contém.

BonJour (1969, p. 84) critica a caracterização dada por Quine de analítico e sintético logo no início do seu artigo “Two Dogmas of Empiricism”. A crítica se refere a uma confusão que pode ser gerada ao considerar o conceito de “fato” na descrição do que seja o sintético. BonJour (1998b, p. 72) deixa claro que “fatos” podem ser entendidos em um sentido fregeano como pensamentos verdadeiros e, assim, fatos seriam entidades abstratas. No contexto geral em que se situa este artigo de Quine é claro que ele não pretende se referir a esse sentido de “fato”, porém a crítica de BonJour é válida. Pode-se pensar também que Quine não se referiu a esse outro sentido de “fato”, por que estava falando de uma teoria de mundo empirista que não admite aquele uso para o referido termo. Mas em se tratando de uma proposta epistemológica, distinções e esclarecimentos são sempre bem-vindos. Talvez se essa crítica fosse feita diretamente a Quine ainda em vida, ele tivesse acrescentado uma nota explicativa em uma nova publicação do artigo, assim como fez com relação a sua tese holista, quando recebeu uma crítica de que ela já tinha sido proposta por Duhem (QUINE, 1991, p. 269).

Uma das críticas mais enfáticas de BonJour (1998b, p. 65) a Quine é que este confunde três dimensões de investigação: a dimensão epistemológica *a priori* – *a posteriori*; a dimensão metafísica necessário-contingente; e a dimensão lógica analítico-sintético. E por confundir esses diferentes tipos de enfoques, ao criticar a analiticidade, BonJour (1998b, p. 65) afirma que Quine pretendia criticar do mesmo modo o *a priori* e o necessário. Uma das confusões é entre a analiticidade e a aprioridade expressa na seguinte passagem “uma sentença analítica é aquele caso limite em que é confirmada aconteça o que acontecer”. Para fazer essa crítica

BonJour parte das considerações sobre a analiticidade feitas por Quine em seu artigo “Two Dogmas of Empiricism”. Neste texto, as definições e caracterizações feitas sobre a analiticidade são as que foram apresentadas pela tradição e Quine apenas as está retomando para analisá-las. Na passagem citada acima, Quine (1953, p. 37) estava se referindo ao que a teoria verificacional do significado entende que seja uma sentença analítica. Portanto, se alguma dessas definições apresentam alguma confusão entre aquelas dimensões de investigação, essa confusão foi feita não por Quine, mas pelos filósofos que apresentaram tal caracterização da analiticidade.

No entanto, apesar de Quine (1953, p. 20-37) ter apenas apresentado aquelas caracterizações confusas da tradição, parece que mesmo assim ele não estava muito ciente dessas distinções. Embora sua crítica seja que aquelas definições apresentadas pretendiam caracterizar a essência da analiticidade, e assim pretendiam apresentar um aspecto necessário desta, mas apenas conseguiram explicar como são formadas sentenças analíticas e porque certas sentenças são consideradas analíticas.

Se Quine pretendesse esclarecer aqueles três tipos de investigação em sua proposta, ele deveria começar por esclarecer sua concepção do que constitui uma razão para se acreditar em alguma crença. Pois surge uma dúvida para quem não leu algumas de suas obras: essa razão seria o que ele entende por evidências sensíveis ou os critérios pragmáticos para construção de hipóteses?

Na epistemologia naturalizada há uma diferença entre uma formulação teórica ser garantida empiricamente e ser verdadeira (QUINE, 1990, p. 94). Várias formulações teóricas podem ser garantidas empiricamente, porém apenas uma pode ser considerada verdadeira. Essa escolha é feita através da satisfação ou não das formulações teóricas a alguns critérios pragmáticos, tais como: a simplicidade e o conservadorismo ou a máxima da mínima mutilação. A satisfação aos critérios pragmáticos estabelecidos pela comunidade científica constitui razões para se acreditar em alguma hipótese (QUINE, 1978, p. 100).

Desse modo, as razões para se acreditar em alguma hipótese para Quine são *a posteriori*, dado que os critérios pragmáticos são estabelecidos pela comunidade científica a partir de sua própria prática. Assim esses critérios dependem da experiência para que sejam estabelecidos e para que sejam verificados, visto que somente por meio da análise das sentenças em seu estado físico, escrito ou falado,

é que os cientistas têm acesso às hipóteses. Quine (1978, p. 66-80) não esclarece isso explicitamente, mas deixa implícito ao longo de sua obra essa caracterização.

A epistemologia naturalizada ao aderir ao fisicalismo, não admite investigação metafísica no sentido estrito de ser anterior às investigações físicas (QUINE, 1969, p. 84; 1995b, p. 257). Qualquer investigação já parte de uma teoria de mundo desenvolvida a partir da experiência. De acordo com o naturalismo quineano não há como descobrir se uma verdade é necessária (intrinsecamente) ou contingente, pois o ponto de vista do qual as formulações teóricas são consideradas não é privilegiado e nem pode ser. A busca pela verdade é um ideal que guia a ciência, mas nunca se sabe se esse ideal foi definitivamente alcançado ou não, as teorias científicas podem ser consideradas verdadeiras, mas enquanto não são refutadas por alguma experiência recalcitrante⁷⁰. Dessa forma, todas as sentenças são consideradas revisíveis, portanto, contingentes; porém há critérios para se escolher quais crenças revisar.

Em seu artigo “Necessary Truth”, Quine (1976, p. 74) comenta que a verdade necessária refere-se à necessidade natural que as pessoas procuram expressar através das generalizações construídas por formação do hábito ou condicionamento. Mas essas generalizações são falíveis, pois algum evento ainda não percebido pode refutá-las. Essa concepção de que há necessidade natural permite que a verdade seja considerada como um ideal a ser alcançado, mas não há como saber se ela realmente foi.

Com relação à necessidade considerada da lógica e da matemática, a epistemologia de Quine a admite em um sentido muito mais estrito. Quine (1976, p. 75) não atribui nenhuma relevância ao *status* necessário das definições. Essas sentenças até são consideradas necessárias, porém de modo diferente daqueles que pensavam que era uma necessidade intrínseca apresentada nas definições essencialistas. Para a teoria quineana a necessidade lógica e matemática refere-se à sua utilidade em organizar de maneira simples e econômica o conteúdo empírico das formulações teóricas⁷¹. A necessidade dessas sentenças relaciona-se à dificuldade de rejeitá-las, visto que demandaria a rejeição de muitas outras sentenças que estão implicadas por elas na teia das crenças, e isto iria contra a máxima da mínima mutilação (QUINE, 1990, p. 15; 1991, p. 270).

⁷⁰ Cf. QUINE, 1992, p. 9; 1995b, p. 261.

⁷¹ Cf. QUINE, 1974, p. 56; 1976, p. 76.

Para Quine (1988, p. 76) uma investigação sobre a analiticidade requer uma investigação de como são adquiridos os significados linguísticos e no processo de aquisição da linguagem não há como distinguir até que ponto se adquire as evidências sensíveis e até que ponto se adquire significado estimulativo. Quine afirma que as evidências sensíveis são meras estimulações de receptores sensoriais. Mas afirma também que por meio do condicionamento linguístico, essas evidências são diretamente associadas (holofrasticamente) às frases proferidas no momento da estimulação. Quanto aos significados de sentenças teóricas elas ganham significado estimulativo apenas de modo indireto (por síntese analógica), como partes de um conjunto de sentenças que tem massa crítica semântica (QUINE, 1968, p. 28; 1988, p. 87).

A linguagem é adquirida por condicionamento e, nesse sentido, saber ou não se uma sentença é analítica, requer saber o uso lingüístico de cada termo da sentença de acordo com a comunidade de fala. Isto requer que se saiba usar as palavras da sentença corretamente. Desse modo, a investigação lógica sobre *analítico-sintético* se vincula com uma investigação epistemológica sobre a aquisição de evidências sensíveis, mas não com uma investigação epistemológica sobre o que garante a verdade das sentenças (QUINE, 1974, p. 79; 1991, p. 270).

Quine considera em "Truth by Convention" que as sentenças da lógica e da matemática são analíticas, pois são sentenças teóricas inseridas nas investigações científicas através de definições convencionais adotadas e transmitidas por condicionamento. E para Quine, essas sentenças são contingentes, pois sua necessidade não é intrínseca, está relacionada apenas à utilidade que essas sentenças têm para sistematizar o conteúdo empírico da teoria e, portanto, à dificuldade de colocá-las em dúvida. Essas definições não apresentam nenhum conteúdo metafisicamente necessário, mas simplesmente uma convenção linguística relacionada às evidências sensíveis pela utilidade em sistematizá-las. Dessa forma, a concepção quineana da analiticidade é coerente com seu naturalismo, não tem a ver com significados como entidades mentais e conhecidos de modo independente da experiência, algo que não satisfaz o critério de objetividade em ciência (QUINE, 1976, p. 77-105).

Através das explicações acima, torna-se mais clara as distinções entre aquelas três dimensões de investigação em Quine, mas isso não foi algo que o autor buscou sistematizar. Essas explicações estão apresentadas ao longo de sua obra de

maneira esparsa. Talvez Quine não tenha explicitado essas distinções por não sentir necessidade para explicar como a teoria se relaciona com as evidências sensíveis. Sobretudo, parece que ele não distingue entre aquelas três dimensões de investigação, porque não admite (em sua teoria de mundo) a possibilidade de sentenças *a priori* (no sentido de serem adquiridas ou justificadas independentemente da experiência) e nem de sentenças necessárias em sentido absoluto (no sentido de serem infalíveis, não revisíveis). Uma vez que ele mostrou através de explicações científicas que esse tipo de sentenças não existe, não seria relevante fazer tal distinção. Existe apenas um tipo de investigação possível e ela é *a posteriori*, as explicações construídas dessa maneira são contingentes, pois todas as sentenças podem ser revisíveis, e entre essas sentenças umas são consideradas sintéticas (cujos termos⁷² foram adquiridos em situações estimulativas diferentes) e outras são analíticas (cujos termos foram adquiridos em situações estimulativas semelhantes)⁷³.

Em *The Roots of Reference*, Quine (1974, p. 79) apresenta uma explicação da analiticidade a partir da descrição de como as sentenças analíticas são formadas a partir do comportamento verbal condicionado diante de determinadas evidências empíricas. Bonjour (1998b, p. 68) critica essa concepção quineana por esta, segundo ele, não fornecer base para se distinguir uma sentença analítica do tipo “todos os solteiros são não casados”, de outra sintética do tipo “em algum tempo na história do universo existiu pelo menos uma mesa marrom” através de um teste estritamente comportamental.

Mas, a partir da análise das obras quineanas parece possível distinguir uma sentença analítica de uma sintética através do comportamento condicionado. Com relação à sentença analítica do tipo acima, as estimulações associadas as palavras “solteiro” e “não casado” são semelhantes. Já com relação a uma sentença sintética do tipo “João é solteiro”, as estimulações associadas às palavras “João” e “solteiro” não são as mesmas. Nesse caso seria possível se distinguir facilmente esses dois tipos de sentenças através do comportamento.

⁷² Termos aqui são entendidos como frases de uma palavra, como Quine muitas vezes apresenta as sentenças “Cachorro!”, “Animal!”, etc. que são termos da sentença “Cachorro é um animal.”

⁷³ Quine (1991, p. 271) admite em “Two Dogmas in Retrospect” que essa caracterização de analiticidade não é a melhor, mas apesar de apresentar alguns outros aspectos relacionados a essa noção, não sistematiza uma explicação mais inteligível.

Porém a sentença sintética apresentada por BonJour é um pouco mais complicada, pois inclui muitos termos teóricos que não são associados diretamente a estimulações sensíveis e precisam da síntese analógica para serem adquiridos. As sentenças observacionais de ocasião são apreendidas por ostensão, que é uma associação direta da sentença com o todo estimulativo. A partir de várias sentenças desse tipo nas quais se encontram termos teóricos do tipo “história”, “tempo”, “universo”, etc esses termos são aprendidos por síntese analógica através da qual o indivíduo aprende o uso que se faz desses termos. Desse modo, diz-se que a aquisição do uso linguístico dos termos teóricos da sentença se faz por síntese analógica que é uma fase posterior ao condicionamento de frases de observação adquiridas por ostensão. Mas mesmo assim pode-se pensar que as sentenças teóricas também são adquiridas por condicionamento porque o uso correto dessas sentenças é estabelecido pela comunidade de fala que o indivíduo pertence. Também as sentenças teóricas podem ser adquiridas por meio de associação direta com uma entrada neural, ou seja, de modo holofrástico. Mas o seu entendimento, em termos de disposições comportamentais, depende da interrelação entre as sentenças (QUINE, 1975b, p. 89; 1995b, p. 258). No entanto, se uma sentença analítica é aquela na qual os termos (ou sentenças de uma palavra) são adquiridos diante das mesmas estimulações sensíveis e uma sentença sintética é aquela na qual seus termos (ou sentenças de uma palavra) são adquiridos diante de estimulações sensíveis diferentes, parece que por um teste estritamente comportamental ficaria complicado distinguir as sentenças apresentadas por BonJour. Quine precisaria de uma caracterização da analiticidade mais esclarecedora para distinguir esses tipos de sentenças.

Mas porque seria relevante distinguir aquelas sentenças através do comportamento? Se isso fosse necessário, bastaria saber a forma como foram adquiridas e essa necessidade seria satisfeita. Essa crítica de BonJour parece realmente apresentar um problema, mas sua relevância é duvidosa.

Ainda quanto a crítica quineana à analiticidade, BonJour (1998b, p. 71) diz que Quine toma muito rapidamente os significados como entidades obscuras e analisa aquela noção a partir de um conjunto de termos todos ininteligíveis. A rejeição quineana dos significados como entidades obscuras implica a rejeição de que palavras tenham significados. Porém não é isso que se mostrou ao longo dessa dissertação. Quine não abandona totalmente uma noção de significados, apenas

nega que estes sejam entidades mentais dadas independentemente da experiência (QUINE, 1968, p. 89; 1975, p. 80). Ele defende um tipo de significado que está associado às estimulações recebidas por cada indivíduo, mas neurofisiologicamente está relacionado à percepção individual, e chama este de ‘significado estimulativo’, o qual se revela através do comportamento verbal.

Para BonJour (1998b, p. 72), se a analiticidade fosse pensada conforme a concepção fregeana e esta baseada na concepção de Grice e Strawson da sinonímia das formas linguísticas, a analiticidade seria inteligível. Esse ponto da argumentação de BonJour embora seja interessante, não iremos analisar dado à nossa falta de familiarização com a proposta daqueles outros filósofos. Isso porque em primeiro lugar, queremos evitar interpretações equivocadas desses autores, e em segundo, porque esse ponto não se refere à crítica mais relevante de BonJour à Quine.

Essas foram as críticas de BonJour feitas às críticas quineanas à analiticidade em “Two Dogmas of Empiricism”. Na investigação sobre qual argumento Quine poderia usar para criticar o *a priori*, BonJour (1998b, p. 73-5) conclui que a tese de que “nenhuma sentença é imune a revisão” é usada para refutar aquela noção e defender sua proposta naturalizada de epistemologia. No entanto, essa tese é problemática por não distinguir entre casos triviais e não triviais de revisibilidade. Casos de revisibilidade de sentenças que após a revisão tiveram seus significados alterados não são relevantes para criticar a justificação *a priori*. Os casos interessantes seriam aqueles no qual a revisão afeta apenas o valor de verdade das sentenças. Além disso, BonJour reclama que deveria ainda ser acrescentada àquela tese que apenas revisões feitas por pessoas racionalmente capazes deveriam ser consideradas.

Em primeiro lugar, é válido lembrar que Quine não pretendia apresentar argumentos contra a justificação *a priori*, porque estava revisando e rejeitando algumas teses da teoria de mundo empirista da qual partiu. A tese de que “nenhuma sentença é imune à revisão” não constitui um argumento contra o *a priori*, mas sim é uma tese explicativa de que nem mesmo as sentenças analíticas não podem ser consideradas intrinsecamente necessárias. E para isso Quine (1953, p. 43) parte de alguns resultados obtidos na história da ciência para legitimar essa tese:

Mesmo a revisão da lei lógica do terceiro excluído foi proposta como meio de simplificar a mecânica quântica; e qual em princípio a diferença entre tal alteração e a alteração pela qual Ptolomeu cedeu lugar a Kepler, Newton a Einstein, ou Aristóteles a Darwin?

Feito esse esclarecimento, ainda é interessante avaliar a crítica de Bonjour pela falta de especificação daquela tese, segundo ele, a tese deveria ser que nenhuma sentença é imune à revisão desde que não altere seu significado e que somente pessoas racionalmente capazes sejam consideradas para fazer as revisões. Talvez se Quine tivesse realmente a intenção de criticar o *a priori*, essa crítica fosse válida. Mas para criticar que tanto sentenças sintéticas quanto analíticas não devem ser consideradas intrinsecamente necessárias, Quine não precisa acrescentar que apenas sentenças que não tenham seu significado alterado podem ser revisadas, porque os casos nos quais uma sentença tem seu significado alterado por convenção é um caso legítimo que mostra que sentenças analíticas não podem ser intrinsecamente necessárias (QUINE, 1976, p. 105).

A última reivindicação de Bonjour de que apenas pessoas racionalmente capazes sejam consideradas para fazer a revisão não parece ser legítima, dado que para Quine qualquer indivíduo cria sua teoria de mundo e pode revisar suas crenças de acordo com suas experiências. A questão é saber se sua teoria de mundo ao ser comparada com outras será considerada melhor ou não de acordo com os critérios pragmáticos estabelecidos pela comunidade científica geral na qual o indivíduo em questão pertence (QUINE, 1978, p. 100). O fato de algum indivíduo ser racionalmente incapaz para Quine, talvez teria a ver com o fato de ele não poder ser condicionado por uma comunidade de fala a agir de determinadas maneiras diante de certas estimulações. Mas de uma forma ou de outra todas as pessoas formam um hábito de comportamento diante das diversas situações. A diferença nesse caso será o que conta como um critério científico para avaliar a teoria de mundo. E nesse caso, o que vale são os critérios estabelecidos pela ampla comunidade de fala na qual o indivíduo se insere.

BonJour ainda considera um outro argumento na proposta quineana que pode ser apresentado para criticar o *a priori*, o argumento da indeterminação da tradução. Mas para ele esse também já pressupõe como provado que não existe justificação e conhecimento *a priori* e que apenas o conhecimento derivado da ciência empírica é

válido (BONJOUR, 1998b, p. 77-81). E aqui novamente a resposta a BonJour é que a circularidade não é problemática para a epistemologia naturalizada de Quine.

Ciência e conhecimento científico se faz a partir do que é amplamente aceito pela comunidade científica e pelo senso comum (QUINE, 1969, p. 87; 1995b, p. 252). A tese de que apenas evidências empíricas são válidas para se fazer ciência e produzir conhecimento válido parece ser uma tese com amplo grau de aceitação tanto pelo senso comum, quanto pelos cientistas de várias áreas, por isso parece ser legítimo acreditar nela para se fazer epistemologia.

Além dessas críticas a Quine, BonJour (1998b, p. 82) ainda apresenta alguns problemas com relação a proposta da epistemologia naturalizada. Um desses problemas é que por uma descrição de um processo psicológico de formação da teia das crenças não se tem uma justificação racional para pensar que as crenças são verdadeiras e que constituem um conhecimento seguro. Por isto, Quine não teria proposto uma epistemologia como ela deve ser. Essa concepção deriva, conforme BonJour (1998b, p. 83), do que Quine entende ser a epistemologia. BonJour baseia-se na concepção de epistemologia naturalizada proposta em “Epistemology Naturalized”, na qual Quine diz que ela agora deve ser um capítulo da psicologia, cuja função seria entender a relação entre uma certa entrada experimentalmente controlada e uma saída que consiste de uma descrição do mundo externo em três dimensões e sua história. No entanto, Quine (1990, p. 19) torna mais explícita sua concepção de epistemologia apenas em 1990, no livro *Pursuit of Truth* e em 1995, em *From Stimulus to Science* e BonJour não considera essas últimas obras de Quine para criticar sua proposta. Nesses textos Quine esclarece que a epistemologia tem duas dimensões uma teórica e outra normativa, e que a epistemologia teórica torna-se naturalizada como um capítulo da ciência teórica, enquanto a epistemologia normativa torna-se naturalizada como um capítulo da engenharia.

BonJour (1998b, p. 83) ao criticar Quine por este não ter realmente uma epistemologia já que a função desta, segundo ele, é dar boas razões para dizer que temos crenças verdadeiras sobre o mundo, considera apenas a proposta de naturalização da epistemologia teórica. Em suas obras tardias, Quine esclarece essa distinção e mostra que a naturalização da parte normativa da epistemologia refere-se a função tecnológica que ela passa a ter em seu projeto. E esta função, como foi apresentado no primeiro capítulo, tem a ver com apresentar razões para dizer que

temos boas crenças sobre o mundo, contanto que estas razões sejam a satisfação a determinados critérios estabelecidos pela comunidade científica.

Outro problema identificado por Bonjour (1998b, p. 83) com relação à parte negativa da proposta da epistemologia naturalizada refere-se ao fato de Quine ter criticado apenas a proposta do empirismo lógico ao pretender rejeitar toda a epistemologia tradicional. Mas essa crítica é respondida novamente do mesmo modo que se responde à crítica de que Quine não apresentou algum argumento direto ao *a priori* como concebido pelos racionalistas. Quine (1988, p. 95) não precisa criticar outras propostas epistemológicas, pois segundo sua concepção, cada cientista parte de uma teoria de mundo e trabalha revisando e rejeitando (se necessário) algumas das teses compreendidas nessa teoria. Além disso, para ele é possível, sim, que existam outras propostas epistemológicas para explicar os mesmos acontecimentos explicados pela epistemologia naturalizada. Mas a decisão de qual teoria epistemológica é a correta, não cabe exclusivamente a ele, senão a comunidade científica em geral que pode comparar qual teoria satisfaz melhor aos critérios científicos estabelecidos.

Com relação aos problemas específicos à análise de Quine do empirismo lógico, Bonjour (1998b, p. 84) afirma que aquele exagera a importância do lado conceitual do objetivo dessa proposta e a partir do fracasso identificado com relação a esse aspecto, conclui que o lado doutrinal da proposta do empirismo lógico não pode ser satisfeito. Mas para Quine (1969, p. 70) não é possível satisfazer o lado doutrinal sem satisfazer o conceitual, pois é clarificando os conceitos que melhor se alcança a certeza sobre as crenças, já que os enunciados são formados por conceitos.

Outro problema é que Quine falha em não distinguir entre uma concepção forte e outra fraca de justificação em epistemologia e ao criticar a concepção forte, pensa estar criticando todas as propostas epistemológicas existentes (BONJOUR, 1998b, p. 84). Realmente Quine não distingue entre essas concepções em epistemologia, ele baseou-se apenas na concepção empirista, principalmente dos empiristas lógicos da época, em especial de Carnap, para criticar o projeto reducionista em justificação. Não considerou propostas mais fracas de justificação que não tinham como objetivo alcançar uma verdade infalível através de uma redução doutrinal. Mas como dissemos, Quine está revisando sua teoria de mundo empirista, e esta especificamente é a do empirismo lógico, quanto aos avanços na

redução conceitual, e a de Hume quanto aos avanços na redução doutrinal (QUINE, 1969, p. 74-83).

Uma curiosidade é que a própria proposta de Quine parece ser um projeto de justificação fraco, ressalvada algumas diferenças no conceito de justificação. Se, de acordo com Bonjour (1998b, p. 84), a concepção fraca tem como meta mostrar que há boas razões, ainda que não conclusivas, para pensar que as crenças são verdadeiras. Pode-se caracterizar o próprio Quine (1978, p. 100; 1990, p. 19) como defendendo uma normatividade fraca. Pois para ele também é suficiente mostrar que há boas razões, embora falíveis e revisíveis, para pensar que as crenças são verdadeiras. Essas razões seriam a satisfação aos critérios normativos estabelecidos pela comunidade científica para construir uma hipótese. Assim, se uma hipótese não é refutada empiricamente, é simples, é conservadora, não é ambígua, é clara, etc, então o cientista tem boas razões para pensar que ela é verdadeira.

Porém é importante notar que para a epistemologia naturalizada de Quine (1978, p. 66-80; 1995a, p. 50), esses critérios são estabelecidos pela comunidade científica a partir da constatação da prática científica bem sucedida, ou seja, de que a utilização de alguns critérios por alguns cientistas proporcionou a construção de boas hipóteses. Portanto, não foram critérios estabelecidos de modo *a priori*, mas de acordo com o naturalismo de Quine.

Outro problema apresentado por Bonjour (1998b, p. 85), é que o uso que Quine faz do termo “evidência” parece perder o aspecto normativo comum nas propostas epistemológicas. Quanto ao uso do termo “evidência”, Quine (1997, p. 575) comenta em resposta a Lewis e Holdcroft: “‘Evidência’ é um termo que eu tenho usado informalmente em formulações introdutórias e sumárias”. Apesar desse comentário sucinto para explicar o seu objetivo em usar esse termo, Quine ainda neste artigo procura pensar melhor sobre sua concepção de evidência. Afirma que ela “é o que faz surgir em nós as informações sobre o mundo”, o que faz nós produzirmos as crenças, mas as evidências sensíveis seriam apenas as entradas neurais. Os indivíduos não seriam conscientes dessas evidências e nem seria a partir delas que as inferências das crenças sobre o mundo são feitas (QUINE, 1997, p. 575).

Quine (1991, p. 272) ainda não esclarece muito bem ao dizer que é a partir das evidências sensíveis que surgem as informações sobre o mundo. Essa

concepção se torna mais clara ao considerar a sua concepção sobre os padrões inatos de similaridade e também sobre os exteroceptores que ele comenta em *Pursuit of Truth* e em “Two Dogmas in Retrospect”. As evidências sensíveis seriam apenas as estimulações dos nossos receptores sensoriais e nada mais. A partir disso e do condicionamento da comunidade de fala é que essas evidências podem fazer surgir sentenças observacionais sobre o mundo. Nesse sentido, “evidência” em Quine não é uma razão para se acreditar em alguma hipótese e BonJour está certo em dizer que esse termo perde seu aspecto normativo na proposta de epistemologia naturalizada. Já foi dito anteriormente que Quine (1990, p. 94) distingue entre garantia empírica e verdade para uma sentença. As razões para se acreditar em uma hipótese estão relacionadas com os critérios pragmáticos já comentados acima. Evidência em Quine refere-se ao sentido considerado em ciência de evidências sensíveis.

Desse modo, a partir da constatação de que “evidência” para Quine não tem um aspecto normativo, BonJour (1998b, p. 85) afirma que a epistemologia naturalizada não tem nenhuma razão pela qual se possa dizer que alguma crença sobre o mundo seja verdadeira. E como consequência disso a epistemologia quineana seria uma versão radical do ceticismo.

Em vista disso, BonJour (1998b, p. 87) lembra que qualquer epistemologia deve ser capaz de responder ao ceticismo, porém a concepção quineana do ceticismo é inadequada e por isso Quine não teria uma epistemologia autêntica. Quine parece fazer uma apelação básica à ilusão para caracterizar o ceticismo o que seria muito problemático. Mas para uma epistemologia naturalizada o problema do ceticismo não é tão ameaçador, não é algo que coloque em xeque a possibilidade de conhecimento como para as outras propostas não naturalizadas.

Quine (1988, p. 84) já tem uma concepção de que não é possível conhecer absolutamente as coisas, dada sua tese da inescrutabilidade da referência. Seu apelo à ilusão é relevante para caracterizar o ceticismo, visto que para a epistemologia naturalizada as únicas evidências que podem servir para fazer ciência são evidências empíricas, se a percepção que os indivíduos têm dessas evidências é enganosa, há um problema para a formação das crenças (QUINE, 1969, p. 75; 1975, p. 67). Mas esse não é um problema muito relevante para Quine, visto que as dúvidas céticas sobre crenças ilusórias ou sobre a possibilidade de justificação absoluta dessas crenças são dúvidas que surgem da própria investigação científica

(QUINE, 1975, p. 67). E o fato de sabermos se as crenças que temos são verdadeiras realmente ou não, é algo que só no curso da história da ciência e da filosofia como parte desta, chegaremos a saber. Todas as formulações teóricas são apenas pretensões de verdade, os critérios pragmáticos ajudam a escolher as melhores hipóteses propostas e a partir dessa escolha é possível determinar uma dessas formulações como a verdadeira, porém se realmente esta é verdadeira, apenas o futuro é capaz de mostrar através de testes que continuem reforçando a confiança que se tem nela.

BonJour (1998b, p. 87) também critica Quine porque, para responder ao ceticismo, uma epistemologia deve ser capaz de apresentar razões para distinguir crenças em fenômenos ocultos e religiosas de crenças científicas, e a epistemologia naturalizada não forneceria essas razões. No entanto, Quine (1978, p. 100) apresenta, sim, razões para distinguir entre essas crenças, os critérios pragmáticos pelos quais as hipóteses com pretensão de explicar algum acontecimento físico são construídas dão razões para se acreditar em alguma delas.

É claro que essa normatividade quineana não é semelhante à que BonJour aceitaria, embora tenham algumas semelhanças. Essas razões para Quine são revisíveis através da experiência, nesse sentido, se assemelha a proposta de BonJour de que a intuição *a priori* é falível e corrigível à luz da experiência. No entanto, essas propostas são divergentes dado que BonJour propõe uma justificação dada de um ponto de vista internalista, enquanto Quine o faz de um ponto de vista externo ao sujeito epistêmico.

Isso significa que Quine não aceita a introspecção existente na proposta racionalista de BonJour. A normatividade quineana depende apenas de fatores externos ao sujeito epistêmico, a exigência é, sobretudo, pragmática (QUINE, 1953, p. 20; 1990, p. 20). Ela depende do contexto relacionado ao desenvolvimento alcançado em ciência, dos resultados alcançados nas disciplinas científicas, e dos critérios usados por aqueles que realizaram boas previsões em ciência. E para ser avaliada depende também da avaliação intersubjetiva da comunidade científica.

Mas para BonJour (1998b, p. 91) a proposta normativa de Quine, em que as teorias devem ser testadas por alguns critérios pragmáticos, a fim de se escolher qual a que melhor satisfaz a essas exigências científicas e que poderá ser considerada verdadeira, é problemática. Ele apresenta três problemas com a proposta de normatividade quineana: 1) Não é claro que a satisfação a esses

critérios tenha alguma relação com a justificação epistêmica, no sentido de ter uma razão para pensar que alguma crença é provavelmente verdadeira. 2) Não é claro porque esses padrões colocariam qualquer limite real sobre as possíveis revisões; 3) Não há nenhuma razão para dizer que qualquer revisão é requerida ou que há uma incompatibilidade no sistema das sentenças.

Com relação ao primeiro problema Bonjour (1998b, p. 91) critica que aqueles critérios também deveriam ser justificados, porém, segundo ele, Quine não admite a justificação *a priori* e uma justificação empírica desses padrões seria falaciosa. Então conclui que Quine não teria qualquer razão para dizer que aqueles padrões conduzem a verdade e, portanto, que constituiriam alguma garantia epistêmica. E a consequência disso é que Quine teria que admitir um ceticismo completo pelo menos com relação ao conhecimento empírico não-observacional (BONJOUR, 1998b, p. 91). Mas para Quine (1978, p. 66; 1990, p. 20) a utilização daqueles critérios se justifica também de um modo pragmático, pois é a partir da constatação de que esses critérios têm sido repetidamente usados pelos cientistas e têm produzido boas hipóteses e explicações sobre o mundo, é que a comunidade científica os adota como critérios a serem seguidos com vistas a verdade. Esse tipo de justificação dos critérios também é externalista e coerente com o naturalismo quineano, não é uma justificação em um sentido forte, mas fraco, pois admite que esses mesmos critérios possam ser revisíveis. Para Bonjour, essa justificação é circular, porém, como já dissemos anteriormente, se for compreendida como uma legitimação e não uma garantia absoluta, ela não se torna problemática para Quine (1995b, p. 256).

De acordo com o segundo problema apresentado por Bonjour, não é claro que os critérios pragmáticos colocariam algum limite sobre as revisões possíveis de serem feitas, já que Quine admite que esses padrões são eles mesmos também sentenças adicionais do sistema e, do mesmo modo, revisíveis. Assim qualquer revisão seria possível ao rejeitar algum desses critérios estabelecidos. Para Bonjour (1998b, p. 92) é circular apelar aos próprios padrões para revisá-los, deveria haver um conjunto de critérios anterior a ciência para justificar a verdade das crenças. Mas admitir isso seria negar um naturalismo. Apelar aos próprios critérios para revisá-los é como continuar navegando no barco enquanto este está sendo consertado, lembrando a metáfora do Barco de Neurath.

Com relação a essa crítica, Quine (1990, p. 20) diria que embora esses padrões são revisáveis, eles o são na medida em que já foram superados por outros que, com base na própria prática científica, se verificou produzirem hipóteses mais prováveis de serem verdadeiras. Esses critérios inicialmente são usados pelos cientistas que constroem hipóteses explicativas sobre os acontecimentos no mundo. A partir da constatação de que esses critérios têm sido repetidamente usados e têm produzido boas hipóteses, então a comunidade científica adota esses padrões como normas para o fazer científico, mas os próprios cientistas que usam essas normas as corrigem e refinam na sua prática. A partir disso, os padrões são também revisáveis, mas dependem de um acordo amplo da comunidade científica para serem abandonados. Desse modo, nem toda revisão seria aceitável, já que poderia se basear na rejeição de uma norma que não foi rejeitada pela maioria dos cientistas (QUINE, 1995a, p. 50; 1990, p. 19).

Para Bonjour (1998b, p. 94) é muito problemático o fato de que tanto os critérios pragmáticos sejam revisíveis, quanto padrões mais simples e básicos da lógica como o princípio de não-contradição. Nesse caso, Quine teria que admitir que é razoável epistemicamente aceitar um sistema contraditório, caso o princípio de não-contradição seja revisado e rejeitado, dado que não há nenhuma razão para dizer que o princípio de não-contradição não deveria ser revisado ou abandonado como qualquer outra parte do sistema. Certamente essa é uma consequência de sua proposta, porém Quine (1976, p. 105) afirma que essas sentenças gozam de uma certa necessidade, não em um sentido intrínseco, porém em um sentido estrito. A necessidade dessas sentenças tem a ver com a satisfação aos critérios pragmáticos estabelecidos cientificamente, e são difíceis de serem rejeitadas porque são muito úteis na sistematização do conteúdo empírico das teorias. Nesse caso, rejeitar o princípio de não-contradição implicaria em rejeitar muitas outras sentenças da teia, portanto, iria contra a máxima da mínima mutilação ou o conservadorismo. No entanto, esse princípio poderia ser rejeitado caso muitas situações estimulativas viessem a refutar categóricas de observação implicados por ele.

Conforme Bonjour (1998b, p. 95), como Quine defende que todas as sentenças do sistema podem ser rejeitadas, inclusive os princípios da lógica e as normas epistêmicas, logo nenhuma crença da teia é definitivamente justificada e isso leva a um quase total ceticismo. Mas isso só seria problemático visto de uma

dimensão internalista. Do ponto de vista externalista e naturalista que Quine se coloca não é necessário e nem possível uma justificação definitiva.

O terceiro problema é sem dúvida o mais danoso ao projeto quineano, pois a consequência que Bonjour (1998b, p. 95) chega é que Quine deveria aceitar o que justamente procura negar. Se as sentenças que compõem a teia não têm significados e se os princípios lógicos e epistêmicos também seriam apenas algumas sentenças adicionais do sistema, então esses critérios estabelecidos por Quine não teriam nenhuma ação sobre as outras crenças. Haveria uma demanda infinita por sentenças adicionais sobre a incompatibilidade do conjunto, mas nenhuma revisão seria feita. Nesse caso, a consequência é que qualquer sentença não-observacional ou conjunto de sentenças sempre seria retido. E isso é o que Quine (1953, p. 43) negou através da tese “nenhuma sentença é imune à revisão”. Para Bonjour (1998a, p. 201), se realmente há uma revisão na teia das crenças frente a uma sentença sobre a incompatibilidade, então Quine admite sem se dar conta uma lógica *a priori*, pois sem ela não haveria conexão entre as sentenças na teia. Desse modo, a epistemologia quineana por um lado, levaria a um completo ceticismo, por outro, teria que aceitar o que justamente quer rejeitar, a possibilidade de um conhecimento *a priori*.

Com relação a essa crítica, que consideramos a principal feita ao projeto quineano, tem-se dois pontos a analisar, mas que estão relacionados: 1. que as sentenças da teia das crenças não teriam ação entre si, porque não têm significados; 2. que Quine teria que aceitar uma lógica *a priori* para que as sentenças da teia tivessem uma conexão. Para avaliar essas questões faz-se necessário lembrar a noção de significado estimulativo em Quine e como a linguagem e os hábitos são adquiridos. Em um segundo momento, será necessário mostrar que em Quine não há uma razão *a priori* estanque e dada independentemente da experiência, mas uma “razão naturalizada”⁷⁴ que se desenvolve ao longo dos anos nos animais.

⁷⁴ Essa expressão não é utilizada por Quine em suas obras. O uso dessa expressão nessa dissertação não é uma tentativa de racionalizar Quine, mas assim como ele mesmo fez com outros termos mentais, tais como ideia, consciência, inteligência, etc, talvez seja útil usar a expressão “razão naturalizada” para se referir a uma capacidade de conectar e relacionar sentenças entre si, sendo que esta capacidade é proporcionada por uma estrutura neurofisiológica. Ao invés de usar a expressão “razão naturalizada” poderíamos usar “capacidade de conectar sentenças através de uma estrutura neurofisiológica”, mas por uma questão de simplicidade na linguagem nessa dissertação optamos por utilizar a primeira expressão. Além disso, Quine diz que não se pode reduzir termos mentais a termos neurofisiológicos, mas é possível explicar essas capacidades em termos

4.1.1 Os significados estimulativos em Quine

De acordo com a crítica de Bonjour (1998b, p. 93), uma vez que Quine rejeita a noção de significado como entidade mental, as sentenças da teia das crenças não teriam nenhuma ação entre si. Frente a isso, torna-se necessário retomar um aspecto da noção de significado aceito por Quine e mostrar que conforme a concepção behaviorista da aquisição da linguagem, as sentenças também servem como estimulações sensíveis para um indivíduo e este pode ter como resposta um tipo de intervenção sobre as outras sentenças da sua teoria de mundo.

Quine (1975b, p. 80) aceita uma noção de significado que denomina “significado estimulativo” ou *stimulus meaning*. Este é o substituto dos significados como entidades mentais abandonados por Quine como a base do mentalismo. Para Quine (1968, p. 92) a semântica mentalista é problemática porque não tem caráter objetivo e/ou intersubjetivo e, portanto, científico. Para se fazer ciência é necessário um discurso objetivo. Diante disso, Quine propõe uma concepção de significado estimulativo que está relacionado a uma linguagem como “arte social”, ou seja, é instituída por condicionamento por uma comunidade de fala.

A concepção behaviorista da linguagem de Quine (1968, prefácio) afirma que a “linguagem é uma *arte social* que todos adquirem, tendo como evidência o comportamento público das pessoas”. A partir dessa concepção, a determinação do uso lingüístico das palavras e sentenças depende não de algo mental, mas das condições públicas de uso dadas através do condicionamento lingüístico.

Quine não diz isso explicitamente em seus textos, mas levando em consideração o que ele diz em *Word and Object* (1968, p. 46) e em *The Roots of Reference* (1974, p. 16 e seguintes) pode-se pensar que o significado estimulativo está relacionado à percepção que existe na similaridade perceptiva. Quine (1974, p. 17) diz que a similaridade perceptiva é um grupo de disposições de segunda ordem

neurofisiológicos, então, utilizar o termo “razão”, naquela expressão não quer dizer que Quine seja um racionalista, mas que ele aceita que exista uma tal capacidade humana porém que ela não é proporcionada por uma essência *a priori*, mas sim por um desenvolvimento da estrutura neurofisiológica nos animais.

ao comportamento. E diz (1968, p. 46) que a significação estimulativa de uma sentença para um sujeito resume sua disposição a assentir ou a dissentir da sentença em resposta à estimulação presente. A partir disso, mesmo que Quine não expresse isso com todas as letras, parece correto dizer que o significado estimulativo, sendo o conjunto das disposições a assentir ou dissentir frente a uma situação estimulativa, relaciona-se à similaridade perceptiva que ele comenta em textos posteriores.

O uso lingüístico das palavras e expressões é apreendido e transmitido de geração a geração por condicionamento, ou seja, por reforço ou extinção de respostas diante de determinados estímulos sensoriais. Mas para Quine (1975b, p. 71; 1995b, p. 253) o que possibilita a aquisição da linguagem por condicionamento é o fato de que os indivíduos têm uma estrutura neurofisiológica que possibilita a aquisição de evidências sensíveis e a criação de conexões neurais que possibilitam certas respostas que podem ser condicionadas. Essa estrutura neurofisiológica é particular a cada indivíduo, ela é criada a partir das experiências vividas por cada pessoa em seu contexto (QUINE, 1988, p. 81). Se os significados estimulativos estão relacionados à similaridade perceptiva nos indivíduos, então eles são privados, porque são conexões neurais estabelecidas por reforço e extinção de respostas. Eles se revelam através do comportamento verbal dos falantes e podem ser induzidos através desse comportamento público, desse modo é que são criadas hipóteses analíticas.

Como o uso lingüístico é condicionado, certas conexões neurais como respostas dadas a determinados estímulos são reforçadas enquanto outras são extintas, desse modo, o significado estimulativo como as similaridades perceptivas, podem ser assemelhados nos indivíduos. A partir disso, pode haver fluidez na comunicação e esta uniformidade é possibilitada, além disso, pela transmissão de gens com as informações sobre as similaridades receptivas e perceptivas dos indivíduos para seus descendentes (QUINE, 1995b, p. 254). Os significados estimulativos não são mais compreendidos como entidades mentais, mas, embora privado, são compreendidos como algo físico, relacionado às conexões neurais formadas como resposta aos estímulos sensíveis (QUINE, 1988, p. 79).

Nas palavras do autor (QUINE, 1990, p. 44):

Diferentemente de Davidson, deixo as estimulações na superfície do sujeito e o significado estimulativo privado com elas. No entanto, ao que concerne

a mim, podem ser tão características como as mesmas conexões internas do sujeito. O que flui no ar é nossa linguagem comum, que cada um é livre de internalizar a seu modo neural peculiar. A linguagem é o lugar onde há a intersubjetividade, assim que a comunicação tem o nome correto.⁷⁵

O uso que fazemos das palavras é publicamente condicionado e isso dá um caráter objetivo à linguagem. Quine (1990, p. 44) afirma que “a sinonímia estimulativa, diferentemente dos significados estimulativos, podem ainda ser definidos intersubjetivamente através da comunidade”. Desse modo, os significados estimulativos são privados, mas a linguagem é pública. Ela é aprendida socialmente e o uso correto das palavras é aprendido através do comportamento verbal das pessoas suficientemente familiarizadas com a língua em questão, diante de uma situação estimulativa.

Em *Word and Object*, Quine já tinha essa concepção de que os significados estimulativos são privados, e o que se tem de objetivo para se basear, para a partir daí fazer a tradução no caso do lingüista em pesquisa de campo, são as estimulações que afetam o nativo e o lingüista simultaneamente e o comportamento observável do nativo. Nas palavras de Quine (1968, p. 28), “tais dados revelam os ‘significados’ do nativo somente do mais objetivamente empírico ou variedade de estímulos conectados”. O significado estimulativo do nativo não é acessível ao linguista, apenas seu comportamento verbal e as estimulações que o afetam.

Quine (1974, p. 10) entende que no processo de condicionamento linguístico e de hábitos, diante de certos estímulos sensíveis as pessoas estão dispostas a agir de uma determinada maneira e não de outra. Dessa forma, as pessoas que estão diante de certas situações estimulativas e que passaram por situações que reforçaram certas respostas, têm os significados estimulativos adequados⁷⁶ para aquelas situações e são capazes de agir diante daquelas estimulações da forma adequada de acordo com a comunidade de fala.

É por condicionamento que ocorre a aquisição da linguagem e a formação de hábitos. Inclusive os valores morais seriam adquiridos dessa forma (QUINE, 1981, p. 61; 1975a, p. 84). Então parece razoável pensar que certas práticas cognitivas também foram adquiridas por condicionamento. Quine (1995b, p. 255) afirma que as

⁷⁵ No original em inglês: “Unlike Davidson, I still locate the stimulations at the subject’s surface, and private stimulus meaning with them. But they may be as idiosyncratic, for all I care, as the subject’s internal wiring itself. What flots in the open air is our common language, wich each of us is free to internalize in his peculiar neural way. Language is where intersubjectivity sets in. Communication is well named.”

⁷⁶ Pois certas conexões neurais como respostas a determinadas estimulações foram reforçadas.

leis lógicas básicas são internalizadas pelo aprendizado do uso das partículas lógicas:

Por exemplo, a criança aprende por observação e correção dos pais que é um mal uso da conjunção “e” afirmar um “e” composto e então negar um dos componentes. A criança tem assim internalizado uma simples implicação lógica, nomeadamente que um “e” composto implica seus componentes, sob pena de simplesmente usar de forma errada uma palavra. Do mesmo modo, para outras implicações lógicas, até aqui e incluindo as leis de quantificação e identidade.

Os significados estimulativos, adquiridos mediante condicionamento, provocam a formação de hábitos linguísticos e comportamentais. Assim diante de certas estimulações as pessoas estão dispostas a responder de uma determinada forma e não de outra, e usam as palavras da forma adequada condicionada pela comunidade de fala (QUINE, 1995b, p. 254).

As sentenças em sua forma física escrita ou falada também são consideradas estímulos sensoriais. Dessa forma, as sentenças também produzem determinadas disposições a agir, as pessoas seriam condicionadas a agir de determinada forma diante de uma sentença ou palavra. Por exemplo, diante da sentença “Abra a porta!” as pessoas são condicionadas a agir de uma forma específica, nesse caso produzir uma ação de abrir a porta.

Isso explica também a aprendizagem da gramática e da matemática a partir de algumas regras. As crianças nas escolas são condicionadas a escrever de uma determinada forma e fazer determinados cálculos seguindo certas regras convencionadas, e assim aprendem a agir da forma adequada diante de sentenças do tipo “Encontre os erros gramaticais das sentenças abaixo e corrija-os.” A aquisição da língua, de hábitos morais, assim como das regras que regem as diversas disciplinas científicas são adquiridas por condicionamento. E isso procede da mesma forma em todas as ocasiões, sempre há um estímulo e uma resposta que é reforçada ou extinta. Por meio desse processo é que há o aprendizado correto de acordo com uma comunidade de fala (QUINE, 1975a, p. 84).

Assim, as sentenças para Quine (1975a, p. 87), mesmo não tendo um significado mental como Bonjour reclama, têm um significado que é condicionado e este significado estimulativo inclui que diante de um determinado estímulo o indivíduo produz respostas adequadas. No caso da sentença sobre incompatibilidade, o estímulo seria a própria sentença e a resposta seria a atitude

condicionada diante daquela, nesse caso, a revisão do sistema de acordo com as sentenças sobre princípios lógicos.

No caso de algum conceito matemático, por exemplo, a comunidade de fala específica que estuda aquele conceito convencionou o seu uso adequado em determinados contextos (QUINE, 1969, p. 88). E, a partir disso, o resto da comunidade científica toma aquele uso convencionado para si e condiciona o seu uso correto. Por isso, diante de uma determinada sentença do tipo “Acrescente duas colheres de chá de açúcar ao seu café” as pessoas sabem o que fazer. E isto, porque além dos outros termos dessa sentença, se o indivíduo não souber utilizar os conceitos matemáticos contidos nela, ele não responderá da maneira adequada e será reprovado diante de outras pessoas de sua comunidade de fala⁷⁷.

O cientista que se depara com uma sentença sobre a incompatibilidade de seu conjunto de crenças, segundo a proposta quineana, está apto a agir nessa situação de modo a revisar sua teoria de mundo de acordo com certos princípios lógicos e outros critérios, tal como a máxima da mínima mutilação muito útil em ciência. E a utilização desses princípios e critérios foi condicionada pela comunidade científica a qual ele pertence. Desse modo, a crítica de Bonjour de que haveria uma demanda infinita por sentenças sobre a incompatibilidade é implausível.

BonJour (1998b, p. 95) reclama que não é claro que as sentenças sobre princípios lógicos produzam de fato uma revisão. Mas se for levado em consideração que a aprendizagem dos princípios lógicos se dá por condicionamento, e que este processo produz uma disposição a agir de determinada maneira diante de certas estimulações, fica claro que as sentenças envolvendo um erro sobre os princípios lógicos produzem certas respostas que podem intervir na relação das sentenças da teia. Já que aquelas sentenças possuem significados estimulativos que são constituídos a partir das respostas reforçadas diante daquelas sentenças. E dessa maneira, as sentenças da teia, embora não tendo mais significados mentais, mas significados estimulativos condicionados, permitem aos indivíduos que acreditam nessas sentenças agir da forma correta, diante das situações que exigem uma ação.

⁷⁷ Aqui é importante novamente lembrar da distinção entre modo de uso e significado estimulativo. Os significados estimulativos não são associados a termos isolados, a não ser a sentenças de uma palavra como no caso “Cachorro!”, mas geralmente a frases. Diferentemente, os indivíduos aprendem o modo de uso de palavras, artigos, conjunções, etc. por síntese analógica com o uso feito desses elementos lingüísticos em frases que têm significado estimulativo, e o uso que fazem deles é condicionado pela comunidade de fala.

4.1.2 A “razão naturalizada” em Quine

O segundo ponto a ser discutido da crítica apresentada por Bonjour (1998a, p. 201) exposta acima é com relação ao problema de que Quine teria que aceitar uma lógica *a priori* para que as sentenças da teia tivessem uma conexão entre si. De acordo com Bonjour (1998b, p. 93), as sentenças sobre princípios lógicos não produziram nenhuma prática cognitiva já que são meras sentenças adicionais do sistema e não têm significados. A partir disso, conclui que Quine ou teria que aceitar uma lógica *a priori* ou não teria nenhuma razão para sustentar sua proposta e ela se tornaria auto-destrutiva. No entanto, há uma resposta possível na proposta quineana de que a lógica não seria *a priori*, porém como parte da linguagem seria uma capacidade proporcionada por uma estrutura neurofisiológica e que se desenvolveria ao longo dos anos nos animais com vistas à ajudar na sobrevivência da espécie⁷⁸.

A questão do significado se relaciona com a questão da lógica em Quine, visto que os princípios lógicos de raciocínio são aprendidos por condicionamento, da mesma forma que todos os outros significados estimulativos. No entanto, as sentenças teóricas que constituem as sentenças sobre princípios lógicos só ganham significado estimulativo de modo indireto. É através dos categóricos de observação que um conjunto de sentenças teóricas ganham conteúdo empírico. Quando isso acontece, diz-se que o conjunto de sentenças teóricas tem massa crítica semântica (QUINE, 1991, p. 268; 1995b, p. 255).

Para Quine (1975a, p. 84), como mostrou-se acima, os princípios lógicos assim como as outras sentenças do sistema, são adquiridos por condicionamento, e isto prevê que diante de determinadas estimulações os indivíduos tornam-se aptos a produzir respostas adequadas. No caso em questão, diante de uma sentença sobre a incompatibilidade do sistema, o indivíduo agiria da forma adequada como foi condicionado revisando o sistema de crenças e rejeitando as sentenças que

⁷⁸ Segundo alguns comentadores a lógica em Quine é lingüística, e não inata da forma como é defendida nessa dissertação. Mas aqui isso não é negado, embora entenda-se que a linguagem é adquirida por condicionamento e que por detrás do comportamento verbal não há entidades mentais, mas uma estrutura neurofisiológica que se desenvolve ao longo dos anos acompanhando o desenvolvimento da lingüística. Por isso, a lógica é sim, parte da linguagem, e a capacidade de conectar sentenças é possível porque as sentenças compartilham um mesmo vocabulário. No entanto, o que possibilita a aquisição dessa linguagem e dessa capacidade de relacionar as sentenças entre si é uma estrutura neurofisiológica que torna possível o condicionamento.

produzem a incompatibilidade. Este condicionamento produz a formação do significado estimulativo que não é nada mais que uma conexão neural reforçada pela comunidade de fala a qual o indivíduo pertence e que lhe permite usar as sentenças de modo adequado diante de certas situações. Mas aqui é importante lembrar que, de acordo com Quine, os significados estimulativos são privados. No entanto, embora sejam privados, relacionados as similaridades perceptivas de cada indivíduos, podem se assemelhar entre indivíduos diferentes devido ao condicionamento (Cf. QUINE, 1968, p. 47). Já que o que permite a intersubjetividade⁷⁹ na comunicação é a empatia (que ocorre no processo de condicionamento) e a uniformidade dos padrões inatos de similaridade (que são transmitidos pelos cromossomos) (QUINE, 1988, p. 79). Percebe-se nesse processo dois aspectos: um é o aspecto social, do condicionamento; o outro é o genético, do que foi transmitido pelos gens e que atua como uma capacidade inata.

Os princípios lógicos como sentenças adicionais do sistema, também têm seus 'significados' como meras conexões neurais estabelecidas por reforço da comunidade de fala, através do condicionamento. Esses princípios lógicos se desenvolveram e se desenvolvem concomitantemente com o desenvolvimento da ciência. Novas conexões neurais vão sendo reforçadas e outras, que não produziram resultados muito favoráveis, vão sendo extintas. Conforme a ciência se desenvolve com vistas a ajudar na sobrevivência das espécies, os princípios lógicos se desenvolvem constituindo uma evolução da razão, ou do raciocínio lógico, ao longo dos anos nos animais (QUINE, 1976, p. 222; 1974, p. 22-68).

O condicionamento por meio do qual são adquiridos os princípios lógicos e todas as outras sentenças tem a característica de proporcionar a previsão do comportamento das pessoas diante de certas situações (QUINE, 1975a, p. 90). Aqui vale lembrar que o condicionamento é proporcionado pelos padrões inatos de similaridade que possibilitam a percepção de certa similaridade entre eventos e fornece uma previsão diante da satisfação de determinadas condições iniciais que geralmente produzem certas consequências. Dessa maneira, através dos padrões de similaridade as pessoas são capazes de produzir induções primitivas. Nesse caso, utiliza-se o termo indução para falar de uma capacidade neurofisiológica

⁷⁹ Lembre-se que este termo na proposta de Quine tem uma conotação diferente das propostas filosóficas de Habermas e Husserl, por exemplo. Ela é um termo mental que explica uma capacidade proporcionada pelos padrões inatos de similaridade, uma estrutura neurofisiológica.

proporcionada pelos padrões inatos de similaridade (que permitem o condicionamento e a formação de hábito) (QUINE, 1974, p. 18-9).

BonJour (1998a, p. 201) reclama que Quine deveria ter uma lógica *a priori* para que fosse possível relacionar as sentenças da teia. Mas através da noção de padrões inatos de similaridade, Quine (1974, p. 29) mostra como as pessoas são capazes de relacionar de uma maneira primitiva as primeiras sentenças observacionais adquiridas e começar a relacionar as sentenças da teia que está se formando. Os padrões inatos de similaridade constituem uma estrutura neurofisiológica que permite que possamos fazer previsões a partir do que somos condicionados a acreditar.

Como essas induções primitivas são proporcionadas por uma estrutura neurofisiológica nos animais, ao mesmo tempo em que esta estrutura vai se desenvolvendo ao longo dos anos nas espécies por seleção natural, assim também a capacidade lógica vai se desenvolvendo (QUINE, 1974, p. 20; 1976, p. 222). Algumas conexões neurais vão proporcionar resultados mais favoráveis aos animais que outras, assim algumas conexões neurais serão reforçadas enquanto outras serão extintas. Conforme acidentes favoráveis de conexões neurais produzem resultados favoráveis à sobrevivência das espécies, certas conexões são reforçadas e, a partir disso, é criado um novo padrão de raciocínio (QUINE, 1974, p. 68).

Desse modo, Quine (1976, p. 222) afirma que há uma evolução das ideias concomitante à evolução das espécies. Quine parece utilizar o termo “ideias” como um termo mental para se referir a uma estrutura neurofisiológica nos animais. Assim pode-se pensar que Quine defende um tipo de “naturalização da razão”⁸⁰ que se desenvolve com a experiência. E esta razão tem a ver com as conexões neurais estabelecidas por reforço de respostas ao longo dos anos por seleção natural. Quine (1952, apud 1976, p. 222) comenta sobre isso já em 1952 no artigo “On Mental Entities”:

Tanto para o domínio individual da linguagem e do saber; mas qual é a origem de tudo isso na raça humana? Seria irracional supor que aquelas origens foram racionais. A pré-história da ciência foi provavelmente um composto de simbolismo primitivo inconsciente do tipo freudiano, confusões entre signos e objetos, palavras mágicas, pensamentos ilusórios com vistas a falar da realidade, e um consentimento pouco ativo em padrões cuja

⁸⁰ Relembrando novamente que o uso dessa expressão não é uma tentativa de racionalizar Quine, porém de utilizar um termo que não pode ser reduzido a um processo neurofisiológico, somente explicado desse modo.

motivação tem sido há muito tempo esquecida. As tendências em nossos esquemas conceituais podem ter grande utilidade na sistematização da ciência, e com isso alto valor de sobrevivência, apesar da humilde origem no processo feito ao acaso de irracionalidade – assim como mutações casuais nos cromossomos podem fazer surgir uma forte e eficiente raça nova. A seleção natural inclina-se através das gerações em favor de acidentes favoráveis à custa dos desfavoráveis, na evolução das idéias assim como na evolução da vida das espécies.

É válido notar que esse texto é de uma fase inicial do pensamento quineano. Mas desde o princípio Quine estava convencido da teoria darwiniana da evolução das espécies e essa passagem mostra que os resultados alcançados por Darwin em biologia faziam parte da teoria de mundo que Quine aceitava. Mas não era uma aceitação ao acaso, Quine (1974, p. 51) aceita essa teoria porque ela era amplamente aceita pela comunidade científica da época. E a partir desses resultados alcançados em biologia, Quine desenvolve consequências para a filosofia.

Dessa forma, a razão na raça humana se desenvolve por que a estrutura neurofisiológica de cada indivíduo se desenvolve a partir da seleção natural. Acidentes favoráveis nas conexões neurais de algum indivíduo podem produzir consequências favoráveis para este indivíduo e assim serão reforçadas (QUINE, 1974, p. 68; 1976, p. 222). Este indivíduo tenderá a reforçar essa mesma resposta no comportamento dos outros indivíduos de sua espécie ao mesmo tempo em que transmitirá em seus cromossomos os desenvolvimentos já alcançados em sua estrutura neural. Assim os indivíduos de uma espécie ao longo dos anos vão se assemelhando em sua estrutura neural e, conseqüentemente, em seu padrão de raciocínio lógico.

A origem da razão para Quine (1976, p. 222) é irracional. Mesmo parecendo um contra-senso, essa mesma estrutura neural que primitivamente produz respostas que podem ser condicionadas simplesmente porque produzem consequências agradáveis, iria se desenvolvendo a um ponto do indivíduo começar a agir de uma forma a buscar premeditadamente mais consequências agradáveis, e com isso criando meios para tal. No princípio a estrutura neural produzia apenas reflexos condicionados, porém essas respostas não são racionais no sentido de que o indivíduo teria uma consciência de que agir de certa forma produzia resultados favoráveis para sua sobrevivência (QUINE, 1974, p. 22). No entanto, com o desenvolvimento da estrutura neural, os animais começam a criar alguns artifícios

que promovem a sobrevivência. Tal é a origem pragmática da linguagem, dos valores morais, da ciência e da razão.

Nesse sentido haveria uma razão inata, mas não *a priori*, ela seria genética, pois é herdada dos nossos antepassados, mas também seria desenvolvida a partir dos novos conhecimentos adquiridos e a partir de novos acidentes favoráveis de conexões neurais. E os padrões inatos de similaridade seriam a estrutura neurofisiológica básica que permite que novas conexões neurais sejam reforçadas e outras sejam extintas (QUINE, 1974, p. 24). Dessa forma, os padrões de similaridade são imprescindíveis para que se desenvolva uma razão naturalizada. Esta entendida no sentido de “evolução das ideias” (*evolution of ideas*) a que Quine se referiu em seu artigo.

É interessante lembrar que os padrões inatos de similaridade, responsáveis pela formação do hábito ou condicionamento, permitem também a formação de induções primitivas. Essas induções são o que relacionam as sentenças observacionais em um categórico de observação, formando uma sentença teórica (QUINE, 1974, p. 19, 32, 42, 129; 1990, p. 10). São elas que fornecem a implicação lógica entre as sentenças num categórico ao formar uma generalização.

Para Quine (1990, p. 9; 1991, p. 273) o que relaciona as sentenças teóricas às observacionais são os categóricos de observação através dessa implicação lógica. E essa mesma implicação existe na relação do conjunto de sentenças teóricas do sistema com os categóricos de observação⁸¹. Por isso, a implicação é a relação lógica mais importante para Quine na medida em que conecta sentenças teóricas a sentenças observacionais. A implicação é um princípio chave para organizar o caos da entrada neural (QUINE, 1992, p. 7; 1991, p. 273). As pessoas aprendem a dominar a implicação através do aprendizado de partículas lógicas, tais como “não”, “e”, “ou”, “se”, “todos”, “algum”. Quine (1992, p. 7) constata:

[...] nosso aprendizado do uso de “não” e “ou” consiste em parte no aprendizado de assentir a “*q*” quando nós temos assentido a “não *p*” e a “*p* ou *q*”. Nosso aprendizado de “todos” consiste em parte no aprendizado de assentir a “*a* é um *G*” uma vez que nós temos assentido a “*a* é um *F*” e “Todo *F* é um *G*”.

⁸¹ Os categóricos de observação para Quine são uma teoria científica em miniatura. Assim tanto as pessoas leigas, crianças, etc. formam categóricos de observação, quanto os cientistas ao deduzir de suas hipóteses científicas esse tipo de sentenças para fazer a verificação empírica.

Quine (1991, p. 273) explica que as sentenças observacionais e as sentenças teóricas se relacionam entre si por compartilharem um mesmo vocabulário que se adquire a partir de um mesmo conteúdo empírico. E é graças a isso que há relações lógicas entre as sentenças da teia.

Nesse sentido, percebe-se em Quine (1975a, p. 84) uma forte relação entre linguagem e 'raciocínio lógico', em suas palavras: "eu acredito na afinidade da mente e a linguagem". Quine utiliza o termo '*mind*' nessa passagem, e nesse caso, pode-se pensar que ele se refere também a intelecto e razão ou raciocínio lógico. Quine (1976, p. 222) afirma que em um estado primitivo do desenvolvimento da ciência havia um simbolismo primitivo inconsciente. Ele também afirma que com o desenvolvimento da ciência, e da epistemologia normativa como parte da ciência, há um aprimoramento das induções primitivas, proporcionadas pelos padrões inatos de similaridade (QUINE, 1995a, p. 50). Portanto, com o desenvolvimento da ciência e da razão há um desenvolvimento da linguagem, de modo concomitante.

Entender uma expressão é saber o significado, e saber o significado é estar apto a dar o significado. Na epistemologia naturalizada, entendimento é explicado pela disposição verbal através do método de pergunta e assentimento ou pergunta e dissentimento (QUINE, 1975a, p. 86). Estar apto a dar o significado é estar disposto a responder da forma adequada quando questionado. Esta disposição é produzida por condicionamento e este só é possível porque os animais têm uma estrutura neurofisiológica que permite que se associem certas situações perceptivas e se criem expectativas por indução. Essa é a base para o desenvolvimento de uma razão naturalizada, a base para a aquisição da linguagem, portanto, ela é a base para a possibilidade de relacionar sentenças entre si e a base para que haja um comportamento adequado diante de problemas lógicos, como por exemplo, a incompatibilidade do sistema das crenças.

Essa estrutura neurofisiológica que permite que a razão se desenvolva, enquanto formas de relacionar as sentenças observacionais às sentenças teóricas é o que permite a formação dos categóricos de observação. Essas sentenças apresentam um elo entre a teoria e a observação que não existe na experiência, ou seja, que ao ser criado, transcende a toda evidência sensível disponível (QUINE, 1995a, p. 25). Esse *link* é proporcionado pelos padrões inatos de similaridade que promovem induções primitivas, e essa simples implicação lógica é a base para o

desenvolvimento da razão e é o que caracteriza o método experimental na ciência (QUINE, 1991, p. 273).

A partir das análises acima, percebem-se que as críticas de BonJour à epistemologia naturalizada de Quine não são bem-sucedidas à ponto de pôr em risco a proposta quineana supondo que ela destrói-se a si mesma. As críticas menos problemáticas feitas à Quine estão em sua maioria baseadas em uma má interpretação de BonJour quanto ao projeto de naturalização quineano e isso acontece porque ambos desenvolvem suas teorias a partir de teorias de mundo diferentes. A crítica que pretende mostrar que a epistemologia naturalizada de Quine é auto-destrutiva também não é bem-sucedida, pois BonJour não leva em consideração uma proposta de naturalização da razão que acompanha a naturalização da epistemologia. A “razão” para Quine surge a partir da experiência, juntamente com o desenvolvimento da linguagem, conforme a estrutura neural se desenvolve nos animais. Portanto, a epistemologia naturalizada de Quine não precisa aceitar princípios lógicos *a priori*, os princípios lógicos e critérios para se alcançar crenças razoáveis são desenvolvidos a partir da experiência com a finalidade de ajudar na sobrevivência das espécies.

CONCLUSÃO

Uma das questões mais importantes para a epistemologia é como as crenças que temos sobre o mundo podem ser garantidas. Várias posições foram propostas a fim de responder a essa questão que se coloca como o objeto de pesquisa das teorias da justificação em epistemologia. As diversas teorias de justificação existentes dividem-se em dois grandes grupos, as teorias internalistas e as externalistas. Para as teorias internalistas da justificação é necessário que o sujeito epistêmico esteja consciente da justificação e tenha no momento que expressa a sua crença, a razão adequada (de acordo com cada teoria internalista) para justificá-la. Para as teorias externalistas da justificação não é necessário que o sujeito epistêmico esteja de posse de uma razão no momento que expressa a crença, mas esta deve ser formada por um processo confiável ou amplamente aceito de formação de crenças razoáveis.

Esta dissertação de mestrado apresentou e avaliou as críticas de Bonjour ao projeto de naturalização da epistemologia de Quine. Esses filósofos apresentam posições divergentes sobre o que torna científicas as crenças sobre o mundo. Bonjour apresenta uma teoria internalista, enquanto a proposta de naturalização da epistemologia de Quine constitui uma teoria externalista de justificação (esta concebida em um sentido fraco de legitimação).

No primeiro capítulo dessa dissertação foram apresentados os aspectos negativo e positivo da proposta de Quine. O aspecto negativo se refere às suas críticas ao empirismo lógico. Para ele, a distinção entre verdades analíticas e verdades sintéticas juntamente com a tese do reducionismo são meros artigos de fé que devem ser rejeitados. Não é possível dar uma definição essencialista da analiticidade e isso mostra que não há porque fazer uma distinção de natureza entre

sentenças analíticas e sentenças sintéticas. O reducionismo conceitual como mostra Quine não é possível de ser colocado em prática já que todas as tentativas apresentadas pela tradição falharam. Do mesmo modo, o reducionismo doutrinal deve ser rejeitado porque não há como justificar crenças gerais ou sobre o futuro, etc, baseado apenas na evidência sensível disponível no momento em que a crença é formada. A partir disso, Quine pode propor uma nova forma de verificar e testar as nossas crenças sobre o mundo, e relacionado a isso propõe uma nova forma de interpretar a analiticidade.

O segundo capítulo dessa dissertação pretendeu dar os subsídios para analisar e avaliar alguns dos problemas e críticas de Bonjour através da exposição das principais teses que constituem o projeto de naturalização da epistemologia de Quine. A linguagem é adquirida por condicionamento e isto provoca a formação de hábito e induções primitivas. Estas induções e o condicionamento só são possíveis por causa de uma estrutura neurofisiológica que permite que haja percepção de similaridades entre eventos. As induções proporcionadas por condicionamento provocam a formação dos categóricos de observação. É através dessas sentenças que as teorias científicas adquirem conteúdo empírico e pelas quais é possível verificar as previsões da ciência. No aspecto normativo da epistemologia naturalizada, os cientistas corrigem e refinam essas induções primitivas a fim de proporcionar explicações e previsões mais úteis à sobrevivência da espécie. Os categóricos de observação primitivos são refinados e corrigidos por meio de critérios estabelecidos pela comunidade científica os quais são também revisíveis assim como todas as crenças científicas.

No terceiro capítulo, foram apresentadas as críticas de Bonjour à epistemologia naturalizada de Quine e para esclarecer o contexto do qual partiram aquelas críticas, foi apresentado de modo sucinto, a posição epistemológica defendida por Bonjour em 1998. Sua crítica incide sobre o projeto epistemológico de Quine que tem como consequência a rejeição da possibilidade do conhecimento *a priori*. Para Bonjour, a naturalização da epistemologia é uma proposta auto-destrutiva, pois ao não admitir nenhum conhecimento e justificação *a priori*, não haveria nada que conectasse as sentenças da teia das crenças. O projeto de Quine só se sustentaria se admitisse uma lógica *a priori*. Para Bonjour, os dois objetivos centrais da epistemologia são: a) decidir se temos ou não boas razões para pensar que nossas várias crenças sobre o mundo são verdadeiras; e b) no caso da resposta

a essa primeira questão ser afirmativa, dizer quais são aquelas razões e explicar *por que* elas são boas. Com isso, BonJour mostra que seu objetivo em epistemologia é investigar os critérios para identificar a verdade ou a falsidade de uma crença. Além disso, parece que o segundo objetivo da epistemologia apresenta uma função muito importante em sua proposta, já que a explicação do *porque* as razões apresentadas são boas, para ele deve ser *a priori*, ou seja, deve ser uma intuição racional. E é esta que faltaria em Quine. Para BonJour, Quine não tem boas razões para justificar porque uma crença é verdadeira, e a consequência é um completo ceticismo.

A proposta de BonJour de um racionalismo moderado defende a tese de que a intuição *a priori* é falível e corrigível. Segundo sua proposta, o sujeito epistêmico tem uma crença garantida se ele tem uma razão justificada por uma intuição *a priori* que é falível e corrigível à luz da experiência. Nesse sentido a normatividade dessa proposta é fraca, já que a razão que justifica a crença não é conclusiva. A verdade conhecida *a priori*, é também uma verdade contingente, dado que pode mostrar-se posteriormente falsa. BonJour, dessa forma, defende uma proposta racionalista falibilista que pode ser uma alternativa interessante às propostas contrárias ao racionalismo proposto pela tradição. E com isso pretende apresentar uma alternativa viável às propostas dos empiristas lógicos que foram criticadas por Quine. Este criticou o objetivo quanto ao aspecto doutrinal do empirismo lógico justamente quanto ao aspecto infalível pretendido às sentenças justificadas. Desse modo, BonJour e Quine defendem a falibilidade e a corrigibilidade das sentenças pretendidas como conhecimento.

No último capítulo da dissertação foi feita a avaliação das críticas de BonJour, inicialmente foram avaliadas as críticas de menor valor destrutivo à proposta quineana e por fim, procuramos apresentar uma resposta em Quine à principal crítica de BonJour, a qual pretende pôr em risco a proposta quineana supondo que ela destrói-se a si mesma. A partir das análises das críticas e problemas apresentados por BonJour à epistemologia naturalizada de Quine, percebeu-se que as suas críticas não são bem-sucedidas à ponto de pôr em risco a proposta quineana. As críticas menos problemáticas feitas à Quine estão em sua maioria baseadas em uma má interpretação de BonJour quanto ao projeto de naturalização quineano e isso acontece porque ambos desenvolvem suas teorias a partir de teorias de mundo diferentes. A crítica que pretende mostrar que a epistemologia naturalizada de Quine é auto-destrutiva também não é bem-sucedida, pois BonJour

não leva em consideração uma proposta de naturalização da “razão” que acompanha a naturalização da epistemologia. A “razão” para Quine surge a partir da experiência, juntamente com o desenvolvimento da linguagem, conforme a estrutura neural se desenvolve nos animais. Portanto, a epistemologia naturalizada de Quine não precisa aceitar princípios lógicos *a priori*, os princípios lógicos e critérios para se alcançar crenças razoáveis são desenvolvidos a partir da experiência com a finalidade de ajudar na sobrevivência das espécies.

Para Quine, as crenças legítimas sobre o mundo são as crenças científicas amplamente aceitas; assim, alguém tem uma crença garantida se essa crença satisfaz um conjunto de critérios pragmáticos estabelecidos cientificamente. Assim, se uma hipótese não é refutada empiricamente, é simples, é conservadora, não é ambígua, é clara, etc, então o cientista tem boas razões para pensar que ela é verdadeira. Nesse caso, o sujeito epistêmico, não precisa estar de posse das razões que garantem a sua crença, desde que seja uma crença aceita amplamente pela comunidade científica. Essa proposta configura-se também como um projeto de normatividade fraco, uma vez que as razões que justificam a crença não são conclusivas, elas também são falíveis, dada a tese da revisibilidade das sentenças.

O aspecto normativo da epistemologia naturalizada, conforme Quine, tem uma função tecnológica assim como as outras tecnologias que surgem das investigações em ciência teórica. A epistemologia normativa é uma tecnologia porque a partir de explicações de como diversas crenças bem sucedidas foram construídas, interfere nas próprias construções de explicações epistemológicas e científicas. Esse projeto normativo em epistemologia, com função tecnológica, busca sempre aprimorar as explicações que podem ser feitas sobre os acontecimentos no mundo. Dessa forma, a normatividade em Quine se constitui como a busca pela melhor explicação científica.

Além disso, outro aspecto importante a ressaltar na proposta da epistemologia naturalizada de Quine é que para ele não é problemático que os argumentos usados para legitimar suas teses sejam circulares, pois essa é a condição humana. Não há como sair de sua teoria de mundo para revisá-la. Esses argumentos não devem ser entendidos com a mesma pretensão de uma teoria epistemológica não naturalista. Em Quine, eles são melhor compreendidos como explicações para legitimar a aceitação de certas crenças, lembrando que essas

próprias teses também estão sujeitas ao teste dos critérios pragmáticos estabelecidos pela ciência.

Desse modo, não há lugar para um conhecimento independente da experiência em Quine. A crítica de BonJour de que Quine deveria aceitar uma lógica *a priori* para que as sentenças da teia tivessem uma conexão e para que fosse possível garantir alguma crença sobre o mundo, baseia-se na rejeição de Quine de que palavras tenham significado mental. Mas embora Quine rejeite essa concepção de significado, ele aceita um tipo denominado “significado estimulativo”. Quine afirma que as sentenças da teia se relacionam por utilizarem um mesmo vocabulário relacionado a um mesmo conteúdo empírico. Este vocabulário é adquirido por condicionamento e, desse mesmo modo, são adquiridos todos os outros tipos de sentenças, como os categóricos de observação que relacionam sentenças observacionais entre si, por um tipo de indução primitiva.

O próprio condicionamento proporcionado pelos padrões inatos de similaridade permite que previsões sejam feitas, já que diante de certas estimulações, por hábito, pode-se prever que ocorrerão certas observações. Isso Quine chamou em termos mentais de indução primitiva, e este tipo de relação lógica que existe no categórico de observação, é a mesma implicação lógica que existe entre a teoria e os categóricos. A implicação lógica existente entre a teoria e os categóricos de observação é reforçada à medida que as expectativas previstas não são refutadas pela experiência.

As relações lógicas entre as sentenças, como conexões neurais reforçadas por seu valor de sobrevivência, são transmitidas pelo código genético e, portanto, constitui uma “razão” inata que é desenvolvida na experiência, à medida que novas conexões neurais por acidentes felizes produzem consequências favoráveis e são reforçadas. Assim Quine inova ao propor com sua epistemologia naturalizada também algo que pode ser chamado uma “razão naturalizada” que garante a conexão entre as sentenças da teia e a relação entre a teoria e as evidências sensíveis.

Dessa forma, a nossa avaliação da crítica de BonJour ao projeto de naturalização da epistemologia de Quine é que aquele desenvolve sua crítica a partir de sua teoria de mundo internalista e não consegue perceber determinados aspectos da teoria quineana que responderiam a maioria de suas questões. Quine e BonJour têm propostas epistemológicas diferentes dado que partem de teorias de

mundo divergentes. Para BonJour o objetivo da epistemologia é buscar uma crença verdadeira, e explicar porque os critérios usados para distinguir uma crença verdadeira de uma falsa são bons. Para Quine, o objetivo é buscar uma crença razoável, já que a verdade apesar de ser um ideal que guia as investigações científicas, não é definitivamente alcançável. Além disso, o objetivo da epistemologia como tecnologia em Quine é corrigir e refinar as hipóteses científicas através de critérios que ajudem a atingir melhor o fim da sobrevivência. Portanto, as críticas mais problemáticas de BonJour não são bem-sucedidas frente ao projeto quineano. Com isso, a proposta de uma epistemologia naturalizada ainda se mantém uma alternativa possível às teorias epistemológicas do empirismo lógico juntamente com a proposta de um racionalismo moderado de BonJour. A decisão sobre qual teoria epistemológica é a melhor para dizer quais sentenças são legítimas de se acreditar é algo que talvez, só ao longo dos anos, com o desenvolvimento da razão humana poderemos conhecer.

Para quem se interessa pela proposta quineana, algumas investigações interessantes que não puderam ser desenvolvidas nessa dissertação por falta de tempo, seria procurar entender a importância do princípio da reificação para a epistemologia naturalizada; e outra pesquisa interessante seria investigar a importância da ascensão semântica em Quine e sua relação com um realismo naturalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÁZAR, F. J. R. La Radicalización del Naturalismo. In: **Revista de Filosofia**3, Vol. 3, pp.117-134. Madrid: Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense, 1995.

AUDI, R. **Belief, Justification and Knowledge – An Introduction to Epistemology**. USA: Wadsworth, 1988.

BERNECKER, S.; DRETSKE, F. (Orgs.) **Knowledge – Readings in Contemporary Epistemology**. New York: Oxford University Press, 2000.

BONJOUR, L. **Contra a Epistemologia Naturalizada**. Cadernos de História e Filosofia da Ciência 8. 1998a.

_____. **In Defense of Pure Reason: A Rationalist Account of A Priori Justification**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998b.

_____. **The Structure of Empirical Knowledge**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1985.

_____. The Coherence Theory of Empirical Knowledge. In: **Philosophical Studies** 30: 281-312, 1976.

BULCÃO NASCIMENTO, M. “É possível um realismo pragmatista? Quine e o Naturalismo”. In: **Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 5. São Paulo, 2008.

DUTRA, L. H. A. **Introdução à Teoria da Ciência**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

FRAASSEN, B. C. V. Against Naturalized Epistemology. In: **On Quine** - New Essays. USA: Cambridge University Press, 1995.

GIBSON, R. **The Philosophy of W. V. Quine**: An Expository Essay. Tampa: University of South Florida Press, 1982.

_____. **Enlightened Empiricism**: An Examination of W. V. Quine's Theory of Knowledge. Tampa: University of South Florida Press, 1988.

HOOKEYWAY, C. Naturalism and Rationality. In: **Quine – Naturalized Epistemology, Perceptual Knowledge and Ontology**. Atlanta: Editions Rodopi B. V., 2000.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Traduzido por: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1980.

MISCEVIC, N. Quining The Apriori. In: **Knowledge, Language and Logic: Questions for Quine**. USA: Kluwer Academic Publishers, 2000.

PENCO, C. **Introdução à Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Vozes, 2006.

PICARDI, E. Empathy and Charity. In: **Quine – Naturalized Epistemology, Perceptual Knowledge and Ontology**. Vol. 70. Atlanta: Editions Rodopi B. V., 2000.

PIERRE DUHEM. **Wikipedia**: The Free Encyclopedia, U. S., 2009. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Duhem>. Acesso em: 05 maio 2009.

PUTNAM, H. Why Reason can't be Naturalized. In: **Synthese 52**. USA: D. Reidel Publishing Co., 1982, pp. 3 – 23.

QUINE, W. V. Comment on Donald Davidson. In: **Synthese 27**, 1974, pp. 325-329.

_____. **From a Logical Point of View**. Cambridge: Harvard, 1953.

_____. **Palabra y Objeto**. Barcelona: Labor, S. A, 1968.

- ____. **Ontological Relativity and Other Essays**. New York: Random House, 1969.
- ____. **The Web of Belief**. USA: McGraw-Hill, 2. ed, 1978.
- ____. **The Roots of Reference**. La Salle, Ill: Open Court, 1974.
- ____. Mind and Verbal Dispositions. In: **Mind and Language**. GUTTENPLAN, Samuel (org.), Oxford: Clarendon Press, 1975a.
- ____. The Nature of Natural Knowledge. In: **Mind and Language**. GUTTENPLAN, Samuel (org.). Oxford: Clarendon Press, 1975b.
- ____. **The Ways of Paradox and Other Essays**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- ____. **Theories and Things**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- ____. **Pursuit of Truth**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- ____. **Two Dogmas in Retrospect**. In: Canadian Journal of Philosophy, Cambridge: Harvard University, v. 21 (3), September, 1991.
- ____. Structure and Nature. In: **The Journal of Philosophy**. v. LXXXIX (1), 1992.
- ____. **From Stimulus to Science**. Cambridge: Harvard University Press, 1995a.
- ____. Naturalism: Or, Living Within One's Means. **Dialectica**, v. 49, 1995b.
- ____. Progress on Two Fronts. In: **Journal of Philosophy**, April, v. 93 (4), 1996.
- ____. Response to lewis and holdcroft. In: **Revue Internationale de Philosophie**, v. 51, 4, 1997.

RYLE, Gilbert. **The Concept of Mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1949.

STEIN, Sofia I. A. Aspectos Convencionalistas da Filosofia de Willard Quine. In: **Principia 7** (1–2) 2003, pp. 185–203.

STEUP, M.; SOSA, E. (Orgs.) **Contemporary Debates in Epistemology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

STROUD, B. **The Significance of Philosophical Scepticism**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

WAAL, C. **Sobre Pragmatismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.